



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Aos trinta dias do mês de junho, do ano dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, no Centro de Artes de Águeda, teve lugar a terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1 – Análise e Votação de Atas: -----

-----1.1 – Ata da 5ª Sessão Extraordinária, de 27 de dezembro de 2019; -----

-----1.2 – Ata da 1ª Sessão Ordinária, de 28 de fevereiro de 2020.-----

----- 2 – Período de Antes da Ordem do Dia; -----

----- 3 – Período da Ordem do Dia: -----

----- 3.1 – Apreciação e votação da Autorização Prévia da Assembleia Municipal, de acordo com o artigo 6º. da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro – Assunção de Compromissos Plurianuais, para: -----

----- 3.1.1 – Aquisição de serviços de patrocínio jurídico, apoio e assessoria jurídica na modalidade de contrato de avença; -----

----- 3.1.2 – Estudo de Tráfego para o Parque Empresarial do Casarão – Águeda (PEC – Águeda);-----

----- 3.1.3 – Aquisição de Serviços de Desinfestação e Controlo de Pragas; -----

----- 3.1.4 – Aquisição de Serviços de Manutenção de Elevadores; -----

----- 3.1.5 – Aquisição de Serviços de Revisor Oficial de Contas para o projeto Europeu designado por BLOCK4COOP; -----

----- 3.1.6 – Aquisição do Serviço de Telecomunicações de Voz e Dados Móveis; -----

----- 3.1.7 – Ajuste Direto para Fornecimento de Combustíveis Rodoviários – Gasóleo Granel, ao abrigo do Lote 4-G do “Acordo Quadro de Fornecimento de Combustíveis Rodoviários – AQ – 05-2017” promovido pela Central Nacional de Compras Municipal (CNCM); -----

----- 3.1.7 – Aquisição de Serviços de responsabilidade técnica pela exploração de Instalações Elétricas; -----

----- 3.1.8 – Locação de equipamento de impressão e cópia para o Município de Águeda e Escolas, incluindo substituição parcial do equipamento existente; -----

----- 3.1.9 – Ajuste direto para aquisição de energia para vários equipamentos/ infraestruturas ao abrigo da Cláusula 22.ª do Caderno de Encargos – Novos Serviços Similares, do Procedimento “Concurso Público com Publicidade Internacional para Aquisição de Energia Elétrica, em Mercado Liberalizado, para as Instalações /Infraestruturas do Município de Águeda” – Processo RA/DAF/SERV-097/18 Adjudicatário: EDP Comercial, Comercialização de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

Energia, S.A.; -----
----- 3.2 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Adenda ao Protocolo n.º 181/2019 - Associativismo de Solidariedade Social;-----
----- 3.3 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Adenda ao Protocolo n.º 210/2018 - Execução de projeto de beneficiação de instalações; -----
----- 3.4 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de um apoio financeiro no âmbito da organização conjunta do Festival Pauta Jazz;-----
----- 3.5 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de regulamento para a utilização do equipamento de tração elétrica e cadeira de rodas compatível (e-CaR);-----
----- 3.6 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de regulamento para atribuição do Chapéu de Ouro do Município de Águeda;-----
----- 3.8 – Análise e discussão dos apoios dados pelo Município de Águeda no âmbito do combate ao COVID-19 (assunto da ordem de trabalho solicitado pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata - PSD);-----
----- 3.9 – Análise e discussão das ações já implementadas no âmbito das ORU's (Operações de Reabilitação Urbana) aprovadas pelo Município de Águeda (assunto da ordem de trabalho solicitado pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata - PSD); -----
----- 3.10 – Análise e discussão do estado do Parque Empresarial do Casarão (assunto da ordem de trabalho solicitado pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata - PSD); -----
----- 3.11 – Tomada de conhecimento do Relatório de Monitorização do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) do ano de 2019;-----
----- 3.12 – Apreciação da informação escrita do Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----
----- A sessão foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, Brito António Rodrigues Salvador, que saudou os presentes, bem como todos os que acompanhavam a sessão através dos canais de comunicação, nomeadamente a Águeda TV, desejando a todos um excelente trabalho. Aproveitou para agradecer o esforço desempenhado por todos os funcionários do Município e do Centro de Artes, a disponibilidade e o desempenho que demonstraram para tornar possível levar a efeito esta sessão.-----
----- O Senhor Presidente da Assembleia, foi secretariado pelas Senhoras Secretárias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

Cristina Paula Fernandes da Cruz e Daniela Carina Mendes. -----

----- **Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** -----

----- Brito António Rodrigues Salvador – Juntos; -----

----- Carlos Guilherme da Silva Nolasco – PSD; -----

----- Carla Eliana da Costa Tavares – PS; -----

----- João Carlos Fernandes Figueiredo – Juntos; -----

----- Cristina Paula Fernandes da Cruz – Juntos; -----

----- Marlene Domingues Gaio – PSD; -----

----- Manuel Augusto de Almeida Farias – PS; -----

----- Luís Armando Ferreira Pina Figueiredo – Juntos; -----

----- Carlos Filipe Correia de Almeida – PSD; -----

----- Abílio Ferreira Gomes da Silva – Juntos; -----

----- Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS; -----

----- Daniela Carina Mendes – Juntos; -----

----- Isabel Cristina Correia Ferreira – PS; -----

----- Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD; -----

----- Armando Paulo de Almeida Galhano – Juntos; -----

----- Cristóvão Duarte da Silva Leal – PS; -----

----- Humberto José Tavares Moreira – Juntos; -----

----- Ana Rita Brito Carlos – PSD; -----

----- Maria João Marques Tavares – Juntos; -----

----- Maria de Fátima Sampaio e Silva – PSD ; -----

----- **Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta/União
de Freguesia (PJF):** -----

----- Albano Marques Abrantes – PUF de Aguada de Cima; -----

----- Jorge Manuel Castanheira Martins – PUF Águeda e Borralha; -----

----- Wilson José Oliveira Dias Gaio - PUF de Barrô e Aguada de Baixo; -----

----- Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PUF da União das Freguesias de Belazaima,
Castanheira e Agadão; -----

----- Carlos Miguel Nolasco de Lemos – PJ de Fermentelos; -----

----- Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques - PJ de Macinhata do Vouga; -----

----- Pedro António Machado Vidal – PJ da União das Freguesias de Préstimo e Macieira; ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020

----- Manuel José de Almeida Marques de Campos – PUF de Recardães e Espinhel; -----

----- Sérgio Edgar da Costa Neves – PUF de Travassô e Óis da Ribeira; -----

----- Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; -----

-----Luís Filipe Tondela Falcão – PJ de Valongo do Vouga; -----

----- **Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Membros:** -----

----- Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente; -----

----- Edson Carlos Viegas Santos – Juntos – Vereador; -----

----- Elsa Margarida de Melo Corga – Juntos – Vereadora; -----

----- João Carlos Gomes Clemente – Juntos – Vereador; -----

----- Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – PS – Vereador; -----

----- António Manuel Gama Duarte – PS – Vereador; -----

----- Antero Ricardo dos Santos Almeida – PSD – Vereador; -----

----- **JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS** -----

----- Foram verificadas as justificações de falta dos seguintes membros: -----

----- O Deputado António Jorge Pereira de Oliveira comunicou que por motivos profissionais não poderia estar presente, pelo que em sua substituição estaria Jorge Miguel Santos Melo que também comunicou que não poderia estar presente, sendo substituído por Cristóvão Duarte da Silva Leal; o Deputado Rogério Magalhães Matias, também comunicou que não poderia estar presente, pelo que em sua substituição estaria Luís Armando Ferreira Pina Figueiredo; o Deputado Pedro Miguel Alpoim Marques comunicou que não poderia estar presente sendo substituído por Armando Paulo Almeida Galhano.-----

----- **Análise e Votação de Atas** -----

----- **1.1. Ata da 5ª Sessão Extraordinária de 27 de dezembro de 2019;** -----

----- Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo a ata da quinta sessão extraordinária de 27 de dezembro de 2019, sido aprovada por **maioria** com um voto contra do Grupo Municipal do PSD.-----

----- **1.2 – Ata da 1ª Sessão Ordinária, de 28 de fevereiro de 2020.**-----

----- Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo a ata da primeira sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2020, sido aprovada por **unanimidade**.-----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- Neste ponto foram feitas as seguintes intervenções que se transcrevem na íntegra:-----

----- “Meu nome é **Marco Almeida**, venho da Freguesia de Recardães, mais propriamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

da União de Freguesias de Recardães e Espinhel. Venho aqui para falar de um problema grave que a minha Freguesia está a enfrentar neste momento, é um problema de tráfico de droga, aos olhos de toda a gente.-----

----- Vinha aqui pedir à Câmara para tomar uma atitude, nomeadamente, talvez com a polícia, porque aquilo tem-se notado muito nos últimos tempos perto da escola primária, da Junta de Freguesia e do Centro Social de Recardães. O que a gente pede só, é um bocadinho mais de policiamento, patrulhamento de proximidade para tentar dissuadir os supostos traficantes.-----

----- Existem já alguns casos, alguns que me contaram, de pessoas que param por lá e se têm um carro parecidos com o dos supostos traficantes são abordados. Isso tem provocado algum medo nas pessoas.-----

----- Só vinha aqui pedir isso, o meu amigo Nelo, Presidente da Junta, irá reforçar o pedido daqui a pouco.-----

----- Para já é só.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente;-----

----- “Esse tipo de informações preocupa-nos e naturalmente que vamos ter oportunidade de querer saber mais pormenores para podermos falar com quem de direito e tentarmos contrariar.”-----

----- De seguida o Presidente da Assembleia comunica que por deliberação da Mesa da Assembleia Municipal e da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, no âmbito e no cumprimento das medidas impostas pela DGS, a presença do público à Sessão da Assembleia Municipal fica limitada exclusivamente ao período dedicado à intervenção do público. Findo o referido período, o público presente deverá e poderá acompanhar o desenrolar da sessão através da plataforma digital Águeda TV num outro espaço exterior à sala onde decorre sessão, sendo obrigatório o uso de máscara.-----

-----**VOTO DE PESAR**-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

----- “Antes de iniciar a leitura deste voto de pesar, dizer que, quando me telefonaram no sábado passado, dizendo, esqueceste-te do voto de pesar do Pelé, por segundos eu própria fiquei, mas o Pelé, esta pandemia, para além de muitas outras coisas, fez com que não tivéssemos tido muitas vezes oportunidade também de nos despedir de pessoas que nos são queridas ou que nos eram queridas e que muitas vezes tivéssemos prosseguido os dias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

sem sequer considerar como, ou pelo menos sem aferir de forma completa do seu desaparecimento.-----

----- Todavia, hoje o Partido Socialista aqui está para homenagear um grande socialista que nos deixou em março deste ano.-----

----- Voto de pesar pelo falecimento de **Carlos Alberto Batista Guerra**.-----

----- Nascido a nove de agosto de 1941, em Águeda, **Carlos Alberto Batista Guerra**, faleceu no passado dia vinte e três de março de 2020, aos setenta e oito anos de idade. ----

----- Bancário de profissão, foi sempre um cidadão empenhado na causa pública, lutador pela liberdade, pela democracia e pela solidariedade.-----

----- Foi Presidente da Comissão Política Concelhia de Águeda do PS, integrando várias listas em atos eleitorais diversos, tendo sido, durante vários mandatos, membro desta Assembleia Municipal de Águeda, sempre eleito nas lista do Partido Socialista.-----

----- Foi também um exímio jogador de futebol, qualidade que lhe valeu a alcunha de “Pelé”, pela qual era por muitos de nós conhecido.-----

----- Além de jogador de futebol, foi diretor e membro do Conselho Fiscal do Recreio Desportivo de Águeda.-----

----- Integrou ainda os órgãos sociais da associação “Os Pioneiros” e a Universidade Sénior de Águeda.-----

----- Homem íntegro, de convicções socialistas, sempre solidário e preocupado com os mais necessitados.-----

----- Recentemente, em homenagem póstuma, promovida pelo Recreio Desportivo de Águeda, foi recordada a frase por si em tempos proferida “sempre que se lembrarem de mim, eu continuarei a viver!” e assim será, pois permanecerá vivo nas nossas recordações.--

----- A Assembleia Municipal de Águeda, reunida em trinta de junho de 2020, exprime o seu profundo pesar pela morte de **Carlos Alberto Batista Guerra**, a quem manifesta a sua homenagem, endereçando as mais sentidas condolências à sua família, amigos, ao Partido Socialista e a todos que lhe eram mais próximos, aguardando um minuto de silêncio em sua memória.”-----

----- De seguida aguardou-se um minuto de silêncio.-----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----

----- “Se bem se recordam, ficou também para ser hoje discutida, porque já tinha sido lida, pelo Deputado Miguel Oliveira, uma moção subscrita pelo Grupo Municipal do CDS e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

também subscrita pelo Grupo Municipal Socialista e pelo Partido Social Democrata.-----

----- Íamos então começar a discutir se houvesse inscrições para o efeito, temos vinte minutos para proceder a essa discussão.”-----

----- **João Carlos Fernandes Figueiredo** – Juntos;-----

----- “O Grupo Municipal Juntos - Movimento Independente, após leitura desta moção, considera que, e a primeira coisa que me apraz dizer é que, em 2019 e 2020, esta Assembleia rejeitou liminarmente a transferência de competências na área da saúde.-----

----- Não entendemos muito bem porquê esta urgência, uma vez que decorre do Decreto-Lei 23/2019 e o tempo dará e fará com que estas competências tenham que ser endogeneizadas pela nossa autarquia, não conseguimos, nem por um lado perceber, a urgência com que nos colocam esta moção, e também o unanimismo com que ela se nos coloca.-----

----- Parece-nos que o momento não incorpora as condições necessárias para que a autarquia assuma estas várias obrigações na área da saúde. Elas corporizam essencialmente o núcleo estruturado e estruturante deste conselho municipal para a saúde. Parece-nos também que a indefinição da evolução da pandemia não permite grandes liberdades para que possamos fazer um trabalho estruturado e profícuo.-----

----- Assim, e porque consideramos que a saúde é um assunto nuclear e que deve ser tratado com todos e por todos, o Grupo Municipal Juntos - Movimento Independente dará liberdade de votação ao seu Grupo.” -----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “A dúvida que aqui foi levantada tem a ver pelo facto de pela Lei n.º 50 e depois pelos decretos leis regulamentares, o Governo do Partido Socialista, ao contrário do que tinha acontecido com o Governo anterior, que aí, propôs uma via negociada e optada pelos municípios, mas a opção que foi feita desta vez pela descentralização de competências é impositiva, torna-se impositiva em 2021.-----

----- No período de transição os municípios puderam postergar até 2021 o exercício dessas novas competências, isto é uma coisa.-----

----- A Assembleia Municipal pronunciou-se contra a transferência de competências na área da saúde, não porque o município não as quisesse assumir, o município como um todo, Câmara e Assembleia, mas porque os instrumentos financeiros e de planeamento, não estavam bem definidos e não estavam garantidos, esse foi o primeiro argumento.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- O segundo argumento, aquele que emanou diretamente do trabalho da Comissão desta Assembleia, aquele que abordou este assunto que é a quarta Comissão, a que eu presido, é que essa lei prevê a elaboração de documentos estratégicos extremamente importantes e que para serem elaborados, de acordo com aquilo que é preceituado nesse Decreto-Lei 23/2019, obrigam à consulta, à coordenação e ao entrosamento de posições não apenas como a diversa quantidade de entidades, mas também com planos nacionais e regionais, alguns deles ainda não existem.-----

----- Como só se pode coordenar com aquilo que existe, ocorre um problema suplementar, é que obriga a fazer isso imediatamente.-----

---- O facto de existir uma Comissão Municipal de Saúde, que até poderia ter outro nome, com as mesmas atribuições e competências daquelas que estão no Decreto-Lei 23/2019, cabe nas atribuições do município, porque o município pode criar essas comissões para esses conselhos. Neste caso, órgãos consultivos que não dão direito ao pagamento de senhas de presença, que não significam despesa para a autarquia. A autarquia tem liberdade de as criar em assuntos que tenha a ver com questões importantes para o município.-----

----- Nesta altura, compreende-se que a saúde é, como sempre foi, uma questão importante e determinante para o município. E qual é o objetivo primeiro do Conselho Municipal de Saúde? É colocar todos os intervenientes a falar sobre a presidência do Presidente da Câmara, com a presença do Presidente da Assembleia com, pelo menos, um representante das juntas de freguesia, e a falarem não apenas entre si, mas também com a participação das pessoas. É mais um órgão, assim como o Conselho Municipal de Segurança, que teve aqui uma moção que foi subscrita também pelos Juntos, apresentada e aprovada em fevereiro. É um conselho que visa, além do trabalho das pessoas que habitualmente estão envolvidas nestas problemáticas, trazer o contributo das pessoas. Ao fim e ao cabo, é dar mais poder ao cidadão para participar nos assuntos e informar-se e ter boa informação sobre os assuntos que lhe dizem respeito, neste caso na área da saúde.-----

----- Qual é o problema maior daquilo que está em causa? Vou-lhe dar um exemplo, a estratégia municipal de saúde do concelho de Cascais, foi concebida ao longo de três anos. O município de Águeda vai ter menos de um ano para apresentar um plano e uma estratégia. O tempo é curto.-----

----- Se vamos fazer um plano e uma estratégia de forma séria e honesta, então primeiro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

temos de fazer o diagnóstico da situação: inventariar o que existe; as necessidades reais; aquilo que interessa à nossa população; quais são os nichos que têm que ter cuidados especiais, etc, etc, etc.-----

----- Ao fim e ao cabo, o Senhor Presidente já aqui falou de uma carta dos equipamentos de saúde do concelho. Pois exatamente é um dos documentos importantes para a elaboração de uma estratégia, de um plano de saúde do concelho. Tudo isso tem que ser levado e tem que ser feito, e não é do dia para a noite que se faz.-----

----- Depois de se ter uma base correta, bons alicerces para esse trabalho, então elabora-se a estratégia e o plano e tenta-se que ele vá encadear nos planos e estratégias existentes a nível regional e a nível nacional.-----

----- Como uma das competências da Assembleia é fazer a aprovação do regulamento, que deve ser elaborado pela Câmara Municipal e que obriga à consulta dos interessados, pelo menos uma consulta pública. Facilmente se vê que se este processo não estiver a andar antes do final de setembro deste ano, com muita dificuldade o Conselho Municipal de Saúde poderá reunir e funcionar normalmente para, lá está, elaborar o diagnóstico e depois sobre isso, elaborará a estratégia e o plano em janeiro de 2021, que é aquilo que está previsto. ----

----- O facto de, eventualmente depois, o Governo da Nação decidir colocar uma moratória a este prazo e dizer “*não senhor*”, atenção, ainda por cima vamos ter eleições o que eventualmente pode interromper ou prejudicar os ciclos políticos e atrasar o trabalho do Conselho Municipal. Por exemplo, nós vamos fazer uma moratória para 2021-2022, mas o nosso trabalho de casa já está feito.-----

----- A nossa política e a nossa doutrina sempre foi: nunca deixar nas mãos dos outros aquilo que nos cabe a nós decidir.-----

----- Penso que apresentei todas as justificações para a oportunidade desta proposta.-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD; -----

----- “Venho intervir neste ponto porque acho que esta proposta é de ser apoiada, mas mais do que ser apoiada, em Águeda vivemos um momento particularmente difícil no que diz respeito aos assuntos da saúde no nosso concelho.-----

----- Muito difícil, a última Assembleia Municipal, na de sexta-feira, tivemos aqui várias intervenções sobre a extensão de saúde de Travassô, sobre a questão de Recardães, sobre a questão de Belazaima, e há vários desafios que se nos põem.-----

----- Primeiro desafio que se nos põe tem a ver com o nosso hospital e com o Centro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

Hospitalar do Baixo Vouga.-----
---- Todos nós sabemos que temos aprovado uma verba aqui de seiscentos mil euros, o único município no Baixo Vouga que faz isto, agora, Aveiro também está a colaborar com o aumento do seu hospital.-----
---- Seiscentos mil euros para disponibilizarmos ao Estado. Esta é obrigação do Estado, para investirmos no nosso hospital, colaborando nas obras de remodelação do nosso hospital, situação que vem de trás. Situação essa que me preocupa muito, e que nos deve preocupar a todos os Aguedenses, deve preocupar, não sei se o Senhor Presidente tem alguma coisa a ver com isto ou não. Nós tínhamos previsto no orçamento para este ano quatrocentos mil euros para investimento no hospital e houve uma retificação no orçamento de quatrocentos mil para dez mil, na retificação do orçamento que fizemos na sexta-feira passada.-----
---- E deve-nos preocupar porquê? Não é por este sinal que o Senhor Presidente está a dar, lá saberá porque é que está a dar, mas é porque em Aveiro vai finalmente ser construído o aumento do hospital de Aveiro, que inclui o Centro Clínico Académico, o qual aplaudimos, que inclui uma nova área de consultas externas. Temos que perceber muito bem se esta nova área de consultas externas retira ou não valências e consultas ao nosso hospital, e vai incluir, muito importante, a nova área do ambulatório. E se o ambulatório já esteve em Estarreja e de Estarreja já passou para Águeda e agora, de Águeda vai passar para Aveiro, mais uma vez voltamos a perder.-----
---- O que está aqui em causa exatamente é, mais uma vez, perdermos valências de saúde em Águeda muito importantes, e valências que as andamos a criar, da mesma maneira como criamos um serviço de excelência de ortopedia. Hoje, está-se a praticar essa excelência em Aveiro, da mesma maneira como temos um serviço de excelência a nível do ambulatório, condições excelentes, dois blocos operatórios de ponta que são muito pouco utilizados pelo Centro Hospitalar do Baixo Vouga, quando lá só estão cinco blocos operatórios e não têm capacidade de resposta.-----
---- E então estamos, mais uma vez, perante uma possibilidade de voltar a perder, não hoje, não no próximo ano, não daqui a dois anos, se calhar, mas daqui a três anos quando estiver construído em Aveiro, outra vez tudo para Aveiro, e quer haja ligação Águeda-Aveiro, quer não haja.-----
---- Hoje qualquer um de nós que vá a Aveiro, percebe muito bem o erro que está montado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

em Aveiro, são horas, horas e horas, porque Águeda não nos dá resposta.-----
---- Nós temos que nos mobilizar como comunidade, portanto, criar um conselho que analise isto. Mais importante do que diz o Miguel, que é muito importante o que o Miguel está a dizer, nós temos que trabalhar sobre isto. Porque ainda na última segunda-feira, penso eu, segunda-feira da semana passada, tivemos uma reunião da CIRA e propusemos exatamente, ao Senhor Presidente da CIRA, para marcar uma reunião, com a Senhora Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, para percebermos o que é que é o plano estratégico que eles têm para a região, porque o novo plano estratégico está concluído.-----
---- Não sei se o Senhor Presidente da Câmara tem conhecimento ou não do novo plano estratégico, mas está concluído da parte do hospital, e, portanto, está em causa a sobrevivência do nosso hospital mais uma vez e a nossa sobrevivência em termos de saúde.-----
---- Mas não só, falamos aqui, da última vez, que não temos médico de família em Travassô, não temos médico em Belazaima, temos um médico, penso eu, só em Recardães, não sei se estarei a dizer a verdade, mas penso que neste momento, só um médico. Recardães está a servir seis mil utentes com um só médico. -----
----O Senhor Presidente várias vezes diz o seguinte: “comigo não fecha nenhuma extensão de saúde”.-----
---- Nós em Águeda estamos a fazer um investimento ao nível da saúde que não é só no hospital. O Senhor Presidente disse aqui, é em Aguada de Cima seiscentos mil euros, vai ser em Travassô trezentos e setenta mil euros, queremos investir no centro de saúde em Águeda oitocentos mil euros.-----
---- O investimento que está previsto, pelo nosso município, ultrapassa os dois milhões de euros na área da saúde.-----
---- Isto são competências do Estado Central, não são nossas. As competências do município não são estas, mas nós temos que saber uma coisa, se pomos dinheiro, temos que fazer exatamente, como diz o Ministro Pedro Nuno Santos em relação à TAP, se pomos dinheiro também lá queremos ter a nossa opção de gestão. Não podemos hoje pôr seiscentos mil euros no hospital para daqui a três anos ir embora, e o nosso dinheiro ficou ali. Não podemos hoje pôr seiscentos mil euros em Aguada de Cima, num centro de saúde, para amanhã nos fecharem, ou em Travassô, ou em Recardães ou em Barrô.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Tem que haver força do nosso município e do nosso concelho junto disto, através dum conselho municipal, a estratégia é sempre definida pelo município. O conselho municipal não se vai imiscuir, vai dar a sua opinião, mas não vai pôr-se a definir a estratégia, não, o município vai ouvir, é o Executivo que vai apresentar uma proposta. É mais do que evidente, se não isto também não é exequível, isto é um aglutinado de forças. Nós estamos num momento muito importante e há uma coisa que acontece, as pessoas de Travassô, todas entendem isto que estou a dizer, porque têm lá neste momento um serviço de enfermagem que faz três domicílios por dia, e as pessoas querem uma consulta e não a têm.-----

-----A mesma história em Belazaima, em fevereiro houve a manifestação em Belazaima, todos estivemos com o povo de Belazaima. E hoje já há médico em Belazaima?-----

----- O Presidente farta-se de fazer reuniões, será que um concelho destes não tem poder para chamar o Senhor Diretor do ACES do Baixo Vouga para vir aqui discutir connosco na Assembleia Municipal, qual é a sua estratégia para a nossa região.-----

----- Será que nós todos, como Presidentes de Junta e Membros da Assembleia Municipal não ganhamos com isto?-----

-----Não sei qual o medo de aprovarmos esta moção.”-----

----- **Humberto José Tavares Moreira** – Juntos;-----

----- “Em relação a este assunto, que não subsista aqui qualquer dúvida, da parte dos Juntos não há nenhum medo nem nenhum estigma, não existe nada disso. Simplesmente existe aqui um histórico e nós, quando a esmola é grande, o santo desconfia, e estranhámos aqui, às vezes, uma avalanche de tão boa vontade quando o histórico para trás nos diz que as coisas foram sempre geralmente impostas e de uma forma totalmente diferente desta, com mais críticas do que entreajudas. E perdoem-me a franqueza, mas se nós quisermos trabalhar em conjunto, e se quisermos levar isto para a frente, não é uma comissão que vai deixar de fazer ou fazer sentido. Se quisermos trabalhar em conjunto enquanto Deputados, com Executivo, com quem quer que seja, trabalhamos. Se lhe chamamos comissão, tudo bem. Temos comissões que trabalham bem, temos outras comissões que não fazem nada. Perdoem-me a franqueza.-----

----- Da nossa parte não existe nenhum estigma, nem existe medo nenhum, quisemos entender perfeitamente quais eram os motivos da criação desta comissão.-----

----- Ninguém aqui tem dúvidas que precisamos de uma ajuda externa para resolver o problema que vai na saúde do nosso concelho. E se formos dar uma volta em redor, não é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

só o nosso, são outros.-----

----- E se existe Executivo e Câmara Municipal que tem dado demolição em termos de sobreposição ao poder central e fazer alguma coisa pelo povo, que são competências de Lisboa, somos nós, porque temos feito uma série de coisas, na área da segurança, na área da saúde estamos a fazer uma série de intervenções que estão planeadas, que eram competência do Governo Central.-----

----- Lições de como fazer, nós não as aceitamos. Estamos disponíveis para colaborar e para trabalhar, chamem-lhe aquilo que quiserem, sim, não existe nenhum medo da nossa parte, só para que entendam isso. Se lhe quiserem chamar comissão, podem chamar, agora que estamos todos, digamos, com vontade de resolver o problema da saúde, sim. Agora não me digam que é a comissão que vai ter que chamar o Senhor Diretor, não. -----

----- Temos é que, se calhar, olhar para nós de outra forma e olhar para esta Assembleia Municipal de uma forma mais aglutinadora, concordo. E unir-mo-nos em busca disso, dessa unanimidade que em alguns pontos estamos completamente nas mãos do poder central, e tanto nos faz ter boa vontade como má vontade, fazer muito ruído ou pouco. Se calhar temos é que encontrar estratégias, se é no sair de uma comissão, tudo bem, não é isso. ----

----- O que não posso aceitar é que se passe a imagem que nós, os JUNTOS, estamos com algum medo, ou algum problema, ou que da nossa parte exista aqui algum estigma, não. Simplesmente, o momento, a forma apressada e o facto de não termos sido ouvidos, nem consultados numa fase prévia, antes de virmos aqui, isso é que nos levantou aqui algumas dúvidas.-----

----- Da nossa parte não há aqui nenhum medo, nem nada mais.”-----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----

----- “O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra, não sei se é habitual neste tipo de situações, mas como é da área da saúde, alguém que se oponha a que o Senhor Presidente use da palavra nesta moção? Opõe.”-----

----- Senhora Deputada Carla Tavares faça favor.”-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

----- “ Muito obrigada Senhor Presidente pela boa vontade”-----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----

----- “Senhora Deputada, não é boa vontade, desculpe, e agradeço que haja, pelo menos, mais respeito, não é boa vontade.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

----- “E também pela boa vontade que os restantes membros municipais tiveram para com o Grupo Municipal dos Juntos e não discutiram esta moção na última reunião. Mas permitimos que se passasse precisamente para hoje, para que pudessem aferir melhor do conteúdo da mesma moção, mas pelos visto, continuaram baralhados. Para já, não percebem que aquilo que está em causa é um conselho municipal e não uma comissão e, para além disso, continuam a misturar aquilo que são competências decorrentes da transmissão de competências com aquilo que são as competências do Governo Central.-----

----- O Senhor Deputado Humberto Moreira elencou aqui uma série de competências que estariam a ser exercidas, quando seriam na realidade competências do Governo Central. Falou, falou, falou, mas não foi capaz de elencar uma única sequer. Isto para dizer o quê? Aquilo que aqui está em causa de facto o PS, o PSD e o CDS estão de acordo nesta moção é porque à semelhança daquilo que já aconteceu no passado, temos constantemente reivindicado que falta uma estratégia, falta planeamento para o futuro do nosso concelho e, mais uma vez, estes três grupos municipais, vieram alertar para tal facto a este Executivo, e a resposta que têm é esta: “é muito cedo, não vamos cá estar apressados, haverá tempo”. Não há tempo Senhor Deputado.-----

----- A transmissão de competências, aconteça o que acontecer, vai ocorrer em janeiro do próximo ano, a não ser que haja eventualmente uma moratória, como já aqui foi referido. Mas para já, aquilo que temos por certo é que em janeiro do próximo ano vão ocorrer as transmissões de competências, mesmo aquelas que foram recusadas, e para isso os municípios têm que se preparar. Querem continuar a não fazer nada até lá? Tudo bem, também já nada nos surpreende, mas que não seja por falta de aviso, não só do Grupo Municipal do CDS que apresentou esta moção, mas também destes Grupos Municipais do PS e do PSD que de forma responsável se associaram a ela.”-----

----- Não havendo mais intervenções acerca desta moção, o Senhor Presidente da Mesa colocou-a a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com 12 abstenções do Grupo Municipal- Juntos, **a moção denominada, pela criação do Conselho Municipal de Saúde de Águeda.** -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Neste ponto foram feitas as seguintes intervenções que se transcrevem na íntegra:-----

----- **Maria de Fátima Sampaio e Silva** – PSD; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- “Ainda que pareça que estou a repetir assuntos que noutras intervenções foram alvo de questionamento ao Senhor Presidente da Câmara, quero sobretudo alertar àqueles que visionaram aquele pequeno filme de campanha do regime, apresentado na Assembleia de fevereiro, em Óis da Ribeira, sobre o comboio histórico e as paisagens idílicas que permitia desfrutar de muito alegre colorido, que há muito cinzento para além dessas cores magnificas dos efeitos cénicos que tanto deslumbraram alguns, e explicar ao Senhor Presidente da Câmara que lá no facebook, alguns não põem nem gosto, mas só sabem criticar, como o Senhor então frisou, porque veem o lugar em que vivem e outros que lhe são próximos sempre esquecidos.-----

----- Em período de campanha, a aposta do vosso Movimento era nas freguesias, gostaria de lhe dizer que as freguesias não são apenas o lugar onde está o edifício da junta de freguesia, são todos os lugares onde estão os munícipes pagadores de impostos, e olhe que nas aldeias mais afastadas também há quem pague impostos e muito elevados.-----

----- Por isso vos trago umas quantas imagens da Sernada, um lugar com uma população de idade bastante avançada, onde o piso das ruas apresentam um estado péssimo. A rua que leva ao Bairro, não permite a circulação mais rápida de uma ambulância.-----

----- No Largo da estação, em frente ao chafariz, à cerca de meio ano, o piso da estrada apresentou um buraco enorme que pode causar danos graves em viaturas de quem não conheça o lugar, e mais grave, no centro do Lugar, a sala de visitas da Sernada, junto a uma placa que assinala o percurso dos caminhos de Santiago, existe um barraco à imensos anos. O Senhor Presidente ainda se lembra da sua existência?-----

----- Para esse sítio, que foi terreno da CP e agora deve ser da IP, quando o Senhor foi Presidente da Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga, levou um projeto requalificação do espaço, mas o Senhor nunca avançou, pois iria implicar com amigos de amigos. Parece-lhe bem que esta nódoa permaneça naquele lugar?-----

----- E a estrada que liga ao Carvoeiro? O Senhor lembra-se que já o questionei sobre se sabe o estado em que está e está preocupado com a sua reparação?-----

----- E a estrada que liga Macinhata à A25, pelo Soutelo, parece-lhe uma estrada que tem tanto trânsito, é para esquecer?-----

----- Finalmente o Cabeço do Vouga e a Estação Arqueológica, convive bem com o estado de abandono a que chegou o lugar?-----

----- Alguma vez vai pensar que o concelho vai muito para além dos limites da cidade?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Porque além da minha freguesia e do meu lugar, nos passeios que vou dando por aí, encontro o mesmo estado de abandono e desleixo. Nunca apreciarei a megalomania que caracteriza a sua administração”-----

----- **Manuel José de Almeida Marques de Campos** – PUF de Recardães e Espinhel; -----

----- “Não estou aqui por motivo de pontuarem qualquer ranking, nem acho que se deva avaliar a prestação de quem quer que seja, pelo seu número de intervenções neste Plenário ou em qualquer outro. Tenho por hábito resolver os problemas dos meus fregueses e da minha Freguesia de outras formas, não precisando de me repetir tantas vezes como aqui se faz.-----

----- No entanto, quero-vos dizer que partilho convosco as preocupações de um qualquer Presidente de Junta aqui presente, desculpem-me os meus colegas se me enganei, e elas são inúmeras e deviam preocupar-nos a todos, passo a enumerar algumas delas.-----

----- Limpezas, certamente é um dos problemas que deve preocupar, penso que todos os meus colegas Presidentes de Junta aqui presentes.-----

----- Há muitos anos que a Câmara Municipal tem vindo a desinvestir em equipamentos de limpeza e remoção de terras, transpondo essas responsabilidades para as juntas de freguesia, que tiveram de investir em equipamentos, que têm custos tremendos para nós e nem por isso nós fomos ressarcidos desses custos. Para tal, acho urgente um debate sério e construtivo sobre este assunto que tanto nos preocupa, não só a nós como a todos os nossos fregueses.-----

----- Meus caros Senhores, as juntas de freguesia não têm capacidade financeira para suportar tais encargos. É completamente impossível. E para que vocês percebam do que é que estou a falar, é tão simples quanto isto:-----

----- Há dias, dei-me ao trabalho de pedir um orçamento para fazer a limpeza do Alto do Rio. Das pessoas que estão aqui, não sei quantas é que conhecem a Urbanização do Alto do Rio e têm passado por lá ultimamente. Devo-vos dizer que é mau, é muito mau o que lá está. Devo-vos dizer que é dos sítios mais difíceis de limpar da minha freguesia, com inúmera calçada à portuguesa mal assente e cheia de imperfeições, é terrível. Devo-vos dizer que há dias dei-me, como disse, a esse trabalho de pedir um orçamento para fazer a limpeza do Alto do Rio, uma limpeza superficial, não é para fazer com grandes primores e levar a grandes rigores e devo-vos dizer, tenho aqui, custa-me dois mil trezentos e cinquenta euros mais IVA.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Agora pergunto, como é que a minha União de Freguesias de Recardães e Espinhel, que tem n urbanizações Alto do Rio. Urbanização Alto do Rio só tenho uma, mas se formos e virmos no cômputo geral da minha União de Freguesias nós teremos n urbanizações.-----

----- Como é que consigo, de facto, manter a minha freguesia limpa? -----

----- Mas isto também tem a ver, não só com as dotações financeiras que temos ao nosso dispor, como um processo que já vem de há uns anos a esta parte que tem vindo a suceder na Câmara Municipal e que parece e felizmente, com o sinal que a Câmara Municipal deu, com a aquisição de um trator destroçador seja para continuar com a compra de outros equipamentos, para de certa forma começar a aliviar, como disse, as tão sobrecarregadas tesourarias das autarquias e ajudem as mesmas a libertarem mão de obra para aquilo que de facto deve ser um dos principais objetivos, a obra de proximidade, que tanto bem tem falado aqui o meu amigo Carlos Almeida e que tem sido uma das minhas bandeiras, mas que teimosamente muitas pessoas não querem ou não lhe interessa ver.-----

----- Meus caros amigos, vou continuar com esta minha teimosia.-----

----- Por falar em ver, há uma situação que há pouco foi referenciada aqui por um dos meus fregueses, e muito bem.-----

----- Há uma situação que é fácil de ver e já foi reportada a quem de direito, nomeadamente à GNR, a quem envio um forte cumprimento com votos de que fiquem todos bem. Como já disse, está a ser tratada e que se prende com a venda e consumo de estupefacientes e todas as suas problemáticas associadas, produzindo na comunidade um clima de medo e insegurança, e é notório como disse há pouco esse meu freguês, é notório a olhos vistos.-----

----- Sei que a GNR tem estado atenta e tem estado a intervir. Sei porque sei. Espero é que o trabalho que eles têm estado a desenvolver dê frutos, e espero que sim. -----

----- Meus caros amigos, estes são alguns dos assuntos que me preocupam e certamente também a alguns dos meus colegas Presidentes de Junta aqui presentes, mas devo-vos dizer que há muitos mais. Por hoje, fico-me por estes e prometo trazer aqui mais uns quantos à vossa consideração nas próprias Assembleias.-----

----- Uma nota final, é com bastante agrado e satisfação que posso anunciar aqui que as obras da requalificação do espaço exterior à Junta de Freguesia de Espinhel, arrancaram hoje, e penso que vão continuar a um bom ritmo.”-----

----- **Pedro António Machado Vidal** – PJ da União das Freguesias de Préstimo e Macieira; -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- “Senhor Presidente, venho aqui fazer algumas perguntas, espero que me responda.-----
----- Relativamente às cheias do mês de dezembro, como sabe, na nossa União de Freguesias, temos uma ponte que está em ruínas e outra que está parcialmente intransitável. -----
----- Neste momento não temos ponte na Chousinha, até ao momento. Já passou mais de meio ano e a Junta de Freguesia continua sem saber se já há projeto, para quando é que vai haver pontes. A população aparece-nos na Junta e nós, até hoje, não temos resposta porque até agora a Câmara ainda não nos disse o que lá iria fazer.-----
----- Relativamente à ponte de Vale d’Égua, também não sabemos, e é preciso uma intervenção do lado do concelho de Águeda, visto que do lado do concelho de Sever do Vouga alguma coisa já lá foi feita. Também não foi feito aquilo que deveriam fazer, mas já fizeram alguma coisa. Do nosso lado é que ainda não foi feito nada.-----
----- Quero saber o que dizer aos meus munícipes relativamente a ambas as pontes?-----
----- Quero saber, também, quando é que vamos ter fibra ótica em Macieira de Alcôba? Já há mais de meio ano que aquele projeto que veio do anterior executivo, e que lá foi posta fibra ótica, deixou a Freguesia de Macieira de Alcôba de ter fibra ótica, fruto do rompimento dos cabos. Mas acredito que um projeto de tamanhas dimensões, tenha também alguma verba para repor os cabos, em caso de os mesmos se romperem.-----
----- Quero também saber, relativamente à rua da Cavada, no Casal, vai fazer a semana que vem um ano que lhe comuniquei que tinha caído. Estamos a falar de um muro de uma estrada que foi alcatroada há pouco tempo e que, há um ano, está caído, e a cada dia que passa, cai mais. Já enviei dez e-mails à Câmara e, até agora, o muro ainda não foi feito.-----
----- Quero saber também, relativamente à retirada da iluminação pública na minha Freguesia. Já lhe enviei sete e-mails, e não percebo o porquê de não me enviar, até ao dia de hoje, a relação da iluminação que foi retirada.-----
----- Há pouco, o Nelo falou aqui que o trabalho dos membros da Assembleia não se mede por aquilo que nós falamos aqui. Isso é o trabalho dos Presidentes de Junta, Nelo. Nós andamos no terreno e trabalhamos, concordo contigo, agora, há muita gente aqui dentro desta Assembleia, já está aqui há três anos, concorreram para defenderem as suas populações e nunca os ouvi falar. Não te critico, nem a ti, nem aos meus colegas Presidentes de Junta. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Este quadro foi feito pelo CDS. Não nos envergonhamos de o fazer, e não ouvi ninguém aqui dentro dizer que o quadro que mentia relativamente aquele número de intervenções que lá estava. Não ouvi ninguém, mas vejo gente aqui dentro que veio para cá e que a mim, pode não parecer a todos, mas a mim parece-me que vêm aqui única e simplesmente pelas senhas de presença. Peço desculpa Nelo pela tua intervenção, concordo com parte, mas não concordo com o todo. Concordo quando falas dos Presidentes de Junta, porque nós não precisamos de vir aqui, eu, se calhar, tenho mais intervenções do que os outros, porque como vocês podem ver há perguntas que venho aqui fazer, porque já enviei dez, sete e-mails, algumas feitas há um ano, ainda não tenho resposta, e daí, se calhar, haverem alguns que vêm aqui mais do que outros. Esta resposta é para ti e a outros tantos que, se calhar, não percebem aquele quadro, mas que ele existe e é verdadeiro.” -----

----- **Manuel Augusto de Almeida Farias -PS;**-----

----- “Há pouco, penso, na minha ótica, vivemos um momento um pouco insólito sobre um assunto absolutamente transversal, oportuno, necessário. Tão necessário que provavelmente até já terá algum atraso. Em boa hora saúdo a prestação e a proposta do Miguel Oliveira. Mas quero partilhar convosco que tenho receios de que caia na inação e que caia no esquecimento, da mesma forma como em fevereiro de 2018. Nós, por consenso, todos os grupos municipais apoiaram uma proposta que eu apresentei, que recebeu um pequeno aditamento, já aqui dentro, com a sugestão de juntar a saudosa e necessário tributo a José Júlio Ribeiro, como Presidente da Câmara falecido, juntando-se a Manuel Antunes de Almeida, Edmundo Cardoso Fonseca, Valdemar Cardoso Alves, Horácio Marçal, Joaquim Silva Pinto, alguns destes tinham falecido a alguns meses, como era o caso de Joaquim Silva Pinto e Horácio Alves Marçal e Valdemar Cardoso Alves. -----

----- Na altura foi consensual, esta moção, esta proposta, foi votada por unanimidade e ela dizia que sendo figuras públicas de mérito consensual, nos dispensávamos de enumerar as suas obras e empenhamentos.-----

----- Lembrei que, em outubro de 2010, esta Assembleia Municipal de Águeda, recomendou que fosse atribuído o nome de rua ao Dr. Manuel Antunes de Almeida. Algo que naquela data, em fevereiro de 2018, não estava concretizado e que hoje se mantém. -----

----- Assim, nós recomendávamos e votamos por unanimidade que a Câmara Municipal de Águeda, delibere a concretização desta memória de gratidão a cada um destes ilustres Aguedenses, já falecidos, através de próximas nomeações toponímicas na cidade de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020

Águeda e que o Exmo. Presidente da Assembleia Municipal de Águeda incluisse na próxima sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 25 de Abril. Estávamos a falar em fevereiro de 2018, uma evocação memorial aos Presidentes desta Assembleia Municipal recentemente falecidos. Considerando que esta matéria deveria receber o acordo transversal de todos os grupos municipais, e recebeu. Todos nós votamos. Lamentavelmente ficou na inação, ficou no esquecimento. Provavelmente o menor de todos estes esquecimentos é o esquecimento do respeito para com as deliberações desta Assembleia Municipal. O pior desrespeito é para com as próprias figuras que nós unanimemente reconhecemos, que estão na galeria da memória dos Aguedenses e, como tal, devem receber o destaque merecido e o reconhecimento público. -----

----- Senhor Presidente da Câmara, há pouco mais de um ano, tive a ousadia de comentar o desbaste arbóreo e as mexidas, algo perigosas, no Cabeço de São Macário, na estrada para o Souto Rio e de acesso ao Candam. Todos recordamos que o Senhor Presidente se irritou, talvez não fosse comigo e teve toda a razão, porque os desabamentos não pararam, essencialmente provocados pelas causas que identifiquei, falta de drenagem de águas pluviais e desagregação de solo, sem enraizamento da vegetação.-----

----- A estrada foi logo na altura, ou logo de seguida, parcialmente encerrada, mas os males maiores não foram prevenidos.-----

----- Na altura perguntei se havia algum estudo ou projeto, não tive resposta, mas deduzo que não haveria porque está neste momento em curso uma nova tentativa, mais extensa e muito mais cavada.-----

----- Para a atual intervenção há algum estudo, algum projeto ou apenas uma contrapartida acordada com o "Mercadona", o beneficiário dos milhares de metros cúbicos de aterro removido? Entretanto, a obra não está acabada, será certamente para concluir.-----

----- E permitir acesso ao Souto Rio e ao Candam? Como se fará a consolidação de muitas dezenas de metros de altura das barreiras? Com gaviões de pedra? Com betunização ancorada? E as águas pluviais? Serão conduzidas para evitar o desabamento que as infiltrações provocam?-----

----- A dimensão da obra é imensa e os seus custos proporcionais a esta imensidão. Esses custos entraram nas contrapartidas acordadas com o beneficiário do aterro?-----

----- Em consequências das escavações e dos desabamentos pela margem do rio, este ficou significativamente entulhado em alguns pontos. Se não for limpo, lá para o final do ano,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

poderemos esperar uma nova curva a entrar pela margem norte do rio, com grandes danos em propriedades particulares da margem norte, e até talvez, na habitações que a bordejam. Está prevista a limpeza atempada deste aterro que neste momento está depositado na margem e entra pelo leito do rio dentro?”-----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----

----- “Já agora esclareço-lhe apenas que efetivamente esse assunto de homenagem aos Presidentes da Assembleia, entretanto falecidos, foi objeto de algumas reuniões pelas comissões. Penso que se entendeu na altura que se calhar o momento certo não era aquele, mas sim um outro tipo de evento. Entretanto ficou-se por aí, mas efetivamente na altura estivemos a discutir isso com os líderes dos grupos municipais, em reuniões da comissão permanente, isso foi falado e abordado. Não chegamos a nenhuma conclusão, a ver se para o ano conseguimos concretizar o que o Senhor Deputado sugeriu e aqui foi votado por todos nós.” -----

----- **Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques** - PJ de Macinhata do Vouga; -----

----- “ Há coisas que me custam muito a engolir, e esta trazida aqui pelo Grupo Municipal do PSD, custa-me um bocado.-----

----- Custa-me um bocado, mas também percebo que não saibam exatamente o que é que se passa na Assembleia, porque o representante do PSD para a Assembleia de Freguesia foi a uma Assembleia de Freguesia, à primeira, não voltou, entendo efetivamente que não saibam exatamente tudo aquilo que se passa, porque não há feedback.-----

----- Todos os anos, nós executivo, temos o cuidado de pedir contributos para o orçamento e plano plurianual de atividades, como não aparecem, do PSD temos recebido zero.-----

----- Efetivamente, vivemos no campo e no campo as ervas crescem. Corroboro muito aquilo que o meu colega Nelo disse, nós conseguimos fazer limpezas e temos na Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga um plano anual de limpezas, que corre todas as localidades de Macinhata do Vouga, mas devem concordar, e quem está nisto sabe e os meus colegas Presidentes de Junta sabem, nós limpamos agora, mas daqui a quinze dias está tudo na mesma. Eles sabem disso porque eles estão no terreno, porque eles tomam todos os dias café com quem os elegeram, falam com eles e sabem disso. O PSD em Macinhata parece que não sabe porque não aparece. Desculpem-me, mas isto custa-me a engolir, não aparece.-----

----- Deviam saber também, se calhar não sabem, nós só vimos aquilo que queremos ver e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

não mostramos aquilo que queremos mostrar, eu mostrei as coisas boas.-----
---- Efetivamente também há estradas que precisam de arranjos, a demografia da aldeia foi mostrada. A demografia de Sernada é uma demografia difícil e às vezes é complicado resolver algumas situações, mas nós temos tentado resolver.-----
---- Em relação ao comboio, foi aquilo que mostrei, e em relação à estação em Sernada do Vouga, temos planos conjuntamente com a Câmara e conjuntamente com a CP. Estamos a desenvolver planos para que Sernada fique exatamente no centro do País e para que Sernada seja falada pelos bons motivos. Estamos a desenvolver esses planos.-----
---- Em relação também a Sernada, tenho a dizer-vos, e lamento ter de vos dizer isto, o parque fluvial de Sernada já foi por nós arranjado várias vezes, limpo várias vezes este ano. Foram lá roubadas ultimamente cinco mesas, e foi participado à GNR, como é lógico, mas há coisas que nós também não conseguimos controlar. Era um parque bonito, precisávamos daquilo, mas não temos hipótese agora de resolver o problema.-----
---- Há coisas que devem ser vistas também dentro da Freguesia, e essas coisas só são vistas por quem aparece.”-----
---- **Marlene Domingues Gaio** – PSD;-----
---- “Na última sessão da Assembleia Municipal fiz uma questão acerca da homologação dos trilhos, nomeadamente do trilho dos arrozais PR12AGD, pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal. Pedi o favor de me fazerem chegar esta informação até ao dia de hoje, a verdade é que até agora não me foi fornecida qualquer informação.-----
---- Já agora aproveito só para esclarecer, porque pode ter parecido um bocadinho estranho o que é que justificou esta minha intervenção. É que em trinta ou trinta e um de outubro do ano de 2016, foi inaugurado o trilho dos arrozais. Na altura, foram feitos uns folhetos informativos onde se identificava o promotor, que era a Câmara Municipal, o apoio da União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo, o logótipo da Federação com a inscrição: percurso pedestre em fase de registo e homologação.-----
---- A verdade é que em vinte e seis, do seis, de 2017, ou seja cerca de oito ou nove meses depois, a Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal veio esclarecer que até aquela data não tinha dado entrada qualquer projeto para a aprovação daquela designação.
---- Soubemos depois, pela Câmara Municipal, que o projeto teria dado entrada em setembro desse anos de 2017, ou seja, quase um ano depois da inauguração do trilho. Mas a verdade é que até agora não soubemos mais nada, e uma vez que, na última Assembleia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

veio para ser aprovado o contrato interadministrativo da manutenção do percurso pedestre, nomeadamente deste, e que passará para a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo a responsabilidade desta manutenção. Entendemos que era efetivamente importante perceber se este trilho foi ou não homologado, porque se ele não foi homologado ele não existe, ou melhor, não existe nenhum trilho PR12AGD. Isso significa que, no plano jurídico, não existindo o objeto, o contrato é nulo.-----
----- Era nesse sentido a minha intervenção.-----
----- Se o Senhor Presidente me diz que já viu esta informação, ótimo, fico então a aguardar e espero vir aqui na próxima esclarecer essa situação.-----
----- Na última Assembleia tivemos também a oportunidade de ouvir a Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Águeda (CPCJ), e de ler os documentos de suporte ao relatório anual.-----
----- Tivemos também a oportunidade de ouvir a posição da Câmara Municipal. Eu, na altura, não intervimos, porque faço parte da comissão alargada indicada por esta Assembleia Municipal há cerca de oito anos, e todos os anos venho aqui falar da mesma coisa. Este ano decidi ouvir primeiro a posição da Câmara Municipal, para ver se tínhamos aqui alguma novidade.-----
----- A verdade é que isso não aconteceu. Hoje, não venho aqui elencar o trabalho que foi desenvolvido ou que tem sido desenvolvido pela CPCJ; não venho aqui falar do número de horas que aqueles técnicos dedicam; não venho explicar aqui uma vez mais que o trabalho que desenvolvem é de superior importância e é fundamental conseguirem dar resposta no mais curto espaço de tempo; não venho aqui falar sobre o número de vezes que os técnicos se deslocam nos seus próprios veículos, nem do número de vezes que já viram aqui mendigar um veículo descaracterizado para poderem exercer as suas funções. E a resposta da Câmara é que a CPCJ quando necessita pode requisitar um veículo aos serviços.-----
----- Agora pergunto, se for necessário fazer uma retirada de uma criança ao meio da noite ou durante o fim de semana, como já aconteceu tantas e tantas vezes nestes últimos anos, e como os serviços da Câmara estão encerrados, o que é que o Senhor Presidente aconselha a fazer? Aconselhar as crianças que estão a ser vítimas de maus tratos, de violência, de violência sexual, a aguardarem pelos dias úteis e pelo horário de expediente?--
----- Hoje, a minha questão é só uma: quando é que a Câmara Municipal de Águeda disponibilizará à CPCJ um veículo descaracterizado?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020

----- Já agora, neste ensejo, parece-me pertinente esclarecer uma dúvida que aqui foi colocada pela Deputada Carla Eliana, acerca da verba que é transferida pela Comissão Nacional para a Câmara Municipal. Não sei se foi esclarecida diretamente à Senhora Deputada ou não, mas acho que seria importante para todos nós partilharmos ou termos essa informação. Tenho aqui, e se me permitem ler uma mensagem que veio da própria Comissão Nacional, onde esclarece que a transferência mensal da Comissão Nacional para o Município de Águeda, relativa à comparticipação, ao apoio, ao funcionamento da CPCJ é no valor mensal de dois mil quinhentos e setenta e seis noventa cinco. Depois, explica de que forma é que é pago este valor, isto dá um valor anual de cerca de trinta e um mil euros. Falou-se aqui também de uma funcionária que está colocada desde janeiro na CPCJ. Tanto quanto sabemos, esta funcionária veio para ali numa situação de mobilidade e estará a ser paga pelo Ministério da Educação, portanto, as despesas que a Câmara tem com a CPCJ serão despesas quase residuais.-----

----- Para além disso deixar aqui uma breve nota, porque não sei se é do conhecimento dos Senhores Deputados Municipais, mas em setembro acabou-se com o projeto da RLIS. Havia quatro técnicas que faziam apoio a determinadas zonas do concelho, como Fermentelos, as zonas serranas e Macinhata, e com o encerramento deste serviço e a falta de resposta, nós sabemos que a cobertura do território foi atribuído, entretanto, à Cruz Vermelha, mas não é a mesma coisa que ter quatro técnicas disponíveis para este efeito. Isso acabou por desembocar num aumento de trabalho na própria CPCJ.-----

----- Portanto, parece-nos mais do que nunca pertinente, aquele que é o desejo, a vontade, a necessidade que há muito a CPCJ vem aqui manifestando”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “No período antes da ordem do dia foram abordadas questões que têm a ver com a segurança, e ela voltou a ser referida aqui bem pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Recardães e Espinhel.-----

----- Reduzir a segurança à intervenção das autoridades policiais não é próprio do nosso tempo, nem de uma visão moderna e atual do que é a segurança. O problema da segurança é muito mais vasto, a prevenção é um fator chave, o combate à exclusão e à marginalização é fundamental.-----

----- O envolvimento da comunidade nos processos de auscultação pode ser decisivo para a tomada atempada das medidas adequadas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- A Covid-19 não vai trazer-nos apenas problemas de saúde, também poderá trazer problemas de marginalidade e de insegurança.-----

----- A Assembleia Municipal aprovou, na primeira sessão ordinária deste ano, uma moção que apelava ao Senhor Presidente da Câmara que procedesse à instalação do Conselho Municipal de Segurança até ao fim do primeiro semestre, que acaba hoje.-----

----- A legislação que cria e regula o Conselho Municipal de Segurança tem décadas. Foi aperfeiçoada na última legislatura e tornou mais importante e mais relevante, ou deu maior realce à necessidade de envolver a comunidade nos assuntos que respeitam à segurança.--

----- Senhor Presidente da Câmara, venho aqui repetir o apelo que foi feito nessa moção, subscrita por todos os Grupos Municipais e aprovada, em fevereiro, e olhe que quando o CDS elaborou essa moção não ignorava o quadro de formação daquilo que, na altura, era um surto epidémico que veio a desenvolver-se da pior forma que se vê, que é a pandemia Covid-19, isso também estava na nossa mente.-----

----- Senhor Presidente, volto a repetir o apelo, proceda à instalação, logo que possível, do Conselho Municipal de Segurança.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente;-----

----- “la começar exatamente pela Deputada Fátima Sampaio que me veio aqui de uma forma veemente trazer às minhas preocupações, como se não fizessem parte dela, afinal de contas, todas as nossas freguesias, todos os nossos lugares de freguesia do nosso concelho e fala na ausência total de obras nesses lugares, não sei se está a referir à Moita, à Chãs, à Cadaveira ou Casal d’ Álvaro, à Póvoa de Vale de Trigo, ao Raivo, não sei. -----

----- Efetivamente nota-se um desconhecimento grande daquilo que se passa no nosso concelho, porque caso assim não fosse, com toda a certeza, saberia que nós fazemos muitas, muitas, muitas obras fora da cidade, fora das sedes de freguesias, isso acontece todos os dias.-----

----- Nos passeios que vai dando, estou a citá-la, só vê desleixo. Recomendar-lhe-ia que começasse a escolher melhor os caminhos e abrisse um bocadinho os olhos para algumas coisas agradáveis que temos na nossa terra, e que são muitas.-----

----- Gostava de lhe falar naquilo que nós também temos na sua terra, naquilo que a preocupa, porque efetivamente estamos a preparar, ainda hoje lá estive curiosamente, estivemos lá hoje com uma preocupação muito grande de tal e qual como disse o Senhor Presidente da Junta, de fazermos qualquer coisa que coloque aquele espaço, que já foi um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

espaço central, que volte a ser um centro.-----
----- Queria-lhe dizer que fique tranquila porque nós estamos a fazer esse trabalho, e estamos a fazer muito bem, bem ancorados, e isso vai acontecer.-----
----- As estradas, efetivamente tem algumas estradas que estão em má qualidade, mas também lhe queria dizer que nós estamos a trabalhar com a ADRA. Já agora, posso dizer aqui que Jafafe irá começar nas próximas semanas a obra de saneamento e imediatamente a seguir será Sernada, então aí sim, vamos pavimentar aquelas estradas tanto de Sernada como de Jafafe, a exemplo daquilo que estamos a fazer agora por exemplo, na Póvoa de Vale de Trigo, em Casal d' Álvaro e noutros lugares que também andamos aí a visitar para que tal aconteça, portanto vamos-lo fazer com todo o cuidado.-----
-----Queria só dar-lhe esta tranquilidade e recomendar-lhe também que faça um esforço para ver que afinal de contas, embora as necessidades se mantenham e existirão sempre, há muita coisa boa que nós vamos fazendo.-----
----- Senhor Presidente da Junta de Recardães falou aqui numa coisa que, quero-lhe agradecer, sinceramente, o facto de ter abordado esta questão.-----
----- Queria que ficasse aqui absolutamente claro, porque acho que nenhum de nós temos dúvidas e isso é fácil porque podemos comparar. As nossas juntas de freguesia têm uma capacidade e intervenção muito maior do que a generalidade das freguesias do nosso país, quase todas. Queria aqui prestar homenagem a muitos dos autarcas de freguesia aqui presentes porque fazem um trabalho absolutamente fabuloso nas suas freguesias e queria-lhes dizer o seguinte, a todos nós que temos todas as noções, os nossos recursos financeiros, nomeadamente nunca chegam para nós fazermos tudo aquilo que é preciso, e disse-se aqui uma coisa, parece que até foi o Senhor Presidente da Junta de Macinhata que veio aqui dizer, que é um facto, nós vivemos num tempo em que a maior parte dos nossos concidadãos às vezes esquecem-se, dizem que algumas das crianças às vezes têm algum défice de aprendizagem e que acham que, se calhar as alfaces nascem no super mercado, e algumas pessoas esquecem-se que na Primavera em Portugal a vegetação cresce e cresce por todo o lado. Nós por um lado achamos que não devemos utilizar herbicidas, o Senhor também não utiliza e muito bem, mas por outro lado, achamos que conseguimos dar vazão ao crescimento acelerado que tem na Primavera, acredito que lá mais para o fim do ano nós temos tudo completamente limpo, e bem.-----
----- Nenhum de nós aqui presente consegue estar em lado nenhum, em todo o lado ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

mesmo tempo, não consegue. Se está limpo num lado, provavelmente não estará completamente limpo noutro, e vice versa.-----

----- Agora a minha homenagem a todos vocês, porque fazem indiscutivelmente um belíssimo trabalho, mas têm essa capacidade maior e essa capacidade de intervenção muito maior com meios, porque efetivamente os meios financeiros que a Câmara vos vai colocando à disposição, assim o tem vindo a permitir, mas não chega, sei que não chega, mas nunca chegou e nós ao longo do tempo temos vindo a dar cada vez mais.-----

----- Falou aqui de uma coisa que é um problema, é mesmo um problema, a Câmara de Águeda tem uma capacidade de intervenção com as suas máquinas e, reparem numa coisa, todos os dias anda a prestar apoio às juntas de freguesia também um apoio suplementar e não é o apoio que nós queríamos dar por uma razão muito simples, nós efetivamente temos um défice enorme de meios humanos.-----

----- Pensem comigo uma coisa porque é importante que os nossos cidadãos, principalmente os que estão lá em casa a ouvir-nos percebam também isto, saberiam que um operador de máquinas na Câmara Municipal ganha pouco mais do que o ordenado mínimo? Sabiam que a Câmara Municipal não lhes pode pagar mais? E sabem perfeitamente que um bom operador de máquinas é muito bem pago em todos os lados. Agora, coloquem-se no lugar de quem tem que gerir a Câmara Municipal, nós vamos comprar equipamentos, mas depois não temos quem ande com eles e sobretudo não temos quem ande com eles com qualidade, que os faça efetivamente rentabilizar.-----

----- Nós compramos aquele destroçador e aquele destroçador, neste momento, no nosso concelho, precisava de funcionar dois turnos por dia, pois bem, mas nós só temos um funcionário e é quando o temos, porque ele às vezes também tem as suas necessidades e não trabalha todos, todos os dias, tem férias, tem outras coisas. Por isso, acreditem sinceramente que todos nós percebemos que às vezes gostaríamos de estar mais presentes ainda e sobretudo ter uma capacidade de intervenção maior, mas isso não acontece.-----

----- Queria-lhe só dizer que a obra de Espinhel que é da responsabilidade da Câmara, começou efetivamente hoje. Esqueceu-se deste pormenor, não disse que era da responsabilidade da Câmara, mas é.-----

----- Relativamente ao Senhor Presidente da Junta do Préstimo, dizer-lhe que naturalmente como é do conhecimento geral, nós iniciamos e contratualizamos um processo com todas as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

pontes, e a ponte da Chousinha era minha convicção que durante o mês de março estaria resolvida aquela questão. Não foi possível por questões de contratualização, nós tivemos o início de contratualização com determinada empresa que não conseguimos levar avante e tivemos que recomeçar todo o processo, lamento, mas estas coisas também vão acontecendo.-----

----- Relativamente à ponte do Vale d' Égua, queria-lhe dizer que ela não tem dois lados, é uma ponte intermunicipal que é propriedade de dois municípios, e a intervenção que lá vai ter que ser feita, é feita pelos dois municípios - Águeda e Sever do Vouga. Ela não tem dois lados, até porque ela não funciona só com um lado, portanto, não há nada feito de um lado, não, há uma coisa muito séria efetivamente do lado do concelho de Águeda, os danos significativos que lá estão, são do lado de Águeda indiscutivelmente, o rombo foi daquele lado que nós todos conhecemos, ela está transitável, mas naturalmente que precisa de uma intervenção a sério.-----

----- Relativamente à questão dos muros do Casal, queria-lhe dizer que o muro não foi feito, e também a estrada ainda não caiu, mas também lhe queria lembrar que quando alcatroamos aquele pavimento, lembro-me perfeitamente que o Senhor andou lá a fazer os muros, gostaria de ter a mesma colaboração agora, mas já percebi que não porque a estrada já foi pavimentada pela Câmara e já não interessa.-----

----- Relativamente à questão de iluminação, dizia-lhe que há teimosias e obstinações, parece uma obstinação. Repare numa coisa, em todo o concelho só o Senhor é que mantém esta questão, disse-lhe claramente, e disse nesta Assembleia que lhe dou todos os elementos que solicita, sem problema nenhum, mas gostaria também que me enviasse aqueles que lhe serviram de base relativamente aquelas notícias um bocadinho mentirosas que mandou a dizer sobre este assunto.-----

----- Relativamente ao Senhor Eng.º Manuel Farias queria-lhe dizer que, e agradecer o facto de falar do assunto, porque ficou aqui visto que pedi uma intervenção e não queria contestar minimamente a oportunidade ou falta de oportunidade na altura do assunto referido aqui por esta questão da saúde e desta comissão que foi aqui proposta pela Assembleia Municipal. Acho muito bem, mas esta questão do oportuno, transversal e necessário acho que sim, é hoje e sempre, e queria aqui dar as boas vindas a todos estes Deputados que subscrevem esta proposta, porque aqui há uns anos quando nos despejaram o hospital, não gostei nada de ver a passividade, não gostei. O PSD e o CDS naquela altura que era um Governo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020

inopinadamente e curiosamente contrariando claramente aquilo que combinavam com a Câmara Municipal então, queria-lhe dizer que despejaram literalmente o hospital de Águeda, foi assim que aconteceu e não há outra forma.-----

----- Agora estão preocupados e muito bem. É uma preocupação oportuna, transversal, necessária. Estamos cá para trabalhar. Mas queria-vos dizer que nunca deixamos de trabalhar, até por uma razão muito simples, nós temos o projeto do nosso centro de saúde de Águeda completamente pronto. Nas próximas semanas vai ser lançado o concurso e vamos ter efetivamente uma obra muito meritória no Centro de Saúde de Águeda, na sede aqui em Águeda, que desde há muito tempo, até diria que desde que abriu é absolutamente inadequado para a função, aqueles cubículos onde as pessoas são atendidas, onde os profissionais trabalham não têm, há muito tempo, a mais leve condição.-----

----- É a Câmara sim senhor que vai avançar com esta obra porque o Estado Central, que deveria ser competente nesta matéria, não o faz, nunca o fez desde essa altura e, portanto, somos nós sim, que vamos substituir-nos a esse Estado Central e portanto iremos fazê-lo e mantenham-se calmos porque não há razão para não ouvirmos estas coisas que são inteira verdade.-----

----- Relativamente a esta questão das figuras dos ilustres aguedenses, queria-vos dizer o seguinte e deixo aqui o meu repto, que acho muito bem e gostaria de dar esta sugestão de que fosse criada também aqui uma comissão para gerir muito bem e com toda a sensibilidade que precisamos nesta matéria, no sentido de inclusivamente pudermos vir a distinguir figuras maiores do nosso concelho que precisam efetivamente de ser reconhecidas.-----

----- Senhor Presidente, da minha parte, naturalmente disponibilizo todos os serviços municipais para o poder fazer. Acho que deve ser uma coisa que ultrapassa claramente questões partidárias, deve ser o reconhecimento de figuras ilustres do nosso concelho e agradeço sinceramente que sigam por diante com esse necessário reconhecimento, que seja feito de uma forma criteriosa e naturalmente partilhada por todos de forma unânime quando as coisas que são efetivamente verdade assim o exigem.-----

----- Relativamente à questão da estrada do Souto Rio, nós estamos a fazer agora uma intervenção, uma intervenção muito mais profunda do que o que foi feita naquele início. Posso-lhe dizer que é altamente vantajosa para o Município e estamos naturalmente disponíveis a todo o momento para lhe mostrar que assim é.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- A obra vai ficar indiscutivelmente com outras condições que preservem e que garantem a segurança naquela estrada que, efetivamente, durante algum tempo esteve em causa.-----

----- Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Macinhata, pois falou-me, só lembrar que gosto das pessoas que estão aqui, sobretudo dos que estão aqui que têm participação cívica reconhecida, que conhecem, que procuram conhecer e por isso mesmo intervêm, esses indiscutivelmente sabem do que falam.-----

----- Dra. Marlene Gaio, o trilho PR12, vi passar a informação da nossa técnica que trabalha nesta matéria, não está reconhecido. Tenho aqui um e-mail que vi passar que diz o seguinte: “No seguimento da questão colocada na Assembleia Municipal, no dia vinte e seis, relativamente ao trilho PR12, trilho dos arrozais, venho pela presente informar que o trilho não se encontra homologado”. Depois diz o seguinte: “os trilhos pedestres estão sinalizados com as normas e regras da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, incluindo o PR12, mas atendendo à exposição apresentada na referida Federação, por um particular, o registo deste trilho ficou suspenso. Este processo que estamos a retomar, assim que fechado o traçado do trilho” como sabem tem os problemas que já uma vez aqui referimos “atividade que está em articulação com a União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo e os proponentes do trilho”. É isto o que a técnica está aqui a escrever, peço desculpa de não ter chegado de forma atempada, mas pensei que sim porque inclusivamente me pareceu que estava aqui alguém que secretaria a Assembleia e pensei que fosse possível isso ter acontecido.-----

----- Relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, na próxima sessão da Assembleia será empossado.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “Torna-se difícil compreender o Senhor Presidente da Câmara quando ele demonstra claramente que não sabe do que é que está a falar.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara acabou de dizer que será empossado na próxima sessão da Assembleia, não pode, é na sessão da Câmara.-----

----- O protesto tem a ver com isto, Senhor Presidente, agradeço-lhe muito as boas vindas que me deu para as questões de saúde. O Senhor Presidente sabe perfeitamente das diligências que eu fiz, exaustivas, dentro das minhas possibilidades, para impedir que o esvaziamento do hospital de Águeda continuasse, para impedir que o plano estratégico que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

estava a ser delineado fosse para a frente. E o Senhor sabe inclusive das reuniões a que eu levei os outros líderes partidários, inclusive um deles está sentado ao seu lado, na altura era líder do Partido Socialista, às audiências concedidas pela ARS do Centro ao CDS, podia ter querido ter protagonismo e dar protagonismo ao meu partido, nunca fiz isso. E as manifestações vergonhosas que os Senhores fizeram com dinheiros públicos, com o dinheiro da Câmara, em vésperas de eleições, a ir buscar camionetas de pessoas, para as pôr a falar ao lado de um Deputado do Partido Socialista, foi o único que usou a palavra durante essa manifestação, quando estavam presentes Deputados de outros partidos e vedaram o uso da palavra aos líderes Municipais dos outros partidos. O Senhor devia ter vergonha daquilo que acabou aqui de afirmar. O Senhor não tem autoridade moral e sobretudo o Senhor não tem a sua seriedade para fazer o género de insinuação que acabou de fazer.”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD; -----

----- “Venho protestar porque o Senhor Presidente chamou mentirosos aos elementos do PSD e do CDS da altura do processo do hospital.-----

----- Não lhe vou chamar mentiroso, quero-lhe dizer Senhor Presidente que espero que seja por desconhecimento, porque grande parte dos assuntos foram tratados com o Presidente Gil Nadais, não sei se na altura já andava às cabeçadas com ele ou não, mas ele tratou esse assunto várias vezes connosco.-----

----- E quer o PSD, quer o CDS, e não só, o Partido Socialista também, as forças presentes na Assembleia Municipal, acompanharam o Senhor Presidente da Câmara em várias reuniões, na ARS no Centro Hospitalar do Baixo Vouga em Aveiro, no Centro Hospitalar do Baixo Vouga em Águeda, sempre no sentido de tentarmos resolver o hospital.-----

----- Opusemo-nos sempre à saída, quer da ortopedia, quer das análises químicas, ficando cá a química seca. O Senhor esteve inclusivamente numa reunião connosco no hospital, esteve numa connosco, só estou a falar nas que estive, as que não estive não estou, estou a referir-me à acusação que o Senhor fez, esteve connosco e ouviu a nossa opinião lá, e tentamos influenciar o Governador da altura, não foram sensíveis ao que nós lhe pedimos. Uma coisa é dizer que o Governo da altura liderado por uma coligação PSD e CDS, não foi sensível às pretensões de Águeda, outra coisa é dizer que o PSD de Águeda ou o PS de Águeda ou o CDS de Águeda não foram sensíveis a esta luta. Mais, tivemos problemas enormes com o Diretor do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, o Dr. José Afonso, sobre todo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

este processo, e é absolutamente injusto o que o Senhor está a dizer.-----
---- Mais, na altura, até a Dra. Paula Cardoso, Deputada, esteve sempre ao lado deste processo, é de uma injustiça total.-----
---- Vou aqui replicar exatamente sobre aquilo que disse o Miguel, sobre aquela vergonhosa manifestação em que estivemos lá, em que puseram o Dr. António Cardoso a falar naquela manifestação, quando estavam líderes de outros partidos e estavam outros Deputados naquela manifestação, e os Senhores é que estavam à frente do Município.-----
---- O Senhor não se pode esquecer, se quiser falar do passado, falaremos, enquanto a Câmara foi liderada pelo PSD o hospital de Águeda funcionou e cresceu, evoluiu, foi no seu tempo, no vosso tempo, de vocês que aqui estão como Vereadores na altura, como Vice-Presidente da Câmara que perderam as valências todas do hospital de Águeda e se continuar nessa posição, vai continuar a perder. Sabe porquê Senhor Presidente? Estas coisas não se enfrentam, negociam-se. E vocês optaram por um confronto nessa altura em vez de tentarem negociar.-----
---- Por isso mesmo perderam o hospital, perdem o tribunal, não há ligação Águeda-Aveiro, não há patavina nenhuma, porque o Senhor continua a fazer posts no facebook em vez de ir para Lisboa e para a Europa negociar. Isso é que o Senhor deve fazer para nosso bem, é o desafio que lhe deixo.”-----
---- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente;-----
----“Primeiro sossegar o Senhor Eng.º Hilário Santos que pode andar sossegado, cabeçadas da minha parte não vê eu dar, nem a ele, nem a ninguém, fique tranquilo e proteja a cabeça, está bem?-----
---- Relativamente ao resto, queria-lhe dizer o seguinte, estive efetivamente nesses tempos cá e posso-lhe dizer mais, trabalhei, trabalhei muito e acompanhei um projeto que foi feito para intervir no hospital, nomeadamente nas urgências do hospital, um projeto ambicioso. Esse projeto teve inclusivamente financiamento comunitário garantido, um milhão e seiscentos mil, mais ou menos, qualquer coisa mais até do que um milhão e seiscentos mil euros.-----
---- Então ficamos todos a saber que nessa altura há um concurso público feito pelo hospital, naturalmente e inclusivamente é assinado um contrato e esse contrato não teve desenvolvimento e as obras não começaram porque, no momento da criação do Centro Hospitalar, a Administração então teve alguns cuidados, diria que exagerados, porque podia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

efetivamente ter começado a obra, podia naquela altura, poderia e deveria ter começado a obra e a Administração de então, não começou.-----

----- O Administrador nomeado pelo Governo, com toda a certeza do PSD e do CDS, Dr. José Afonso, chegou e antes de se apresentar a quem quer que seja, a dizer o que quer que seja à Câmara Municipal, contactou a empresa que tinha ganho e que tinha contrato assinado com o hospital, de que as obras não eram para executar.-----

----- Com isto o que aconteceu? E o Senhor sabe perfeitamente, é o seguinte: o fundo comunitário que estava indexado a esta obra, terá sido gasto na unidade local da Guarda e no Hospital Pediátrico, penso eu, nesses dois lados, terá sido para pagar essas questões todas aí.-----

----- Nós ficamos sem a obra, e o então Administrador e Diretor do Conselho de Administração do Centro Hospitalar, teve exatamente este tipo de intervenção, e assim ficamos sem as nossas obras.-----

----- Recomecei, volto a dizer, porque fui eu sempre que andei a acompanhar essa obras mesmo no passado, recomecei um projeto que culminou com o novo contrato e com uma nova adjudicação e com um fundo comunitário também um pouco mais escasso, nós ficamos aqui na ordem dos seiscentos mil euros, por aí.-----

----- O que é que acaba por acontecer no meio desta história toda? A obra como toda a gente sabe tem que decorrer, por causa da questão do fundo comunitário. O dono da obra terá que ser a Administração do Centros Hospitalar e não a Câmara Municipal, lamentavelmente. A Câmara propôs-se e foi aprovado aqui, na Assembleia Municipal, financiarmos esta obra e naturalmente o contrato é assinado, e ficamos a aguardar o visto do Tribunal de Contas, que aconteceu.-----

----- O empreiteiro quis começar a obra e então nessa altura, por parte do hospital que deveria ter preparado os trabalhos, verificou-se que não tinham ainda os contentores que foram instalados naquela altura. De imediato, o que acaba por acontecer é o seguinte: quando finalmente são instalados os contentores, a empresa que tinha assinado o contrato e que assinou o contrato e que por via disso, já não podemos ir a outro, e tem que haver um novo concurso público, tinha entrado num processo de falência e é esta a realidade das coisas que nós temos.-----

----- Agora, relativamente ao despejo das unidades orgânicas do hospital efetivamente ele aconteceu lá atrás com o Dr. José Afonso, que não ficou só, volto a dizer, de não ter ido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

com a obras para a frente, despejou literalmente o hospital. Nessa altura todas as manifestações que terão acontecido, se calhar, pecaram por ser escassas, porque efetivamente nós fomos completamente defraudados e depauperados de todo um património de serviço público que tínhamos aqui na nossa terra e que lamentamos e muito que tenha acontecido. Vai ser muito difícil nós recuperarmos as valências que estiveram aqui neste hospital, mas vamos continuar a esforçarmo-nos para que se possa ir lá.-----

---- A garantia que tenho da Senhora Presidente do Conselho da Administração do Hospital é de que está a lançar novo procedimento, não tem outra saída.”-----

---- Antes de entrar no período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal lembrou que ficou uma proposta aprovada, na sessão anterior, de que os últimos cinco pontos da última sessão, passariam a constar da ordem de trabalhos da presente sessão.-----

---- Sugerindo ainda que, para além da renumeração se comesçasse por estes, propondo só apenas um acrescento, que o último ponto, 3.21, fosse junto com a outra apreciação, uma vez que são os dois últimos pontos.-----

---- Assim, os pontos 3.17; 3.18; 3.19; 3.20 e 3.21 da Segunda Sessão Ordinária, passariam a ser os pontos 3.1; 3.2; 3.3; 3.4 e 3.5.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

-----**3.1 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento – Campanha de apoio ao Comércio Local “Compre em Águeda”;** -----

---- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente;-----

---- “Senhor Presidente ia pedir ao Senhor Vice-Presidente para apresentar este assunto.”--

---- **Edson Carlos Viegas Santos** – Juntos – Vereador;-----

---- “Esta proposta vem no sentido desta pandemia que tem prejudicado não só e muito, muito o comércio tradicional.-----

---- São pequenos negócios que mesmo nesta fase de desconfinamento têm vindo a abrir lentamente, mas que nós sentimos que enquanto não for criada a confiança dos munícipes, neste caso das pessoas que fazem as compras no comércio tradicional, vão passar tempos muito difíceis.-----

---- Surge esta proposta no sentido de apoiar não só as famílias, mas apoiar também o comércio tradicional, que tanto vai precisar neste momento.-----

---- Esta proposta trás alguns benefícios que estão previstos que o Município considera que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

são imprescindíveis para o setor.-----
----- Poderei responder a algumas questões mais concretas em relação aquilo que se pretende com o regulamento. Mas a aposta é numa campanha que terá o nome “Compre em Águeda”, que terá um investimento de cento e cinquenta mil euros, e que será feito através de um sorteio. Penso que em termos gerais e aqui em concreto, a grande aposta será no comércio tradicional, apoiar de alguma forma para que estes tenham nestes próximos meses, sem eventos - são eventos como os do AgitÁgueda e outros que foram de alguma forma anulados e que têm trazido nos últimos anos muita gente até Águeda e que têm ajudado o comércio tradicional -, neste momento passam momentos difíceis, e pensamos que desta forma, não só apoiamos o comércio tradicional, mas também as famílias que sentem e que vão usufruir também deste investimento, desta verba.-----
----- Fico ao dispor para algum esclarecimento.”-----
----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD;** -----
----- “A primeira nota sobre este ponto é dar os parabéns à Câmara pela iniciativa, e quando a Câmara faz bem merece sempre os parabéns do PSD.-----
----- Concordo e concordamos com a génese da iniciativa, acho que é uma iniciativa boa. É uma iniciativa importante no sentido de apoiar o comércio local. É importante que o comércio de Águeda seja apoiado.-----
----- No entanto tenho aqui duas ou três notas sobre o próprio regulamento do concurso que gostava de ser esclarecido.-----
----- Primeiro – A proposta que nos trazem, penso que carece de alteração, porque aquilo que vejo é que houve uma alteração entre o que está proposto no Executivo e o que está deliberado. Porque o que está deliberado tem um conjunto de prémios, julgo eu, que são dez cupões de mil euros e oitenta cupões de quinhentos euros. E aquilo que foi deliberado no Executivo são dez cupões de mil euros, são quarenta de quinhentos e oitenta de duzentos e oitenta.-----
----- Houve uma deliberação do Executivo que depois não foi alterada a proposta, penso que, pelo menos da minha parte está percebido, vocês deliberaram isso no Executivo, que não alteraram isso na proposta, mas que depois a proposta terá que ser adaptada, vamos pensar que sim e passar por cima dessa formalidade.-----
-----A ser isso, terá depois que se alterar o ponto quatro da proposta, no sorteio realizar-se-á durante a extração de os primeiros cinco cupões, depois os outros, tem que se adaptar. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

sorteio é isto tudo que aqui está.-----

---- Segundo – Não consigo perceber ainda muito bem como é que vocês controlam isto em termos de entrega de cupões aos comerciantes, porque os comerciantes vão-vos provavelmente requerer cupões. Há cem mil cupões que vão ser distribuídos., não sei se há um limite por comerciante para a receção de cupões e não sei com o é que é feito o controle entre o cupão e a fatura. Como é que eu como comerciante posso-vos pedir vinte mil cupões e depois a minha faturação não dava para cinco mil cupões. Não sei como é que é feito esse controle, penso que é importante ser feito esse controle, sob pena de poder haver muito mais cupões no sorteio que não ligam diretamente com uma faturação e isso obviamente altera completamente o sorteio. Do meu ponto de vista isso é importante ser controlado. Há várias sugestões, mas não vou estar aqui a entrar em detalhe técnico, não é bem a componente desta Assembleia. A componente da Assembleia é discutir aquilo que é essencial na proposta.-----

----O controle da faturação em relação aos cupões é importante ser feito para não desvirtuar a ideia do sorteio.-----

---- Depois, sugeria aqui uma pequena medida que vai ajudar a isto que é no ponto nove, diz: *os prémios deverão ser reclamados no prazo de quinze dias a contar da data da publicação dos resultados.* Eu diria mais, *devendo ser acompanhados da fatura que lhes deu origem.* Esse prémio tem que ser acompanhado da fatura porque a pessoa tendo a fatura, pelo menos garante que aquele valor foi comprado.-----

---- Eu introduziria aqui um ponto onze, que é este - isto não é uma ideia minha, para não haver problemas nenhuns, ouvi isto num debate do ex-Presidente da Câmara, num programa que às vezes cria aqui um bocado de moessa em alguma malta e foi ele até que sugeriu, a ideia não é minha, é uma ideia do Dr. Gil Nadais -, cada pessoa que entra no sorteio, só deveria ter acesso a um prémio. É possível fazer compras em várias lojas e ter acesso a mais que um prémio. Acho que para isto ser mais abrangente, cada pessoa, cada NIF individual, só tinha direito a um prémio, por isso eu acrescentaria um ponto onze que dizia os seguinte: *“cada cliente, número de contribuinte, só terá direito a um prémio, sendo-lhe atribuído o de maior valor em caso de duplicação no respetivo sorteio”.*-----

---- Portanto, eu posso fazer compras numa loja, recebo uns cupões, ponho lá, passo noutra loja recebo outros cupões ponho lá, de repente calham-me dois cupões de mil euros. Acho que o objetivo disto é aumentarmos o leque de pessoas com prémios para trazer o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

máximo de pessoas a fazer compras em Águeda.-----
----- Eu sugeria que se alterasse isto e se limitasse os prémios por sorteio, vai haver três sorteios, cada NIF só tem direito a um prémio-----
----- Ao acontecer isto, implica que se tenha que sacar mais cupões suplentes, vocês têm cinco cupões suplentes, penso eu, tem que se aumentar o número de cupões, mas isso depois tem a ver com o próprio regulamento.”-----
----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----
----- “Obrigada Senhor Presidente, obrigada também Eng.º Hilário, porque as propostas certamente, na minha opinião, beneficiam a proposta que aqui está, mas quero referir-me em primeiro lugar à proposta.-----
----- A proposta diz que a Câmara considerou os custos e os benefícios previstos, o apoio total a dispensar é de cento e cinquenta mil euros, mas não somos informados dos custos indiretos que a Câmara vai ter de suportar: impressão cem mil cupões, os selos, os vales de compras e a publicidade. Não fomos informados, gostaria, portanto é uma pergunta direta, certamente isso foi estimado porque a proposta da Câmara fala da relação custo benefício e certamente os custos totais terão sido estimados.-----
----- Sabemos que os prémios terão valor máximo de cento e cinquenta mil euros, mas não sabemos se o custo máximo desta iniciativa, não é de certeza cento e cinquenta mil euros, será mais elevado.-----
----- Qual é a estimativa? Não precisa de ser exata, mas certamente haverá uma estimativa de quanto comporta o restante.-----
----- Naturalmente também há custos administrativos associados, quantos funcionários da Autarquia vão ter que estar adstritos a esta iniciativa? E, eu não sabendo qual é, neste momento, a disponibilidade em termos de recursos humanos afetos às várias atividades que a Câmara tem de desempenhar. Sei que naturalmente haverá alguma redução das necessidades tendo em conta todo o contexto da Covid, mas, por exemplo, em setembro e outubro já pode não haver. Portanto, seria importante também se dizer, para nós ficarmos a saber, quais são os custos administrativos, mesmo em termos de recursos humanos a ocupar esta proposta.-----
----- Na minha opinião isto devia constar na proposta, não consta, seria melhor que constasse.-----
----- Quanto aos benefícios, temos que saber quais são objetivamente e quantitativamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020

os objetivos esperados. Temos que saber como é que vão ser avaliados. Quando nós lançamos uma proposta destas devemos criar os mecanismos para acompanhar a evolução da proposta, definir os objetivos naturalmente, e depois definir indicadores que nos permitam aferir o grau do cumprimento dos objetivos. Se tivermos um a proposta que vai para além das expetativas, isso é excelente, quer dizer que fizemos tudo bem. Se tivermos uma proposta que fica aquém das expetativas criadas, isso quer dizer que é uma proposta que tem que ser melhorada, se for repetida, mas essa avaliação tem que ser feita. Portanto, agradecia que informasse que métodos, indicadores e meios vão ser utilizados para proceder a essa avaliação, e se não foi pensado, então que se pondere. Não é preciso constar da proposta, mas que se pondere a criação desses instrumentos e que eles sejam usados para depois se proceder à avaliação do que resultar desta proposta.-----

----- Depois queria refletir sobre o seguinte, a Câmara vai usar cento e cinquenta mil euros no mínimo, que são de todos, não é dinheiro do Senhor Presidente da Câmara, é dinheiro de todos. A cada um dos quarenta e seis mil residentes, estou a ser benévolo, esta iniciativa custa três euros e vinte cinco. No máximo, vai beneficiar duzentos e setenta cidadãos diretamente, podem nem ser de Águeda, mas vamos presumir que são todos de Águeda, isso quer dizer que vai no máximo beneficiar zero virgula oito por cento da população.-----

----- Cem por cento dos residentes vão financiar a sorte, não é o mérito é a sorte de menos de um por cento. É que não há mérito nenhum envolvido nisto, e mais, não há discriminação nenhuma em termos de poder de compra, capacidade económica, de necessidade social, nenhuma, é mesmo só a sorte que conta, a sorte e a capacidade para fazer uma compra.----

----- Em suma, não me vou opor a esta medida porque gostaria de a ver avaliada e gostaria de ver que resultados vai produzir, deixo só estes cuidados.-----

----- Já gora faço uma ressalva, aplicando aquilo que aqui está em termos de graduações de prémios, vou-vos dizer o que é que pode acontecer: se for comprar um aspirador que custa oitenta e oito euros, recebo cinco cupões; se for duas vezes à farmácia e de cada uma dessas vezes gastar vinte e dois euros, gasto no total quarenta e quatro euros nesse mês, é metade dos oitenta e oito, recebo seis cupões; se for comprar um maço de cigarros e um café todos os dias, durante dez dias, estou a gastar cinquenta e três euros no total e estou a receber dez cupões.-----

----- Se o Município quer incentivar as pequenas empresas, acho bem que incentive, já propus aqui e volto a propor, considere-se para este ano, esta proposta que tem sido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

sistematicamente repetida pelo CDS, por alguns membros da bancada do PSD também e também da bancada do PS.-----

----- O que deveríamos fazer era estender a isenção da taxa de derrama municipal às empresas com volume de negócios inferiores a cento e cinquenta mil euros, isto sim seria uma ação que iria promover e estimular a atividade dessas empresas, é a minha opinião.”-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares – PS;** -----

-----” Apenas deixar umas breves notas quanto a esta proposta pela qual felicito o Executivo, porque de facto, depois desta crise que, alguns dizem que ainda agora está a começar, será necessário que sejam tomadas medidas bastante pensadas e que sejam sobretudo pensadas na lógica de ter um efeito o mais abrangente possível. Por isso, o único lamento que tenho aqui a fazer é o facto de aparecer apenas esta medida e não enquadrar esta medida num pacote de medidas mais abrangentes de apoio à indústria, de apoio às nossas empresas, de apoio às associações, enfim.-----

----- O que acho que o Executivo devia ter feito, e é o único lamento que tenho, é de não ter aproveitado esta altura para criar um pacote mais abrangente de intervenção e de apoio no âmbito das consequências da pandemia provocada pela Covid 19.-----

----- Este é o único reparo que tenho a fazer, mas creio que ainda estamos em tempo, acho que o Executivo ainda poderá pensar em apresentar um pacote, uma política estratégica que aliás é aquilo que vem sempre faltando, mas mais vale tarde, às vezes, do que nunca, e a esperança é sempre a última a morrer.-----

----- Quanto aos moldes em que está pensada esta medida, para além de entender que deveria ficar mais clarificada estas alterações que ocorreram no Executivo, porque de facto nem toda a gente se apercebeu, e não sei até que ponto é que será legítimo estarmos a votar uma proposta da deliberação que não corresponde à realidade, até porque a deliberação não diz qual é a alteração concreta, creio que não, diz só que foram feitas as alterações.”-----

----- Nesta altura, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu para dizer que a deliberação diz quais são as alterações.-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares – PS;** -----

----- “ Diz? Então, se calhar vi mal.-----

----- Mas já agora, uma outra alteração que acho que poderia ser interessante, porque diz no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

regulamento que os cupões têm que ser gastos até trinta de novembro de 2020. Acho que este prazo, até porque depois apanharia a altura do natal, é sempre uma altura em que as pessoas necessitam também de fazer compras, deveria ser alargado até trinta e um de dezembro de 2020, porque assim também ajudaria muito mais os comerciantes, porque também teriam a oportunidade de vender mais produtos na altura do natal e também auxiliaria os beneficiários destes cupões, porque poderiam aproveitá-los para fazer as suas compras de natal.-----

----- É este o contributo que aqui queria deixar.”-----

----- **Humberto José Tavares Moreira** – Juntos; -----

----- “Em relação a este tema, só a título pessoal, em relação à opinião do Hilário relativamente ao ponto onze, percebo a ideia, mas também me parece um pouco injusto porque o objetivo de uma campanha geralmente é não nos limitarmos, quanto mais, isto é uma questão estatística e regra, isto é visto como um jogo e quanto mais apostarmos, mais possibilidade temos de ganharmos. É óbvio que alguém pode fazer duas compras e ganhar nos dois talões, e haver outro que faz cinquenta e só ganha num. Mas parece-me um pouco inibidor e redutor no final estar a limitar a um prémio, até porque depois em termos logísticos obrigaria a reinserir novamente cupões. Imagina isto numa fase final em que já distribuístes a maior parte dos cupões e de repente há ali prémios de mil euros. Vais entregar um cupão solto?-----

----- Em relação aos comentários do meu colega Miguel, se nós analisarmos a campanha que estamos aqui a falar, estamos a falar de um duplo incentivo. Reduzir isto aos cento e cinquenta mil euros per capita no nosso concelho, não está ao nível daquilo que o Miguel costuma fazer aqui em termos de calculo matemático e exercício mental. Porque se nós pensarmos que temos um operador de caixa de uma qualquer loja da nossa baixa que neste momento poderá estar com o seu emprego e, com uma campanha destas, poderá ver o seu emprego garantido por mais alguns meses, é óbvio. No caso dele, se calhar repercute-se em quinhentos ou seiscentos euros por mês, não nos tais três euros que o Miguel falou. -----

----- Estamos a falar de vales que depois obrigatoriamente têm que ser novamente gastos aqui, não dá para gastar em Anadia, nem na Mealhada, nem em Oliveira do Bairro, não, tem que ser aqui.-----

----- É a primeira vez que se vai fazer uma campanha deste tipo e o nome da campanha efetivamente apoia o comércio local.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Reconheço que poderão haver outras medidas de incentivo a outras áreas e a outros setores de negócio no nosso concelho, é discutível. Parece-me desajustado estarmos a falar da derrama quando estamos a discutir este tema. Mas, essencialmente, vejo isto como um ano zero, um projeto piloto que pode funcionar muito bem. Certamente daqui a algum tempo, no próximo ano, poderemos estar a trabalhar em cima de números, porque é fácil de analisar em períodos homólogos, embora este ano tenhamos esta dificuldade. Porque se nós formos a avaliar período homólogos, por exemplo, faturação de setembro do ano passado e formos comparar com estabelecimentos que vão faturar este ano com a campanha, o efeito Covid nós não o conhecemos e os números são sempre difíceis de obter em termos de sabermos qual é o impacto da campanha, é difícil de chegarmos lá.-----

----- A proposta parece-me magnífica, não é perfeita como nenhuma, mas efetivamente acho que será um balão de oxigénio, será um fator motivacional para as nossas lojas da baixa e concelho que vão sofrer com o efeito não AgitÁgueda, e não sabemos o que é que haverá de setembro para a frente.-----

----- Ao Executivo e a todos aqueles que contribuíram para a ideia, acho que estão de parabéns e aceitam-se mais medidas deste género.”-----

----- **Edson Carlos Viegas Santos** – Juntos – Vereador;-----

----- “Primeiro é preciso saber que neste momento e nesta altura há comércio a fechar em Águeda, e sabemos que a pandemia trouxe ao comércio tradicional é algo que temos que fazer alguma coisa.-----

-----Trazer pacotes de ideias às vezes não é assim tão fácil como isso, nós também pensamos no Executivo, na possibilidade de contrairmos até um empréstimo. Chegamos a ponderar a situação em reunião do Executivo, em que a Câmara suportaria os juros e podia emprestar ao comércio tradicional e eles teriam um ano, dois anos, para nos devolver a verba. O que nos disseram, em termos de entidades, que a Câmara não poderia ir por esse caminho.-----

----- O que nós queremos é injetar um pouco de tesouraria a este comércio tradicional.-----

----- O Hilário quando fala na proposta, as propostas são concretas, ou seja, está definido no artigo cinco, quando as pessoas fazem as compras recebem um cupão e esse cupão vai ser carimbado e assinado pelo proprietário do comércio; esse cupão depois é que vai para a tómbola e quando ganhar, o sorteado vai fazer a compra, e aí sim. No artigo sete é que explica em concreto como é que é feito o processo.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Quando o comerciante recebe cem cupões para entregar ao cliente, ele se quiser dar dois, três ou quatro, pode dar, não é fácil nós conseguirmos de alguma forma controlar isso. Agora, para o comerciante, logicamente que não vai estar a destruir cupões porque isso não o vai beneficiar a ele, porque se fizer uma compra de dez euros e se der cinco cupões está a perder a oportunidade de voltar a promover mais compras no seu comércio, para que a pessoa leve mais e compre mais. O objetivo é sempre que as pessoas comprem mais.-----

----- Era na parte das compras que se estava a referir? -----

----- Logicamente que não vamos estar em todas as lojas e em todos os locais a ver se o comerciante faz ou cumpre o regulamento.-----

----- Nós vamos dar a todos os comerciantes, numa fase inicial, será de um selo, para colocar e identificar a loja. Será dado no início cem cupões, que depois vamos ver, consoante a procura e a adesão, e depois vamos ver quanto mais comerciantes aderirem mais cupões teremos que entregar. O objetivo será se o comerciante for aderir à iniciativa será dado o selo, e iremos de alguma forma sensibilizá-lo para o que se pretende desta campanha.-----

----- Só responder ainda ao Hilário, no ponto onze, ter acesso a um prémio. Se tivéssemos acesso a um prémio, em termos de comunicação o que é que nós temos que comunicar e termos de concelho? Que quem fizer compras em Águeda pode ganhar cento e cinquenta mil euros em prémios, em três meses, e, se for comunicado em termos de só poder ter acesso a um, esta comunicação é enganosa, porque a pessoa só pode ganhar mil euros. Nós entendemos que, em termos de comunicação, podemos ter outro impacto em termos de redes sociais e outras.-----

----- O nosso objetivo é que as pessoas de Águeda comprem em Águeda, mas que as pessoas fora de Águeda também venham cá fazer compras. Pensamos que isto em termos de comunicação comunica melhor.-----

----- Depois, se eu tiver oportunidade de ganhar cento e cinquenta mil euros, dois mil euros ou três mil euros, se calhar vou comprar mais em Águeda, tentar para ganhar mais cupões.-

----- O objetivo é um pouco esse, não há aqui tanto quanto é que cada um ganha, mas sim quanto é que isto vai mexer e vai reverter para o comércio tradicional. Daí a proposta de as pessoas ganharem cento e cinquenta mil euros em prémios.-----

----- O Miguel Oliveira fala logicamente dos numerzinhos, e bem, se fizesse esse estudo todo, ainda na sexta-feira falámos aqui no AgitÁgueda; se tivesse feito esse estudo do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

retorno, o AgitÁgueda nunca existia, porque começaria logo a pensar, se vou gastar aqui duzentos mil euros, o AgitÁgueda não tem este retorno, portanto há coisa que compreendo que devem ser quantificadas para saber se atingimos objetivos ou não.-----

----- O Objetivo aqui é claro, cento e cinquenta mil euros vão entrar diretos na economia local. A partir daí veremos depois qual é o impacto, poder-se-á conseguir saber qual é o impacto que esta iniciativa teve. Agora à partida, estamos aqui a falar de cinco mil e setecentos euros, se calhar da impressão das rifas, dos cupões, estamos a falar da parte administrativa das pessoas que lá estão, que neste momento não têm o AgitÁgueda, vão estar a trabalhar neste projeto.-----

----- Agora, se me viesse falar, pensei que me viesse falar nesse ponto, foi um aspeto que só soube depois da reunião de Câmara, é que isto é um sorteio. Sendo sorteio pode ser considerado um jogo de sorte e azar. Sendo considerado como tal, poderá ter que pagar, digo, poderá, porque já enviei quer para a Direção dos Serviço de Impostos Municipal, quer para o Gabinete do Secretário de Estado e da Economia, pedi-lhes um parecer e pedi se podiam de alguma forma indicar como é que é possível o Município, que enquadrado no âmbito da economia e tendo em conta a pandemia, quer investir no comércio tradicional desta forma, por causa da situação do sorteio pode ser considerado um jogo de sorte e azar? E se assim for teríamos que pagar, pasme-se, para cento e cinquenta mil euros, tínhamos que pagar perto de cem ou cento e dez mil euros de impostos.-----

----- O que é que estamos aqui a fazer é, vamos aprovar este regulamento e vamos ver se avançamos, mas se tivermos que pagar cento e tal mil euros ou cento e dez mil euros de impostos, logicamente não o poderemos fazer, certo?-----

----- O que está aqui em causa é o regulamento que vai permitir isto, e, eu estava a aguardar até hoje, tenho essa garantia que se calhar amanhã podemos ter o acesso pelo menos ao Gabinete do Secretário de Estado que nos possa dar aqui o enquadramento, porque se for benefício do Estado ou benefício do Município, seria isento. Se não for considerado com tal temos que pagar impostos, uma taxa qualquer de ... é uma brutalidade. Penso que, tenho dois pareceres, também um pouco diferentes, mesmo da própria Câmara não há um entendimento concreto em relação a isso. Dizer-lhes que pudemos enquadrar, por sermos Câmara e ser da nossa competência o apoio, tendo em conta a pandemia e a crise que estamos a passar, que a Câmara o poderá fazer sem ter essa taxa.-----

----- É esta a minha preocupação, é que não seja uma vez mais barrado por situações, neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

caso financeiras e que acho que não vale a pena.-----

----- Em relação à Carla, nós pusemos a data de trinta de novembro porque depois temos um prazo. Nós sabemos que as pessoas depois têm que gastar os cupões e depois de gastarem os cupões o comerciante tem que ir à Câmara, e esse processo todo não queremos que ultrapasse o presente ano.-----

----- O Senhor Paulo Seara, na altura, também falou na possibilidade de esticar mais isto, não gastando mais dinheiro, mas esticando até ao natal. Se tudo correr bem, esperemos que sim, que esta pandemia não se estique tanto, que possamos no Natal termos novamente o Natal que tivemos no ano passado e a perspetiva de investimento será outra, criar aqui duas situações de campanha, esticar, achamos que é melhor encurtar, a campanha surge e depois temos aqui um período de um ou dois meses, em dezembro teremos novamente em Águeda com força para voltar a apoiar, uma vez mais, o comércio tradicional.-----

----- Penso que respondi a todos no geral, quero deixar aqui que o objetivo temos vindo a estudar várias maneiras para conseguir apoiar o comércio tradicional e, desta forma, ao apoiar o comércio tradicional percebemos que conseguimos também apoiar as famílias. Para mim acho que é muito importante conseguir uma família receber mil euros ou quinhentos euros, ou mesmo que sejam duzentos e cinquenta para poder fazer compras no concelho, porque isto abrange todo o comércio do concelho, abrange qualquer família que viva em Águeda. Portanto, essas contas que o Senhor Miguel faz, posso fazê-las chegar, porque logicamente temos uma contabilidade de custos e perceber que pela contabilidade de custos consigo dizer-lhe daqui a pouco tempo quanto gastamos efetivamente. Depois, iremos tirar daí todas as nossas ilações sobre esta campanha.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “Tenho uma questão que me esqueci de referir há pouco e que acho relevante, e até me pode responder: os vales de compras são nominais ou não? Isto é, um indevido quando recebe o prémio, imaginemos quinhentos euros, esse prémio é subdividido em vales de compras de vinte euros; esses vales de compras são nominais, ou seja, são passados e só o portador com aquele nome e com aquele Bilhete de Identidade é que pode levantar o prémio, ou a pessoa que ganha o prémio pode distribuir os vales ou vendê-los como bem entender? -----

----- **Edson Carlos Viegas Santos** – Juntos – Vereador;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- “É a pessoa que recebe, ela é que vai receber os cupões, os vales digamos assim, e ela é que tem que ir ao comércio fazer a compra.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “Não é isso que estou a perguntar. Estou a perguntar é se cada um dos vales tem lá inscrito o nome, o número de contribuinte e o cartão de cidadão do indivíduo que pode exercer o direito de usar o vale? Porque se não, isso permite-me alienar os vales, dá-los ou vendê-los.”-----

----- **Edson Carlos Viegas Santos** – Juntos – Vereador;-----

----- “Percebo o que o Senhor Deputado está a dizer, a pessoa que está no vale não sei se está impresso no vale ou se a pessoa vai receber uma declaração em como é o vencedor. Ele se quiser dar os vales pode dá-los, mas neste caso em concreto, a pessoa que vai fazer as compras é que tem que apresentar os vales, e no vale na parte de trás, penso que estão lá, agora não sei se está no impresso nos vales ou se está na parte da declaração que nós vamos passar, porque a pessoa tem que levar, deixe-me só ver aqui, em cada vale tem a identificação da pessoa, recebi agora aqui a informação: o vale é nominal e está o nome da pessoa que ganhou, e essa pessoa tem que ir à loja fazer as compras.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “Muito bem Senhor Vice-Presidente, devia constar no regulamento, faz-se uma adenda, é fácil, nós chegamos a alterar o regulamento aqui e acrescentar isso.”-----

----- “Em vez de estarmos com dificuldades, das sugestões dadas pelo Hilário, etc., reunimos aqui em cinco, dez minutos, procedemos às alterações que toda a gente entender que podem ser feitas, e fica tudo bem.”-----

----- **Edson Carlos Viegas Santos** – Juntos – Vereador;-----

----- “É a primeira vez que estamos a fazer isto, se calhar algumas pequenas alterações, a proposta é deste Executivo.”-----

----- “Já expliquei o porquê de não aceitar esta de esticar até ao Natal, das propostas que me foram apresentadas, a única que me está a dizer é de que essa deveria.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “Senhor Presidente da Câmara aceita esta sugestão de que se possa durante um bocadinho refletir e inserir aquelas que quiserem aceitar, aquelas que não quiserem aceitar, não aceita. Se quiserem ir a votação com isto como está, vai, não digam é que não foram avisados.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- **Edson Carlos Viegas Santos** – Juntos – Vereador;-----
----- “Aqui diz, no artigo sétimo, ponto quatro - “*O pedido de reembolso é feito, pelo comerciante, mediante apresentação nos serviços municipais, do vale devidamente carimbado e respetivo documento comprovativo da venda fatura/recibo, bem como outros elementos necessários à concretização da transferência*” -, esses elementos têm que estar juntamente com o vale, tem que estar a fatura, tem que estar todo o comprovativo.” -----
----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----
-----” Senhor Presidente, vou deixá-lo a pensar um bocadinho mais sobre isto Senhor Vice Presidente.-----
----- Senhor Presidente queria falar para si diretamente e dizer-lhe que o Senhor Vice-Presidente falou do AgitÁgueda dizendo que se tivesse preocupado em fazer as avaliações nunca tinha feito o AgitÁgueda. Não consigo compreender isso. Aliás, vou-lhe dizer, na minha opinião, o estudo que aqui foi feito e que foi mostrado com as limitações que tem, foi um excelente contributo para o AgitÁgueda, e sobretudo um excelente contributo para o Município, e ficamos todos a perder por ele não ter sido feito mais cedo.”-----
----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----
----- “ Senhor Deputado estamos noutro assunto.”-----
----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----
----- “Mas o Senhor Vice-Presidente disse que não tinha ideia de que ...-----
----- Um indicador que pode usar, por exemplo, é o número de comerciantes aderentes, quantos é que espera ter e quantos é que depois alcançou. Isto é um indicador. -----
----- Quer ver outro, o número de vales entregues e levantados por setor. Isto é outro indicador que me parece ter alguma relevância para futuro.-----
----- Quer ver outro, vai fazer cem mil cupões, é importante saber quantos efetivamente foram necessários, porque se forem, imagine, trinta e cinco mil, está a ver aquilo que se poupa. É outro indicador.-----
----- Indicadores de desempenho que nos ajudem a ver como é que correu a iniciativa, sendo certo que nós, à partida, não devemos pôr as expetativas demasiado altas, nem demasiado baixas, porque é pioneira, acho que são importantes.-----
----- Mas o Senhor falou finalmente de um aspeto que é muito relevante, é que isto trata-se de uma iniciativa que tem um regulamento municipal, e nós não temos a certeza que não incidam impostos sobre isto.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Acho que é pouco lógico que incidam, sinceramente, porquê? Porque a Câmara Municipal não tem nenhum proveito económico com isto, antes pelo contrário, tem um prejuízo, lá está Caro Deputado Humberto, de pelo menos três euros e vinte e cinco por habitante. Porque como muito bem disse, como há a somar todos os outros custos, está a ver, se vamos somar vai subir a contribuição por cada um deles, portanto é assim, não são cento e cinquenta mil euros, são mais de cento e cinquenta mil euros, em principio. -----

----- Portanto, a contribuição por habitante será mais de três euros e vinte e cinco, sendo que o universo daqueles que vão receber os prémios e de pessoas, e incluiu pessoas que não são de Águeda, portanto, o universo é mais diluído do que os zero vírgula oito por cento. -----

----- Falei de zero virgula oito por cento, vá lá, menos de um por cento de beneficiários, por simpatia, compreende, na realidade são menos.-----

----- E com esta coisa que aqui ouvimos e bem, atenção, coisa não é depreciativo, com isto que aqui disse o Senhor Vice-Presidente de que o facto de nós dizermos cada pessoa só pode receber um prémio mesmo que seja o de valor mais alto, não deve ser usado porque isso depois retira-nos a possibilidade de fazer a publicidade a dizer, vamos distribuir cento e cinquenta mil euros em prémios, porque seria publicidade enganosa, reduz ainda mais o universo. Porque se uma pessoa pode receber mais do que dois prémios, já não estamos a falar de duzentos e setenta.”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD;** -----

----- “O PSD tendo feito algumas notas, vai obviamente votar favoravelmente a proposta mesmo não sendo acolhidas as nossas notas, porquê? Entendemos que o mais importante é a genuinidade da proposta e o objetivo de promovê-la. No entanto, três notas muito breves.-----

----- Quando falamos na questão de ... nós percebemos a ideias das redes sociais dos cento e cinquenta mil euros, passar essa mensagem. Mas por acaso nós temos uma ideia contrária, achamos que quanto maior o número de pessoas premiadas, mais as pessoas dizem que no comércio em Águeda estão a dar prémios, mais chamam os seus amigos para vir.-----

----- E o que nós temos falta em Águeda, exceto o mês de julho, é falta de gente. E se queremos gente em Águeda que chamem outros amigos para virem comprar, esse é o objetivo. Primeira nota.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- A segunda nota, sobre a questão do controle dos cupões pelos comerciantes.-----
----- Penso que nós aqui também devemos ter um papel, nós somos Município mas somos Estado, e um dos nossos papéis deve ser o controle de fuga ao fisco também. Devemos trabalhar, ajudar o nosso Estado neste processo. E da maneira como está, não havendo nenhum controle no número de cupões, pode perfeitamente, o comerciante, não estou a pôr nenhum label nos comerciantes, mas isto já não é novo, já houve vários sorteios deste tipo, os Natais no vosso tempo, fora do vosso tempo, já é uma coisa longa. Dar mais cupões pela fatura à pessoa que efetivamente faz a compra do que realmente aquilo que vale a fatura.---
----- Portanto, aquilo que estava a dizer é que, cada comerciante declara a minha faturação normalmente neste mês será tanto, vou pedir um conjunto de cupões e no final de cada mês faz o acerto. Desta maneira, temos um indicador do que é que representa o que era a faturação dos nossos comerciantes e o que é que nós estamos a ajudar.-----
----- Porque, Senhor Vice-Presidente, ainda agora o Miguel falou do AgitÁgueda, nós não podemos cometer esta asneira de dizermos que o AgitÁgueda tem um retorno de oito milhões de euros para Águeda Porque não é. Depois um dia falaremos sobre isso. Não é muito correto depois do que discutimos, a Câmara Municipal, na segunda-feira, lançar um conjunto de notícias para os jornais. Não me acredito que a Câmara Municipal tenha dito exatamente isto, mas o que passou para os jornais e para a comunicação social é que é oito milhões de euros para retorno em Águeda.-----
----- Frisei isto muito bem na altura, só fui buscar um exemplo da habitação para explicarmos exatamente isto e o Dr. Jerónimo disse, na habitação não é um milhão e meio é duzentos e cinquenta mil euros no máximo ou duzentos e vinte, já não me recordo muito bem, mas hoje não é AgitÁgueda.-----
----- A terceira nota já não me recordo, paciência”-----
----- **Edson Carlos Viegas Santos** – Juntos – Vereador;-----
----- “É só para esclarecer, no ponto cinco, ponto quatro, diz: “*serão considerados válidos para os sorteios apenas os cupões de participação que reúnam os seguintes elementos: identificação do cliente; número de identificação fiscal; contacto telefónico; identificação do respetivo estabelecimento comercial e número da fatura ou talão de compra correspondente.*”-
----- Só juntando estes documentos é que o cupão é válido para o sorteio.-----
----- O que é que nós não quisemos fazer? Tornar isto muito burocrático. Falou-se na situação de, podíamos nós, a Câmara, a pessoa ia com o cupão comprava, sei lá, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

escadote e a Câmara é que tinha que fazer a requisição para a compra. Isso não, ou seja, nós quisemos é que o comerciante depois de fazer a venda, no dia a seguir, possa ir à Câmara entregando os cupões, logicamente com toda a documentação, possa receber o dinheiro de imediato ou logo no dia a seguir, por transferência bancária. Esse é o nosso objetivo.-----

----- Às vezes vem para aqui o Miguel, e estava aqui quase há dez minutos a falar com aquele tonzinho, quase que estávamos todos a adormecer. Espero bem que com esta iniciativa ninguém adormeça. Espero bem que fique toda a gente bem acordada para que esta iniciativa possa ser publicitada e possamos todos sentir que daqui a três meses ou daqui a um ano, possamos avaliá-la e dizer valeu a pena, e que estejamos cá todos a dizer vamos repeti-la, se for necessário.-----

----- Agora, ao fim de dez minutos, estava aqui quase a dormir, estava a olhar para as pessoas e.., quer dizer, lá em casa as pessoas dizem, vou desligar isto, vou adormecer. Não é isso, com esse discurso, meio tom melancólico que nos vai pôr a adormecer.-----

----- Desculpe lá Senhor Deputado, mas foi o que senti, às vezes também tenho que lhe dizer.-----

----- Esperamos que seja uma iniciativa que vá de encontro aquilo que os comerciantes necessitam, que é um apoio efetivo da Câmara.-----

----- Podia haver outras maneiras, estamos abertos ainda a tentar criar como a Deputada Carla Eliana disse tentamos trazer outras soluções, vamos ver qual é o objetivo, esperamos que tenha muito sucesso, é isso que nós queremos para o comércio tradicional.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com três abstenções do Grupo Municipal do CDS, **a Proposta da Câmara Municipal de Regulamento – Campanha de apoio ao Comércio Local “Compre em Águeda”**.-----

-----**3.2 – Tomada de conhecimento da Ratificação de despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal referente ao prolongamento do prazo de candidaturas ao abrigo do Código Regulamentar do Município de Águeda – Associativismo Cultural, Recreativo e Juvenil e Associativismo de Solidariedade Social;**-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente;** -----

----- “Só para falar no óbvio, trata-se de uma proposta para, no fundo, ir buscar aqui a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

aprovação também de uma proposta de algo, tivemos que tomar essa decisão na altura. O regulamento não previa, mas tínhamos que o fazer, prolongarmos o prazo para apresentação das candidaturas ao nosso associativismo. -----

----- É esta a questão, tudo isto no âmbito desta pandemia do Covid-19.”-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, a Assembleia tomou conhecimento.-----

-----3.3 –Tomada de conhecimento da Revisão do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas; -----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente;** -----

----- “Também aqui é tomada de conhecimento de uma revisão que nós estamos a fazer a este Plano. Um Plano que foi instituído em 2010, teve já uma revisão em 2017, estamos agora a apresentar uma outra nesta altura.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS;** -----

----- “Senhor Vice-Presidente espero que esteja a ouvir bem e animado, vou tentar não o adormecer.-----

----- Então apanhe esta:-----

----- Começa esta tomada de conhecimento com um documento que não nos foi enviado, foi ratificado porque vim aqui dizer isso mesmo, o documento do qual tínhamos que tomar conhecimento não nos foi enviado para conhecimento.-----

----- Começou bem, não é? Mas melhor começa esta proposta, assim “o Conselho da Prevenção da Corrupção, através da Lei n.º 54/2008, de quatro de setembro, foi acometido de atribuições relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção”.-----

----- Acometido quer dizer atacado por algo nocivo, não é esta a palavra. Fui verificar e tenho ideia que no ano passado também foi usada a mesma palavra. -----

----- Então, para que não volte a acontecer o copy paste das propostas mal redigidas, venho aqui dizer que se calhar a palavra que queriam usar era “incumbido”, que quer dizer responsabilizado, encarregado.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, a Assembleia tomou conhecimento.-----

-----3.4 –Tomada de conhecimento das Medidas de Apoio no Combate à Pandemia da Doença COVID-19 – Isenções; -----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente;** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- “Trata-se de um conjunto de medidas que tivemos que tomar nos mais variados setores, para apoio a esta pandemia, e estão aí todas elas bem discriminadas e a seu tempo foram anunciadas paulatinamente à medida que foram sendo tomadas.”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD; -----

----- “Aqui, muitas vezes, temos alguma dificuldade de agradar a toda a Câmara.-----

----- Quando às vezes falo de uma maneira mais alta e mais forte o Senhor Presidente da Câmara não gosta.-----

----- O Miguel fala baixo, o Senhor Vice-Presidente da Câmara não gosta. Vocês entendam-se lá porque nós temos alguma dificuldade às vezes.-----

----- Em relação a esta proposta que aqui nos trazem, hoje, penso que vamos ter três momentos para discutir o Covid, hoje não, nestas duas Assembleias.-----

----- Efetivamente o PSD já tinha pedido, há tempo, para agendar uma proposta para a discussão do Covid. Não sabíamos que vinha cá esta proposta. Quando a pedimos não tínhamos conhecimento, por isso, nesta Assembleia estamos a discutir uma proposta. Vamos falar sobre isto, e nesta mesma Assembleia vai haver um segundo momento para falarmos sobre o Covid e pedimos desculpa pela duplicação, mas não tínhamos conhecimento que a Câmara traria aqui.-----

----- Tenho aqui algumas dúvidas e vou cruzar informação que a Câmara nos enviou no âmbito do nosso pedido para a discussão do Covid, porque dentro destas medidas de apoio a Câmara apresenta aqui um valor total e já tínhamos visto isso na comunicação social, de apoios no âmbito do Covid, de setecentos e setenta e três mil euros, à volta disso.-----

----- A primeira questão tem a ver com isto, com o pagamento da feira municipal e mercado semanal.-----

----- No pagamento da feira municipal e mercado semanal a Câmara manda-nos uma informação, não no âmbito desta proposta, mas da que nós vamos discutir, que o prazo vai de março a dezembro de 2021.-----

----- Na proposta que vejo aqui, ela termina este ano, é só válida para 2019. A minha primeira pergunta é, esta proposta que aqui temos de isenção de pagamento das taxas da feira municipal e mercado semanal, vai efetivamente até ao final de 2021 ou é só para 2020?-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “É só para 2020.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD; -----
- “A mesma situação replico para a isenção e/ou redução de taxas de ocupação do espaço público e autorização, enfim...essa alínea que a Câmara diz que vai de março a dezembro de 2022, mas na proposta diz este ano. Na informação que nos mandaram diz de março a dezembro de 2022, mas na proposta que aqui nos trazem diz só este ano.-----
- Os valores que nos enviaram nessa informação, isenção/reduções, são respeitantes a março de 2021, a março de 2022 ou só este ano?-----
- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----
- “Só este ano.”-----
- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD; -----
- “Obviamente que isso altera o teor da minha discussão porque não tinha essa nota.-----
- Acho simplesmente que aqui os protocolos e os contratos interadministrativos com as Uniãoes e Juntas de Freguesia, IPSS's, associações locais no âmbito da educação no valor de duzentos e oitenta e seis mil euros, não deveriam estar aqui no âmbito dos apoios ao Covid, porque isso já faz parte do orçamento aprovado no final de 2019.-----
- Percebo, a Câmara podia se quiser não pagar esses protocolos porque tinham eventualmente algo, estavam associados à proteção de serviços e coisas deste tipo e a Câmara decidiu pagá-los e muito bem, mas já estavam no orçamento. Estando no orçamento não estão propriamente naquilo que é os reforços que a Câmara faz, reforço extra no âmbito do Covid, que são duzentos e tal mil euros que já estavam no orçamento, portanto acho que não deviam estar aqui.-----
- Há aqui uma pequena nota sobre a proposta das creches.-----
- Vi a proposta das creches, basicamente é uma proposta valorizada em cerca de oitenta e cinco mil euros, apoio a instituições de solidariedade social com valências na área da infância, creche e jardim de infância.-----
- A Câmara propõe-se a pagar a cada instituição sessenta euros para compensar as prestações que as instituições reduziram eventualmente às crianças durante este período. E diz a Câmara que as mensalidades em muitos casos foram reduzidas a vinte e cinco, outras a cinquenta, acrescentaria mais, houve instituições que não cobraram nada.-----
- Acho que estes sessenta euros tudo bem, é um apoio, mas não deviam ser igual para todas porque se uma instituição decidiu não cobrar nada às famílias, essa instituição fez um esforço diferente daquelas que só decidiram cobrar vinte e cinco ou cinquenta por cento.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Isto não é sujeito a voto, é uma pequena nota que me parece que não é igual.-----
----- Sei que houve muitos pais que reclamaram com a questão da prestação do serviço dos filhos, se deviam pagar se não deviam pagar, mas as instituições também têm custos fixos muitas das vezes e percebo esta solução.-----
----- No entanto, já não percebo aqui uma coisa, segundo sei, foi enviado ontem um ofício da parte da Câmara para todas as instituições, para dizerem, até hoje, quem são as crianças que efetivamente tinham em janeiro e fevereiro, quais eram os valores que elas pagavam, penso que é para depois fazerem este cruzamento. Uma das condições que lá põem é o seguinte, é que as crianças têm que estar neste momento inscritas na creche ou no jardim de infância.-----
----- Ora, houve muitas crianças que depois deste processo, até porque mudam de jardim de infância e de creche que já desistiram da sua inscrição, porquê? Porque já não iam voltar à instituição. Não me parece correto que estas instituições não sejam ressarcidas por esses valores, porque essas crianças estiveram inscritas e as instituições contavam com elas até junho, julho e os pais sabendo que as instituições não iam abrir que iam ter muita dificuldade retiraram as crianças e desinscreveram-as porque elas iam mudar de situação. -----
----- Parece-me que se esse era o objetivo daquilo que vi do e-mail enviado para algumas instituições, dizendo que têm que se considerar simplesmente as crianças que estejam neste momento inscritas, penso que deve haver uma alteração a esse processo, mas isto já tem a ver com o controle que a própria Câmara está a fazer.”-----
----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----
----- “De uma forma geral a maior parte das medidas aqui elencadas nesta informação vão de encontro às propostas que nós próprios fizemos, embora naturalmente tenham uma execução diferente nalguns pontos daquela que nós faríamos.-----
----- Uma das que me deixou preocupado tem a ver com o seguinte: o Despacho n.º 3614-D de 2020, é aquele Despacho sobre a Modernização do Estado e da Administração Pública, do Ministério, do Gabinete da Ministra que, andou para trás e para a frente para definir as orientações respeitantes à mobilidade dos funcionários públicos, a questão da adoção do teletrabalho, etc, etc. E diz assim: “*as orientações vertidas no presente despacho, destinam-se a promover a proteção da saúde dos trabalhadores e dos seus direitos*”, diz mais adiante “*é igualmente imperativo assegurar que as presentes circunstâncias não prejudicam quaisquer direitos dos trabalhadores em funções públicas*”. É com este espírito que se faz



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

este Despacho. E adiante diz: "os trabalhadores da administração pública que não estejam em teletrabalho, a eles pode ser imposto, pelo empregador público, *para salvaguarda quer do interesse público, quer do interesse do trabalhador*", ou seja, não se pode prescindir de um para valorizar o outro, e assim pode ser imposto "o *exercício de funções em local diferente do habitual, em entidade diversa ou em condições ou horários de trabalho diferentes*" -----

----- Tudo isto aplica-se naturalmente a organismos públicos, e no banco municipal de recursos humanos há uma frase que diz o seguinte - é a frase final - "*desta forma vimos propor a criação do banco municipal de recursos humanos, cumprindo as recomendações acima indicadas, para alocar às situações de emergência social e de saúde pública, para o apoio da retaguarda em situações de emergência, dando-se como exemplo, o apoio na confeção de refeições em lares entre outros de cariz semelhante*". E a nossa reserva está exatamente aqui. É que lido como está, foram buscar o pior exemplo que podiam ir buscar. Porque lido como está parece que a autarquia tenciona colocar funcionários nas IPSS's, o que me parece que não esteja de acordo com a intenção enunciada no Despacho, proteger a saúde do trabalhador e reservar os seus direitos, outra coisa é se este banco for de voluntariado. Uma coisa é uma pessoa oferecer-se para ir exercer esta função, outra coisa é, na minha opinião, o Senhor Presidente da Câmara ou alguém com competência delegada, mandar a pessoa exercer esta função."-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente;** -----

----- "Muito rapidamente, dizer que este conjunto de medidas foi sendo tomado na altura em que nós tínhamos dito que se estimava já nos setecentos e setenta e três mil euros. Queria-vos dizer que nesta altura já ultrapassa um milhão, o cálculo que nós vamos fazendo, mais propriamente tenho aqui os últimos dados, um milhão e sessenta mil, trezentos e oitenta e nove euros, o valor calculado das verbas despendidas ou que deixamos de receber por via desta pandemia."-----

-----Queria dizer que há aqui um conjunto de medidas que foram tomando, e aqui tentando responder ao Deputado Miguel Oliveira falar que curiosamente do banco municipal de recursos humanos."-----

----- Esta foi uma das ideias que tivemos que implementar mais precocemente, até porque tivemos algumas situações no concelho, nomeadamente em algumas IPSS's em que precisamos de dar um apoio, porque em algumas circunstâncias em que por questões de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

isolamento que foi necessário colocar em alguns funcionários que testaram em testes que não eram os oficiais, mas que por precaução tivemos que rapidamente tomar esse tipo de medidas, e esse exemplo foi por se calhar foi um dos primeiros tipos de apoio que nós tivemos que fazer, foi exatamente numa IPSS, e numa cozinha onde esse tipo de ajuda foi necessário.-----

----- Uma das coisas que nós queríamos aqui dizer claramente, é que esteve sempre implícito a concordância dos funcionários. Agora, claro, eram e são funcionários do Município cujas funções, por força nomeadamente da suspensão de aulas e de outras questões, o objeto do seu trabalho na altura não tinha aplicação, e portanto seria mão de obra completamente disponível e que poderia acorrer a quem muito dela necessitava, claramente todos nós percebíamos neste contexto o que tem vindo a acontecer.-----

----- Estou a falar num tempo passado, mas queria dizer que, ainda muito recentemente na questão do “Paraíso Social” nós tivemos funcionários municipais, a quem agradeço por toda esta voluntariedade, empenhados no apoio aquela instituição, porque foi absolutamente necessário. Como toda a gente sabe, há um conjunto muito significativo de funcionárias que tiveram que ir para casa em isolamento, e os cuidados aos idosos e utentes daquele lar tinham que continuar.-----

----- O meu agradecimento a todos os funcionários da Câmara Municipal que já têm feito qualquer tipo de intervenção neste banco de recursos humanos, mas queria dizer que as recomendações que tivemos desde o início foram absolutamente claras, nomeadamente para as instituições e também para as funcionárias. Nunca por nunca estiveram em zonas em que era exigida habilitação e conhecimentos e práticas suplementares devidamente especializadas, ou seja, no contacto direto com utentes nunca os nossos voluntários estiveram. E também estiveram em situações como, por exemplo, no centro de saúde, mas claramente com atividades da retaguarda e não no contacto com utentes.-----

----- Esse cuidado foi sempre tido.-----

----- Uma nota, porque é importante dizê-la e repeti-la, a Câmara foi auditada duas vezes pela ACT na sequência de denúncias. Uma delas suponho, suponho não, foi-nos dito, do Bloco de Esquerda, e queria-vos dizer que das duas vezes não tivemos qualquer tipo de chamada de atenção, e numa das vezes, inclusivamente sobre toda a qualidade que implementamos nas condições de trabalho dos nossos funcionários, foi-nos dito pelas duas inspetoras, volto a dizê-lo, já o aqui disse numa outra outra situação, na própria reunião do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020

Executivo, fomos reconhecidos como uma muito boa prática em tudo aquilo que nós fizemos. Os cuidados que nós implementamos, na ótica das referidas inspetoras, era exemplar e que não tinham encontrado nada igual. Disseram-o à minha frente e à frente de outras pessoas, por isso estou completamente tranquilo e à vontade para o poder aqui dizer desta forma, porque não é nenhuma inconfidência.-----

----- Tivemos sempre este cuidado e esperamos que as coisas continuem a correr como todos nós desejamos, mas estamos sempre disponíveis para implementar mais ações. Aliás, sabíamos desde o princípio que isto não era uma corrida de cem metros, vai ser uma corrida de fundo indiscutivelmente, portanto o Município vai ter que dizer “presente” em muitas situações que, numa primeira fase não imaginávamos quais são e algumas delas, com toda a certeza, ainda não imaginaremos, mas deixo aqui a disponibilidade clara para estarmos atentos e cuidadosos de forma atenciosa perante os nossos concidadãos.”-----

----- Dado o avançar da hora, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Plenário para tentar acabar os pontos que vieram da sessão anterior e depois se entendessem prolongava-se até há uma hora.-----

-----3.5 – Apreciação da informação escrita do Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD** -----

----- “Em relação às informações, só três ou quatro questões ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Na página quinze, falam aqui da empreitada para a reabilitação do espaço público envolvente à habitação social do centro Fundação Dionísio Pinheiro, Rua Eng.º Carlos Rodrigues, aguarda a conclusão dos trabalhos em curso noutras empreitadas no centro da cidade para dar início aos trabalhos.-----

----- Numa Assembleia recente perguntei, no sentido das alterações de trânsito em Águeda, perguntei ao Senhor Presidente se a Rua Dionísio Pinheiro, aquela que vem do prédio da caixa até à Praça Dr. António Breda, que só tem um sentido de subida, não tem o sentido de descida, vai ter dois sentidos? O Senhor Presidente disse que sim. Para quando é que está prevista efetivamente essa situação? Porque continua a causar bastantes constrangimentos de quem entra por aquela zona.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Senhor Presidente, fala aqui na requalificação do largo, página logo a seguir, requalificação do Largo da Senhora da Saúde, em Fermentelos, estão a decorrer os trabalhos relativos à rede da regra.-----

----- Falamos aqui na última Assembleia Municipal sobre isso também, e queria saber só duas questões muito rápidas.-----

----- Chegou-nos hoje, pelo menos a mim, às mãos, penso que ao Senhor Presidente também, uma missiva de seis técnicos, engenheiros civis, penso eu, fazendo uma análise à peritagem técnica que a Câmara tinha, e que julgo com base, terá sido com base nessa peritagem que a Câmara tomou a decisão de pôr abaixo esse auditório.-----

----- Não sei se o Senhor Presidente leu, se não leu, o que lá está.”-----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----

----- “ O auditório não foi abaixo, Senhor Deputado.”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD; -----

----- “ A pala, peço desculpa.-----

----- Não sei se o Senhor Presidente leu, se não leu, tive oportunidade de ler efetivamente. Não questiono nem os peritos nem peritos, mas a minha questão é esta:-----

----- Primeira pergunta, foi a Câmara que pôs aquela pala abaixo. A Câmara teve autorização da Junta de Freguesia para isso? Estava convocada uma Assembleia de Freguesia, penso que para ontem para discutir esta situação.-----

----- Penso que se movimentavam para lá, uns a favor, outros contra, não importa, não me vou meter nesse caminho.-----

----- Se a Câmara tinha conhecimento dessa Assembleia de Freguesia? -----

----- Se ponderou ou não, sei que me vai dizer que estava em causa a saúde pública. Se ponderou ou não aguardar pela Assembleia de Freguesia? O porquê da decisão de se avançar simplesmente com uma peritagem de um técnico, não sei se houve efetivamente, cruzamento de técnicos municipais, sobre esse tipo de situação.-----

----- Por acaso vi, não sei se o meu colega Antero chegou a fazer ou não, que tinha como ideia propor um pedido ao LNEC para que se fizesse uma avaliação independente do processo.-----

----- Terceira questão, tem a ver com a requalificação urbana a nascente da Rua Manuel Sousa Carneiro, Rua António Brinco da Costa, Rua Inspetor João Neves dos Santos e Rua da Pauliceia. Nessa zona está nascer uma estrada que ligará mais ou menos, não sei como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

se chama aquela rua, a rua que passa pela ponte do Dr. Deniz Padeiro, como a gente costumava dizer, não sei como é que se chama essa rua, está a perceber o que estou a dizer, está a nascer uma rua que vai, parece-nos a nós, das instalações da “Mercadona” para desaguar nessa rua que estou a dizer, se me faço entender, é a Estrada 333, penso eu.-----

----- Gostava de saber se essa rua vai desembocar também na Avenida 25 de Abril ou não? E de quem é essa responsabilidade? Quem é que paga, porque normalmente estes empreendimentos quando fazem este tipo de instalações, têm que garantir a questão dos congestionamentos, acessos e tudo isso, percebo que seja feito para ali uma saída para retirar trânsito da Avenida 25 de Abril e daquela meia rotunda, que sempre disse, que por construção do prédio em frente, vai ficar ali um bocado congestionada porque há estacionamento em espinha a sair para a meia rotunda, mas enfim.-----

----- Já hoje falamos aqui, mas é importante percebermos isto, o Senhor Presidente ainda não respondeu a isso, também na altura não lhe deram a palavra.-----

----- O Senhor Presidente participou em fevereiro naquela manifestação/reunião em Belazaima do Chão, por causa na questão do médico Teve recentemente uma reunião com o Dr. Pedro, participou a Junta de Freguesia de Recardães e de Belazaima. Concretamente o que é que temos sobre o médico para Belazaima? Tem alguma perspetiva da data? Quando é que vamos ter efetivamente médico em Belazaima? Já falei há um bocado sobre os outros sítios, mas nós precisamos de saber efetivamente isto.-----

----- Outra questão tem a ver com o parque verde na Várzea, está aqui referido também nas suas informações, que foi elaborado o estudo planimétrico, relativamente à intervenção entre o projeto do parque verde na Várzea e o projeto entre a nova ligação da Avenida 25 de Abril e a Rua dos Industriais.-----

----- Parque verde na Várzea, aqui vou outra vez socorrer-me de uma informação do Dr. Gil Nadais, num programa, que disse que tinha alguma dúvida sobre se o parque verde está ou não inserido em Reserva Ecológica ou Reserva Agrícola. Sendo esse parque verde uma zona de estacionamento, se precisa ou não de ser desafetado e se a Câmara o fez ou não?-

----- Penso que a última pergunta tem a ver com a construção do Driving Range, muito falado aqui. Aguarda a possibilidade de licenciamento pelo Instituto Português de Desporto e Juventude. -----

----- Este projeto do Driving Range foi adjudicado em dez de agosto de dois mil e dezassete,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

já lá vão quase três anos - trinta e dois meses. Há quase três anos que este projeto foi adjudicado, pelo valor de cento e noventa e dois mil oitocentos e sessenta e um euros, à empresa Veirabar.-----

----- Não vejo lá efetivamente ninguém a jogar golfe, talvez algumas ovelhas a pastarem com algum taco que a gente não veja. Queria uma explicação sobre isto, não consigo perceber esta situação.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “Senhor Presidente da Câmara, na sua informação à Assembleia, na página vinte e sete, diz a determinada altura: *“Ainda na temática dos resíduos, importa informar que o concurso público internacional do agrupamento de entidades, Águeda, Estarreja, Sever do Vouga e Murtosa, não teve concorrentes, havendo agora a necessidade de reformular os valores base das peças procedimentais”*-----

----- Senhor Presidente, vou fazer uma série de questões, partindo de determinados pressupostos, pedindo que o Senhor confirme se estes pressupostos são verdadeiros ou falsos.-----

----- Primeiro pressuposto – A recolha de resíduos sólidos urbanos em Águeda, os lixos, e a entrega no local para tratamento ou receção, vêm num concurso publico realizado em 2012 e adjudicado, salvo erro, em 2012 e 2013, foi vencido pela empresa “Luzágua”. Se estiver a dizer alguma imprecisão, alguma falsidade, o Senhor Presidente por favor diga, que não gosto de faltar à verdade.-----

----- O concurso foi feito por cinco anos, prorrogável até o máximo de mais três anos. O concurso teria um prazo a cumprir-se em 2017, está correto Senhor Presidente? -----

----- Foi prorrogado em 2018, prorrogado novamente em 2019, e o prazo máximo da prorrogação esgota-se em 2020, correto?-----

----- Falámos diversas vezes na questão dos lixos e dos resíduos, não apenas porque já havia alguma insatisfação, porque o problema se foi agravando ao longo dos anos. Já não éramos só nós a falar nas reuniões ao abrigo do estatuto do direito à oposição, com o Senhor Presidente da Câmara até está a ser sensibilizado para esta questão, já não eram só as pessoas que entravam no tempo em que eu era Vereador, queixando-se da recolha do lixo. Vieram aqui diversas pessoas à Assembleia, usando a palavra no período do público, para expor problemas com a recolha do lixo, que foram reconhecidos pelo Senhor Presidente da Câmara, dizendo que estava em negociações e aguardava desenvolvimentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

noutros municípios, para assim num concurso mais abrangente a mercado fazer a concessão, tentar arranjar uma nova concessão para a recolha de ERSUS.-----

----- Finalmente, em junho do ano passado, 2019, foi lançado um programa concursal para este serviço de ERSUS nestas quatro entidades. Portanto, antes de estar Águeda e Estarreja, agora estão Águeda, Estarreja, Sever do Vouga e Murtosa.-----

----- Curiosamente, em outubro, gostava que o Senhor depois me explicasse porquê? Porque é que isto aconteceu? Em outubro é feita uma prorrogação do prazo do concurso. Não compreendo porquê, gostava de perceber porquê?-----

----- Em janeiro, nós tivemos Assembleia no final de fevereiro, ninguém nos disse nada sobre isto, que eu fui consultar a ata. Em janeiro, abrem-se as cartinhas enviadas pelos concorrentes que, salvo erro, eram meia dúzia, posso estar enganado, eram meia dúzia de cartinhas. Aqui a informação diz, não teve concorrentes. Não tenho informação concreta, mas tenho ideia que houve pelo menos cinco concorrentes, e que o valor base do concurso equivalia à recolha da tonelada de lixo, à entrega da tonelada de lixo, salvo erro, a trinta e um euros, era o valor base do concurso. E o concorrente que apresentou a proposta mais baixa, dá-me ideia que apresentou um valor de trinta e oito euros e meio, não sei se é este valor exato, foi o mais baixo, o que quer dizer que o caderno de encargos foi mal feito. Atenção foi feito antes de junho de 2019, estava-se em alta no preço do combustível, estava-se em saturação, ao fim e ao cabo, praticamente em pleno emprego aqui na zona e, portanto, era necessário pagar mais aos funcionários e pagar mais pelo combustível.-----

----- Para terem uma ideia, até 2018, a Câmara Municipal de Águeda teria de pagar vinte e três euros e qualquer coisa pela tonelada entregue, e no último ano da concessão, penso eu, que vinte e cinco, mas não tenho a certeza. O valor mais baixo dos concorrentes que se apresentaram foi-me comunicado, não sei se é verdade ou não, gostaria que o Senhor confirmasse, foi trinta e oito euros e meio. Mas a Luzágua apresentou um valor de quarenta euros ou acima de quarenta euros.-----

----- Então isto ocorre em janeiro, entretanto, passou fevereiro, março, abril, maio, em junho vai à Câmara Municipal uma proposta para fazer um ajuste direto com a entidade Luzágua, pelo valor proposto, que não é o mais baixo do programa de concurso, quarenta euros por tonelada, por sete meses, até que se realize o novo concurso.-----

----- Está tudo correto até agora?-----

----- Então as questões são estas:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Número Um – Porque é que houve a prorrogação do prazo em outubro?-----

----- Número Dois – Porque é que imediatamente a seguir a se saber que, nenhum dos concorrentes apresentou preço compatível com o valor base, não foram imediatamente iniciadas conversações com todos os concorrentes para garantir o serviço ao melhor preço praticado? Vou explicar porquê.-----

----- Quando uma empresa não tem capacidade num concurso destes, para cumprir o valor base, o que faz muitas vezes é tirar o preço vinte a trinta por cento acima, por um motivo simples, por um lado não abre o jogo à concorrência, por outro lado dá um sinal à entidade pública que o valor de mercado é superior, portanto trazem o preço mais para cima. Quarenta euros não é o preço que a Luzágua é capaz de fazer, de certeza, como se viu, aliás no concurso que houve aqui ao lado, há pouco tempo, noutra município.-----

----- Só para terem uma ideia, o concelho de Aveiro tem preços de vinte e dois ou vinte e três euros a tonelada.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “ Não, é mais.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “ É mais? Quanto mais?”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Um bom bocado.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “Pronto, mas será um valor desses. Houve uma evolução no preço posteriormente, mas é este o valor. Com esta complicação é que sempre nos foi vendido a ideia, que me parecia que era correta, que, se nós fossemos sozinhos a concurso teríamos uma desvantagem, a vantagem de nós irmos com outros municípios a concurso, era fazer baixar o preço de concurso, mas dá-me ideia que isso não aconteceu neste caso.

----- Agora, há uma coisa que tenho certeza absoluta é que o preço do gasóleo baixou enormemente com a história da crise Covid, e que não deve estar assim tão difícil como isso arranjar quem vá querer trabalhar, portanto é provável que o valor das propostas caia, talvez não tanto, para satisfazer o valor dos trinta e um euros por tonelada. Mas a questão que se põe é, não sei se entretanto já houve algum desenvolvimento, Senhor Presidente, se isto for ao Tribunal de Contas, não sei se isto foi alterado ou não, se isto for ao Tribunal de Contas o Senhor que tendeu utilizar o critério material, fala da urgência imperiosa, vai argumentar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

urgência como? Se o concurso extingui-se em 2017 e depois foi prorrogado sucessivamente até ao termo do prazo máximo. Não tem hipótese nenhuma, é a minha opinião Senhor Presidente.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente;** -----

----- “ Vamos começar pelas questões levantadas aqui pelo Eng.º Hilário Santos e dizer-lhe o seguinte, essa comissão de seis engenheiros, não vi o relatório, mas não há dúvidas nenhuma que não é uma Comissão da Assembleia, de certeza absoluta, porque esta trabalhou em tempo recorde para ter então já um veredito.-----

----- Aquilo que lhe queria dizer relativamente ao Largo da Senhora da Saúde, penso que estamos em condições para rapidamente agora avançarmos para o final da obra, é absolutamente determinante acabarmos, já não vai sem tempo. São muitas as vicissitudes que ali aconteceram, nomeadamente a primeira, teve que ver com um pedido que veio da Junta de Freguesia logo no início da empreitada de que queria efetivamente discutir a questão da manutenção ou não do auditório. Se o projeto inicial previa que o auditório saísse e fosse demolido, a proposta que vem da Assembleia de Freguesia, por conhecimento que tenho, por absoluta maioria, era no sentido de o manter.-----

----- Tivemos que proceder à alteração do projeto, com toda a morosidade que isso implica, e naturalmente depois a obra pode avançar.-----

----- Sejamos claros, o relatório do perito contactado pela Junta de Freguesia e que produziu aquele relatório, continha um conjunto de constatações facilmente verificáveis e não havia dúvidas nenhuma de que precisávamos de demolir aquilo que estava absolutamente em risco e que terá sido um risco agravado. Já aqui tive o cuidado de o dizer, até de alguma forma concordar com o Senhor Carlos Nolasco de que as obras que decorreram ali à volta podem ter agravado a situação, é facilmente aceitável esse tipo de situações. Portanto, nós precisamos de ter o espaço livre e desimpedido e podermos avançar sem riscos e termos a certeza que nada ali mais aconteceria. O relatório, sejam seis peritos ou não sejam seis peritos, indiscutivelmente apontava para que aquela parte da pala, e era uma parte da pala que estaria em risco, e que tratava-se de uma situação que era facilmente também constatável lá, tinha sido um a ampliação da pala, porque a pala foi construída por mais que uma vez, com toda a certeza.-----

----- A demolição foi feita e estamos em condições de avançarmos com a obra e de concluirmos a obra do Arraial e depois podermos, isso sim, definirmos com mais calma e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

tranquilidade o que é que se vai fazer ao auditório. Parece-me a mim que será interesse, até porque foi expresso por isso na Assembleia de Freguesia, por grande maioria, que será para continuar o auditório naquele lugar. Agora, é preciso olharmos para o auditório e vemos o que é que teremos que fazer, e estamos disponíveis para acompanhar essa situação, como sempre. -----

----- Relativamente à questão da Rua Dr. Dionísio Pinheiro, confirmo que a obra, estou a contar que irá começar na próxima semana, que tenham início essas obras ali à volta do prédio da caixa. Como nós costumamos dizer, é uma alteração ao projeto inicial e vai ficar com dois sentidos. Já expliquei aqui, acho que temos muito a ganhar, porque se não, de acordo com todo o traçado que tínhamos feito, todas as pessoas que vêm do túnel da Cruz Vermelha, da zona do São Pedro e da parte alta da cidade que vêm por ali, têm todas que vir desembocar aqui e curiosamente vinham todas fazer a rotundo do Centro de Artes, todas. Às vezes temos aqui coisas que se pensam em termos de tráfego, se não temos uma revisãozinha depois, entretanto, pelo caminho, fazemos aqui algumas coisas que não fazem muito sentido, e atenção, acho que esta possibilidade de termos os dois sentidos de tráfego ali, trazem o trânsito imediatamente à Praça Dr. António Breda e vêm, por exemplo, logo ali à rotunda do canhão e uma boa parte deste trânsito dispersa-se, porque os outros poderão continuar pela rua das piscinas, sem qualquer tipo de problema.-----

----- Penso que é uma melhoria significativa e indiscutivelmente uma boa opção. Vai avançar em breve, diria que rapidamente, porque vai-nos beneficiar aqui bastante esta situação.-----

----- Relativamente à questão da rua à volta do futuro “Mercadona”, queria-vos dizer o seguinte, para ficar aqui claro, quando chegou a proposta do “Mercadona” se vir instalar naquele terreno, volto a dizer, às vezes parece que há muitas pessoas a decidir o que é que se faz naquele terreno, queria dizer que o terreno nunca foi da Câmara, não é da Câmara, tem um proprietário e o legítimo proprietário disse, “quero aqui construir um supermercado”. O nosso PDM, volto aqui a dizê-lo, prevê essa possibilidade, perfeitamente legal, mas indiscutivelmente que iríamos ter um problema na rua 25 de Abril. Porquê? Entradas e saídas de trânsito ali, seria complicado.-----

----- Nas negociações que tiveram que existir, a Câmara exigiu ao “Mercadona” que fizesse aquela via, que curiosamente já estava prevista uma rua naquele sentido, mas que estava tapada. Aliás, nós temos ali um problema de drenagem de águas pluviais, naquela rua mais estreitinha, que temos que resolver com a empreitada que anda a decorrer na zona do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

hotel "In Gold "e no acesso ao Ameal. A obra vem cá baixo à rotunda da Pauliceia, e tínhamos ali um problema sério para resolver, muito mais sério se não houvesse esta obra, porque vou passar-vos a explicar:-----

----- Naquela rua muito pequenina, muito estreitinha que tem ali duas ou três casas, passa lá uma série de infraestruturas, nomeadamente as condutas elevatórias de toda a água que vai para os nossos reservatórios lá em cima, passa exatamente ali. Não sei, sinceramente, como é que nós íamos conseguir passar aquelas condutas que trazem a água cá em cima, nomeadamente da zona da Marques de Castilho e que têm que ir desembocar ali e ir dali para aquela vala que lá existe e depois para a ribeira do Ameal, e seguir . Nós conseguimos agora passar essa conduta, não nessa viela, mas já numa zona de estacionamento público, que é obrigatória também no âmbito da obra do "Mercadona". Porquê? O "Mercadona" tem que garantir estacionamento privado para o seu supermercado, mas, também, por fruto do loteamento que tem que fazer ali, também tem que garantir o estacionamento público.-----

----- Se nós nos colocarmos na rotunda da Pauliceia, virados para sul, para o armazém da Câmara, para Assequins, à esquerda vai ficar um estacionamento completamente público, mas feito obrigatoriamente pela "Mercadona", sem qualquer custo para o Município.-----

----- Do lado direito, fica o estacionamento privativo do supermercado e depois temos o tal estacionamento verde. E verde porquê? Efetivamente aquilo é uma Zona de Reserva, e efetivamente nós tivemos que fazer o projeto e tivemos que o licenciar nas entidades competentes, está muito bem, é um estacionamento verde, um parque verde, que vai ter grelhas de enrelvamento e não vai ter pavimento de betuminoso. Vai ficar ali um espaço num sítio que era muito mau de uma entrada da nossa cidade. Extraordinariamente mau, era um sítio de despejos. Nós vamos ter ali um estacionamento ordenado, mas ainda por cima um estacionamento muito bonito.-----

----- É isto que nós vamos fazer e que tem umas dezenas muito largas de lugares de estacionamento e até um pequeno apontamento lá num sítio que era um bocado disforme, chamemos-lhe assim, do terreno, não era tão regular, vai ter um pequeno apontamento onde vai estar uma mesa ou duas, que permite um piquenique a alguém que vá ficar por ali.-

----- Indiscutivelmente o parque é verde, se não fosse verde tinha um pavimento de alcatrão, se calhar já estava feito há que tempos. Nós tivemos que o licenciar e licenciamos nas entidades competentes, porque era zona de reserva.-----

----- O Driving Range, o Senhor Vice-Presidente vai ter uma reunião com o empreiteiro,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

penso que muito em breve, é um processo que nos trás muitas dúvidas, vem já lá de muito de trás. Vamos analisar e ver com o empreiteiro o que é que podemos fazer, porque efetivamente às tacadas naquele local e sobretudo aquela obra naquele local, não nos parece que tenha um final muito feliz, até porque em épocas de cheias nós temos visto na própria obra o que é que tem lá acontecido. Vamos ver qual é a melhor solução para essa situação e depois daremos conta daquilo que vamos decidir. -----

----- Belazaima, não estive na manifestação, a pedido da Junta de Freguesia desloquei-me lá para dar esclarecimentos. Não fui a nenhuma manifestação. Também não fui com a intenção de me manifestar, mas fui lá dizer da minha intenção que é lutar pelas unidades de saúde de Belazaima e qualquer outra, das que ainda se encontram abertas, para lutar por ela, para que ela se mantenha aberta.-----

----- Queria-vos dizer claramente o seguinte, nós temos tido reuniões, nisso tenho que agradecer a colaboração e a companhia do Senhor Presidente da Junta, porque o temos feito muitas vezes juntos, e atenção, outras vezes, até ainda esta semana aconteceu, eu estar sozinho com conhecimento dele e dei-lhe conta imediatamente do que é que íamos falando e, queria-vos dizer o seguinte, esta questão do Covid não veio melhorar nada, não nos veio ajudar em nada. Penso que esta situação já estava resolvida se não fosse o que aconteceu. É a minha opinião e tenho essa convicção.-----

----- Há, inclusivamente, alguns mecanismos que nos foram propostos e que já foram feitos, mas que esta questão da pandemia impediu que tivessem sido operacionalizados.-----

----- Queria aqui dizer claramente que, há um conjunto muito significativo de unidades de saúde, e não nos vamos cingir apenas a Travassô e a Belazaima, porque há outras que estão encerradas e não tem nada a ver com condições das unidades, tem que ver com a gestão do pessoal médico, não me perguntem se concordo, porque não concordo, mas pronto, é a forma como as pessoas estão.-----

----- A minha opinião, toda a gente sabe, disse-o desde o princípio, não acredito nas pessoas que são militares, que usam farda a vida inteira e depois quando há um tiro dizem – já deixei de ser. Não posso estar à beira dos doentes, porque corro riscos.-----

----- Eu sou enfermeiro, não me consigo imaginar sem estar à frente e à beira dos doentes, não imagino, não consigo perceber.-----

----- Temos agora teleconsultas e coisas do género e tudo muito meticoloso, o que importa é que não corram riscos, mas espero sinceramente que não corra riscos, não só do Covid,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

mas que não corramos riscos genericamente em tudo o que é a saúde das nossas populações.-----

----- Queria-vos dizer que há um Despacho feito pela Presidente da ARS, no sentido de dotar mais uma médica naquela Unidade de Saúde, personalizados que nos permitiria esticar, volto a dizer, para uma, duas manhãs, porque volto a dizer, também, a Unidade de Saúde de Belazaima não tem utentes que justifiquem lá um médico a tempo inteiro, a tempo completo, permitia-nos fazer isso. Essa médica ainda não chegou a Águeda, porque viria de outro concelho e tem já o pedido de mobilidade que fez aceite, só que ainda não foi efetivado.-

----- Além disso, temos agora outra situação, aconteceu exatamente no dia de hoje. O Dr. Vasco Lima, que pertence aquela unidade, reformou-se hoje. Amanhã já não trabalha, dia um de julho já não trabalha, portanto isto também são contrariedades. Nós todos temos que perceber, porque tínhamos aqui um conjunto muito largo de médicos que tinham praticamente todos a mesma idade ou idades muito parecidas, e agora estão a chegar à reforma numa altura em que é difícil.-----

----- Estamos cá para resolver, estou sinceramente convencido, é isto que me é dito, e atenção, relativamente a esta questão da unidade de saúde de Belazaima, Castanheira e Agadão, mas de Belazaima do Chão mais concretamente, quero-vos dizer que tanto a Presidente da ARS como o Presidente do ACES têm-me dito repetidamente que, até fruto do sitio onde estão, mais no interior da zona serrana, estas coisas todas que não, não, não é para fechar. Continuo a acreditar sobretudo naquilo que as pessoas dizem, esperemos é que se passe tão rapidamente quanto se passa à prática, por isso, daí a nossa tranquilidade, mas para uma tranquilidade tranquila nós queríamos era ver as consultas já a funcionar, nisso estamos em dia e em sintonia.-----

----- A questão dos ERSUS e para que não haja qualquer tipo de dúvidas, porque há dúvidas que se colocam, neste momento e praticamente em simultâneo, temos aqui cinco municípios que tiveram que recorrer a estes ajustes diretos. Estou a falar de Águeda, Estarreja, estou a falar de Albergaria-a-Velha, Oliveira do Bairro e Vagos.-----

----- Águeda e Estarreja têm o mesmo preço por tonelada e mantiveram a Luzágua. Vagos manteve a Luzágua. Albergaria não tem a Luzágua. Oliveira do Bairro não tem a Luzágua.---

----- Queria-vos dizer que tanto Albergaria como Oliveira do Bairro estão a pagar valores bastante e significativamente superiores aos quarenta, trinta os quais nós ajustamos os ajustes diretos, que podem facilmente no Base.gov fazer as contas devidamente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- O que queria aqui dizer é o seguinte, o nosso concurso previa efetivamente cinco anos com possibilidade de prorrogação até três. Nós e Estarreja, quando decidimos avançar na mesma em consórcio, foi-nos proposto pelo município da Murtosa e pelo município de Sever do Vouga juntarem-se a nós para podermos avançar com um concurso, e esse concurso foi lançado nos termos exatamente que o Deputado Miguel Oliveira disse, foi lançado, a prorrogação tem a ver com as condições processuais do concurso. Não há nenhum adiamento ad hoc ou por vontade, não. Processualmente está previsto e há condições para que haja prorrogações, e prorrogações porquê? Porque há pedidos de esclarecimentos do concurso, disto, disto, em todos os concursos praticamente há pedidos de adiamentos do prazo de apresentação das propostas, não sei se têm essa noção, mas praticamente em todos, porquê? Porque o Código dos Contratos Públicos (CCP) permite.-----

----- O que é que acontece? Neste concurso público internacional que foi lançado para os quatro municípios, não há propostas válidas, porquê? Porque todas elas foram acima do preço base. O preço base que foi estimado, foi de trinta e um euros, e os valores apresentados variaram entre os trinta e oito e meio, e até lhe posso dizer que das cinco propostas apresentadas, o valor médio são quarenta e cinco euros.-----

---- Resumindo, chegamos a um altura em que temos o terminus do contrato e da prorrogação do contrato, e temos que fazer qualquer coisa pelo tempo mínimo necessário para termos novo concurso.-----

---- Queria-lhe dizer também que há aqui um tempo e um iate de tempo, porquê? Porque nós estivemos a ver se era possível juntarmos a este concurso exatamente Oliveira do Bairro, Vagos e Albergaria-a-Velha. Porquê? Porque o concurso deles e a relação contratual que tinham nessa altura com a Luzágua tudo fazia perceber que iriam terminar essa relação contratual que tinham, aliás a Luzágua estava disponível para terminar o contrato com eles, assim como o fez. E posso-lhe aqui dizer, no caso concreto destes três municípios, isso aconteceu antes e não houve prorrogações de contratos, portanto, esse terminus, por vontade própria também do prestador de serviços, terminou, e dos municípios claramente, portanto houve um acordo para terminarem a prestação de serviços no âmbito do concurso anterior que tinham. Houve a possibilidade de nos associarmos, não os quatro municípios, mas sete, seria indiscutivelmente, ou parecia-nos a nós todos, mais vantajoso.-----

----- Não aconteceu porquê? Porque houve aqui questões jurídico-legais que eles demoraram mais na sua decisão. Nós não tínhamos mais tempo para esperar e tivemos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

que avançar sozinhos.-----

----- Então o que é que acontece agora? Nós temos que fazer um ajuste direto por critérios materiais. Quando falamos em critérios materiais é porque temos mesmo que o fazer, há urgência em fazê-lo, e não há outra solução. Os municípios não têm meios próprios para fazer este tipo de serviço que é absolutamente essencial e, portanto, não podemos suspender, e o prestador de serviços colocou as condições em que o faziam.-----

----- Repare numa coisa, o que dava trinta e oito euros e meio, nunca seria mais vantajoso, por uma razão muito simples, é que nos quarenta, trinta, nós temos tudo. Nos trinta e oito e meio, que poderia estar disponível poderia trazer os milhares de contentores que nós temos e que são da Luzágua, e que no final da concessão da Luzágua, naturalmente, terão que ir embora, e nós temos todos que perceber que é isto que acontece. Por exemplo, posso-lhe dizer o seguinte: em Vagos há um preço Veolia, porque a Veolia vai fazer o serviço em Vagos, e o que é que acontece? Há um preço base por tonelada que é pago à Veolia, mas há um contrato paralelo com a Luzágua para garantir na mesma os contentores.-----

----- No nosso caso está tudo incluído.-----

----- Os negócios de Albergaria e de Oliveira do Bairro são diferentes, mas se fizer o cálculo para as toneladas vai verificar facilmente que o preço é muito superior aos quarenta, trinta.--

----- Nós estamos aqui a fazer isto, previsivelmente até dezembro, mas pelo tempo mínimo, até que nós possamos ter outra opção do concurso que estamos já neste momento a lançar em segundas núpcias, porque as primeiras ficaram sem propostas válidas.-----

----- A questão do Tribunal de Contas, porque é importante, e porque o jornal deu à estampa, os Senhores Vereadores mandariam isto para o Tribunal. É claro que isto vai para o Tribunal, vai não, já foi. Isto tem o visto do Tribunal de Contas. O ajuste direto tem visto do Tribunal de Contas.”-----

----- Assim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal suspendeu a reunião da terceira Sessão Ordinária, designando para continuação o próximo dia 9 de julho de 2020, pelas vinte e uma horas, dando-se os trabalhos como encerrados pelas duas horas, do dia 1 de julho de 2020. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Aos nove dias do mês de julho, do ano dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, no Centro de Artes de Águeda, teve lugar a segunda reunião da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **1 – Análise e Votação de Atas:** -----

-----**1.1 – Ata da 5ª Sessão Extraordinária, de 27 de dezembro de 2019;** -----

-----**1.2 – Ata da 1ª Sessão Ordinária, de 28 de fevereiro de 2020.**-----

----- **2 – Período de Antes da Ordem do Dia;** -----

----- **3 – Período da Ordem do Dia:** -----

----- **3.1 – Apreciação e votação da Autorização Prévia da Assembleia Municipal, de acordo com o artigo 6º. da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro – Assunção de Compromissos Plurianuais, para:** -----

----- **3.1.1 – Aquisição de serviços de patrocínio jurídico, apoio e assessoria jurídica na modalidade de contrato de avença;**-----

----- **3.1.2 – Estudo de Tráfego para o Parque Empresarial do Casarão – Águeda (PEC – Águeda);**-----

----- **3.1.3 – Aquisição de Serviços de Desinfestação e Controlo de Pragas;** -----

----- **3.1.4 – Aquisição de Serviços de Manutenção de Elevadores;** -----

----- **3.1.5 – Aquisição de Serviços de Revisor Oficial de Contas para o projeto Europeu designado por BLOCK4COOP;** -----

----- **3.1.6 – Aquisição do Serviço de Telecomunicações de Voz e Dados Móveis;** -----

----- **3.1.7 – Ajuste Direto para Fornecimento de Combustíveis Rodoviários – Gasóleo Granel, ao abrigo do Lote 4-G do “Acordo Quadro de Fornecimento de Combustíveis Rodoviários – AQ – 05-2017” promovido pela Central Nacional de Compras Municipal (CNCM);**-----

----- **3.1.7 – Aquisição de Serviços de responsabilidade técnica pela exploração de Instalações Elétricas;**-----

----- **3.1.8 – Locação de equipamento de impressão e cópia para o Município de Águeda e Escolas, incluindo substituição parcial do equipamento existente;** -----

----- **3.1.9 – Ajuste direto para aquisição de energia para vários equipamentos/ infraestruturas ao abrigo da Cláusula 22.ª do Caderno de Encargos – Novos Serviços Similares, do Procedimento “Concurso Público com Publicidade Internacional para Aquisição de Energia Elétrica, em Mercado Liberalizado, para as Instalações/Infraestruturas**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

do Município de Águeda” – Processo RA/DAF/SERV-097/18 Adjudicatário: EDP Comercial, Comercialização de energia, S.A.; -----

----- 3.2 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Adenda ao Protocolo n.º 181/2019 - Associativismo de Solidariedade Social;-----

----- 3.3 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Adenda ao Protocolo n.º 210/2018 - Execução de projeto de beneficiação de instalações; -----

----- 3.4 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de um apoio financeiro no âmbito da organização conjunta do Festival Pauta Jazz;-----

----- 3.5 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de regulamento para a utilização do equipamento de tração elétrica e cadeira de rodas compatível (e-CaR);-----

----- 3.6 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de regulamento para atribuição do Chapéu de Ouro do Município de Águeda;-----

----- 3.7 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Protocolo de cooperação da Rede de Autarquias Participativas;-----

----- 3.8 – Análise e discussão dos apoios dados pelo Município de Águeda no âmbito do combate ao COVID-19 (assunto da ordem de trabalho solicitado pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata - PSD);-----

----- 3.9 – Análise e discussão das ações já implementadas no âmbito das ORU’s (Operações de Reabilitação Urbana) aprovadas pelo Município de Águeda (assunto da ordem de trabalho solicitado pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata - PSD); ----

----- 3.10 – Análise e discussão do estado do Parque Empresarial do Casarão (assunto da ordem de trabalho solicitado pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata - PSD); -----

----- 3.11 – Tomada de conhecimento do Relatório de Monitorização do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) do ano de 2019;-----

----- 3.12 – Apreciação da informação escrita do Ex.º Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

----- A sessão foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, Brito António Rodrigues Salvador, que saudou os presentes, bem como todos os que acompanhavam a sessão através dos canais de comunicação, nomeadamente a Águeda TV, desejando a todos um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

excelente trabalho. Aproveitou para agradecer o esforço desempenhado por todos os funcionários do Município e do Centro de Artes, a disponibilidade e o desempenho que demonstraram para tornar possível levar a efeito esta sessão.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, foi secretariado pelas Senhoras Secretárias **Cristina Paula Fernandes da Cruz e Daniela Carina Mendes.** -----

----- Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

----- Brito António Rodrigues Salvador – Juntos; -----

----- Carlos Guilherme da Silva Nolasco – PSD; -----

----- Carla Eliana da Costa Tavares – PS; -----

----- João Carlos Fernandes Figueiredo – Juntos; -----

----- Cristina Paula Fernandes da Cruz – Juntos; -----

----- Marlene Domingues Gaio – PSD; -----

----- Luís Armando Ferreira Pina Figueiredo – Juntos; -----

----- Carlos Filipe Correia de Almeida – PSD; -----

----- Abílio Ferreira Gomes da Silva – Juntos; -----

----- Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS; -----

----- Isabel Cristina Correia Ferreira – PS; -----

----- Daniela Carina Mendes – Juntos;-----

----- Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD; -----

----- Armando Paulo de Almeida Galhano – Juntos; -----

----- Cristóvão Duarte da Silva Leal – PS; -----

----- Humberto José Tavares Moreira – Juntos; -----

----- Ana Rita Brito Carlos – PSD; -----

----- Maria João Marques Tavares – Juntos; -----

----- Maria de Fátima Sampaio e Silva – PSD; -----

**----- Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta/União
de Freguesia (PJF): -----**

----- Albano Marques Abrantes – PUF de Aguada de Cima; -----

----- Jorge Manuel Castanheira Martins – PUF Águeda e Borralha; -----

----- Marco Aurélio da Cunha e Santos- Tesoureiro da UF de Barrô e Aguada de Baixo;-----

-----Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PUF da União das Freguesias de Belazaima,
Castanheira e Agadão; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Carlos Miguel Nolasco de Lemos – PJ de Fermentelos; -----
----- Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques - PJ de Macinhata do Vouga; -----
----- Pedro António Machado Vidal – PJ da União das Freguesias de Préstimo e Macieira; ---
----- Manuel José de Almeida Marques de Campos – PUF de Recardães e Espinhel; -----
----- Sérgio Edgar da Costa Neves – PUF de Travassô e Óis da Ribeira; -----
----- Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; -----
----- Rui Carlos dos Santos Mota – Tesoureiro da Junta de Freguesia de Valongo do Vouga;
----- **Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Membros:** -----
----- Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente; -----
----- Edson Carlos Viegas Santos – Juntos – Vereador; -----
----- Elsa Margarida de Melo Corga – Juntos – Vereadora; -----
----- João Carlos Gomes Clemente – Juntos – Vereador; -----
----- Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – PS – Vereador; -----
----- António Manuel Gama Duarte – PS – Vereador; -----
----- Antero Ricardo dos Santos Almeida – PSD – Vereador; -----

----- **JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS** -----

----- Foram verificadas as justificações de falta dos seguintes membros: -----
-----O Presidente da Junta de Freguesia de Valongo do Vouga, Luís Filipe Tondela Falcão, comunicou que não poderia estar presente, pelo que em sua substituição estaria Rui Carlos Santos Mota; o Presidente da União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo, Wilson José Oliveira Dias Gaio, também comunicou que não poderia estar presente sendo substituído por Marco Aurélio da Cunha e Santos; o Deputado António Jorge Pereira de Oliveira comunicou que por motivos profissionais não poderia estar presente, pelo que em sua substituição estaria Jorge Miguel Santos Melo, que também comunicou que não poderia estar presente sendo substituído por Cristóvão Duarte da Silva Leal; o Deputado Rogério Magalhães Matias, também comunicou que não poderia estar presente, pelo que em sua substituição estaria Armando Paulo Almeida Galhano; por fim, o Deputado Pedro Miguel Alpoim Marques comunicou que não poderia estar presente, sendo substituído por Luís Armando Ferreira Pina Figueiredo.-----
----- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal comunicou que se iria continuar na análise dos pontos da ordem de trabalho designados para a terceira sessão ordinária de trinta de junho de 2020, dando-se início no ponto 3.6, falando-se sobre todos e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

votando-se um a um.-----

----- **3.6 – Apreciação e votação da Autorização Prévia da Assembleia Municipal, de acordo com o artigo 6º. da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro – Assunção de Compromissos Plurianuais, para: -----**

----- **3.6.1 – Aquisição de serviços de patrocínio jurídico, apoio e assessoria jurídica na modalidade de contrato de avença;-----**

----- **3.6.2 – Estudo de Tráfego para o Parque Empresarial do Casarão – Águeda (PEC – Águeda);-----**

----- **3.6.3 – Aquisição de Serviços de Desinfestação e Controlo de Pragas; -----**

----- **3.6.4 – Aquisição de Serviços de Manutenção de Elevadores; -----**

----- **3.6.5 – Aquisição de Serviços de Revisor Oficial de Contas para o projeto Europeu designado por BLOCK4COOP; -----**

----- **3.6.6 – Aquisição do Serviço de Telecomunicações de Voz e Dados Móveis; -----**

----- **3.6.7 – Ajuste Direto para Fornecimento de Combustíveis Rodoviários – Gasóleo Granel, ao abrigo do Lote 4-G do “Acordo Quadro de Fornecimento de Combustíveis Rodoviários – AQ – 05-2017” promovido pela Central Nacional de Compras Municipal (CNCM);-----**

----- **3.1.7 – Aquisição de Serviços de responsabilidade técnica pela exploração de Instalações Elétricas;-----**

----- **3.6.8 – Locação de equipamento de impressão e cópia para o Município de Águeda e Escolas, incluindo substituição parcial do equipamento existente; -----**

-----**3.6.9–Ajuste direto para aquisição de energia para vários equipamentos/ infraestruturas ao abrigo da Cláusula 22.^a do Caderno de Encargos – Novos Serviços Similares, do Procedimento “Concurso Público com Publicidade Internacional para Aquisição de Energia Elétrica, em Mercado Liberalizado,para as Instalações/Infraestruturas do Município de Águeda” – Processo RA/DAF/SERV-097/18 Adjudicatário: EDP Comercial, Comercialização de energia, S.A.; -----**

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente; -----**

-----”Senhor Presidente, trata-se de compromissos plurianuais, é essa a finalidade maior de virem a esta Assembleia para autorização desta mesma Assembleia e dizer-vos que estou completamente disponível para qualquer dúvida que surgisse relativamente a qualquer uma destas matérias”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

- **Carlos Filipe Correia de Almeida** – PSD; -----
- “Indo ao ponto que me trás aqui, nomeadamente ao projeto, penso que é assim que se chama, já agora ajudem-me, BLOCK4COOP, isto veio à Assembleia a oito de outubro de 2019, e foi retirado com o compromisso de ouvirmos a Associação Empresarial de Águeda, entre outros agentes, que eram importantes e impactantes para juntar a este processo, portanto, pasmo ver aqui esta autorização para despesa plurianual.-----
- Mais, ficamos agora a saber que nós a oito de outubro íamos votar um projeto que tinha começado em setembro, é o que diz aqui na nota que recebemos.-----
- Parece-me, que nós hoje, em consciência e legalmente não podemos votar isto, só se estou enganado nas minhas anotações. Mas parece-me que o Senhor Presidente vai ter que consultar os seus serviços, mas era pertinente observar a lei quanto a este assunto.-----
- Mais, quando nós nos comprometemos aqui entre instituições que representamos, e nós representamos de uma forma ou de outra esta Assembleia e os municípios de uma forma geral, e quando nos comprometemos é para cumprirmos aquilo que assumimos, isso vai muito mais para além do que é lei, isso vai, se quiserem até para a palavra das pessoas.-----
- Espero, sinceramente, que tenha sido um lapso e que, penso que não estou enganado, portanto, Senhor Presidente ouça os serviços, veja lá o que é que se passa.-----
- Já agora se são pontos que vêm à Assembleia, é importante que comecem a ser tratados pela Assembleia, não é virem à Assembleia quando já estão a meio curso.”-----
- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----
- “Senhor Presidente da Assembleia, uma questão prévia, gostaria de saber se tenho que fazer as questões todas agora ou se posso, já que aqui foi falado do blockchain, fazer a minha intervenção inicial sobre o blockchain e depois vir cá fazer outra intervenção sobre outro assunto que também está dentro mesmo ponto?-----
- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----
- “É como entender. Tem várias intervenções, é como entender”.-----
- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----
- “Então farei assim, com esta promessa de que virei aqui novamente falar sobre outro assunto.-----
- Senhor Presidente, este assunto relacionado com a tecnologia blockchain investigação, a realizar neste âmbito, já veio à Assembleia Municipal e ficou de ser reformulado, na altura penso que fiz uma intervenção sobre este assunto.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- É a segunda vez que a Câmara nos envia matéria relacionada com esta parceria com a AIDA, sem nos informar, com suporte documental, dos acordos e compromissos assumidos pela Autarquia com essa entidade privada.-----

----- Pela lei, todos esses compromissos carecem de caber nas atribuições e competências da autarquia, serem reduzidos a escrito, serem aprovados pelos órgãos competentes e estarem em conformidade com as disposições legais e no caso dos apoios, com os regulamentos municipais.-----

----- A proposta que a Câmara nos envia não demonstra a existência de contrato, acordo parceria com os promotores deste projeto europeu, relacionado com a tecnologia blockchain. É uma tecnologia usada nomeadamente nas bitcoins, ou seja, na utilização de moeda virtual, é muito útil, por exemplo para...ficamos por aqui.-----

----- A proposta não menciona explicitamente o tipo de procedimento usado, se é um ajuste ou um concurso, como aliás é obrigatório, embora depois na proposta de cabimento se refira que é um ajuste direto, mas no texto da proposta devia constar, tem de constar o tipo de procedimento, não consta.-----

----- A proposta não menciona explicitamente a legislação habilitante que permita à Câmara Municipal deliberar sobre este procedimento. O que a proposta menciona é apenas aquilo que manda a lei que respeita ao financiamento das autarquias locais e estipula que nos contratos plurianuais é necessária autorização da Assembleia, mas não menciona explicitamente a legislação habilitante que permita à Câmara deliberar sobre este procedimento que é obrigatório, nem sequer menciona a fundamentação do recurso a essa forma de contratação.-----

----- Segundo me parece, além disto, este serviço de Revisor Oficial de Contas, já foi adjudicado a Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SROC, Limitada, em vinte e oito ou vinte e nove de janeiro de 2020, foi adjudicada pela AIDA.-----

----- A proposta fala em consulta, mas o agente já está a exercer a função. Volto a questionar, qual a vantagem para o Município de Águeda de integrar este projeto? A questão já foi posta antes e ficou sem resposta.-----

----- Peço Senhor Presidente, nós não queremos estar de forma nenhuma a obstar que a Autarquia exerça uma colaboração ativa e produtiva com esta Associação ou outra qualquer, mas nós temos que saber o que é, para que serve, como é que se avalia, temos de saber porque é que se gasta dinheiro público com isto. Além disto, nós temos que ter propostas que possamos aprovar aqui, ou seja, que tenham cobertura legal.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Peço que esta proposta seja reformulada de acordo com o que manda a lei e que depois, então, seja aqui trazida para ser reapreciada, não sem antes que nos enviem a documentação necessária e suficiente para compreendermos a importância da colaboração da Autarquia com estas entidades no desenvolvimento de um projeto que é liderado por uma associação estrangeira.”-----

----- **Isabel Cristina Correia Ferreira** – PS; -----

----- “Antes de votarmos este ponto, são necessários alguns esclarecimentos.-----

----- Para contextualizar, na reunião do Executivo, a seis de agosto de 2019, foi aprovada a adesão do Município de Águeda ao projeto Bloock4Coop, um projeto europeu que visa implementar a tecnologia blockchain na indústria como método de transformação digital das empresas.-----

----- No nosso caso a adaptação do método blockchain a empresas do concelho, uma vez que a despesa do projeto se prolonga até 2022, foi necessário submeter à aprovação da Assembleia Municipal a assunção do compromisso plurianual, o que veio a acontecer na quarta sessão ordinária a vinte e sete de setembro de 2019. Nessa sessão, o projeto foi-nos apresentado como um convite da Associação Industrial do Distrito de Aveiro, a AIDA, para incluir uma rede que pretende criar uma ferramenta para as empresas locais interessadas em aderir.-----

----- Na análise da proposta foram levantadas questões pelos Deputados Municipais relativamente à participação da Associação Empresarial de Águeda neste processo, tendo o Senhor Presidente acabado por dizer, e cito: “*A AIDA faz parte e é parceira deste projeto, mas independentemente desta questão nós precisamos de saber exatamente no nosso tecido empresarial qual é o interesse disto? Efetivamente acho que é um elemento que falta aqui e falta claramente*”. Nesse sentido, decidi auscultar a Associação Empresarial para perceber o real alcance desta medida, e retirou a proposta.-----

----- De volta ao presente, surge-nos agora uma proposta de aprovação de despesa plurianual para aquisição de serviços de Revisor Oficial de Contas, para esse mesmo projeto.-----

----- O que sabemos até agora que, o projeto teve início no dia um de setembro de 2019, e terá duração até 2022. O que significa uma despesa plurianual em que o compromisso municipal é da ordem dos vinte e seis mil e cem euros, vinte e cinco por cento do investimento total previsto, que são cento e seis mil euros, com setenta e cinco por cento de financiamento, obrigando à existência de um Revisor Oficial de Contas, conforme indicações.-----

----- O que não sabemos e precisamos de saber antes de votar esta proposta, porque ainda não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

voltou à Assembleia a aprovação da despesa plurianual alocada ao projeto? Não obstante a importância desta tecnologia digital, os seus benefícios e potencial ainda não sabemos do interesse e participação da Associação Empresarial de Águeda e consequentemente das empresas do concelho.-----

----- Seria igualmente importante saber o ponto da situação em termos de planeamento e empresas envolvidas, informação essa que foi pedida ao Senhor Presidente da Assembleia e que até agora não obteve qualquer resposta.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Queria-vos agradecer a todos e agradecer agora muito mais à Dr^a. Isabel Ferreira, por uma razão muito simples, ela com as citações que faz lembra-me completamente ter acontecido assim, é um lamentável lapso que está aqui e peço para retirarem deste ponto este assunto. É um lamentável lapso, terei que assumir, mas aconteceu rigorosamente assim, muito obrigado por me ter lembrado *ipsis verbis* o que aconteceu, muito obrigado.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “Vou referir-me ao contrato das avenças de apoio jurídico, porque há aqui uma coincidência curiosa.-----

----- Senhor Vice-Presidente, Edson Santos, espero que se mantenha acordado até ao fim da minha intervenção, para poder responder às questões que lhe vou colocar, mas primeiro tenho questões a colocar ao Município.-----

----- O Senhor Vice-Presidente, Edson Santos, tem um processo pendente em tribunal com acusação proferida pelo Ministério Público. Naturalmente constituiu defesa por advogado que o representa, é um direito e é de bom senso fazê-lo-----

----- Segundo ouvi e li, o Dr. Edson foi representado por dois advogados diferentes, não sei se é verdade. -----

----- Por coincidência, nesse mesmo período, a Câmara Municipal celebra contratos de avença de serviços de assessoria jurídica com escritórios a que pertencem os advogados ou que têm relações os advogados do Dr. Edson. Contratos diga-se, com valores significativos, tendo em conta o período definido para os trabalhos, se não estou em erro, um deles tinha algumas dezenas de milhares de euros por nove dias ou dez dias.-----

----- Gostaria que me dissessem, e esta questão é para o Executivo, se essa alegada coincidência existe, ou seja, se é verdade que a Câmara tem andado a fazer ajustes diretos com os escritórios de advogados, nos quais trabalham ou com os quais colaboram os advogados ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

o advogado do Dr. Edson Santos? Esta é uma questão para o Executivo.-----
---- Já agora, se essa coincidência por acaso existe, gostaria de saber se o Dr. Edson Santos votou ou se pronunciou sobre estas propostas nas reunião do Executivo Municipal ou se se considerou impedido de o fazer para que não ficassem dúvidas sobre um eventual conflito de interesses.-----
---- Estas são as questões para o Executivo.-----
---- Mas também quero dar ao Dr. Edson Santos a possibilidade de se defender nesta Assembleia, em termos políticos, de uma acusação que me parece grave.-----
---- Segundo compreendi, o Ministério Público acusou o Dr. Edson Santos de ter usado meios da Autarquia numa viagem ao Japão, isto porque o anterior Presidente da Câmara não terá autorizado que o Dr. Edson Santos fizesse essa viagem em representação da Autarquia.-----
---- Na última reunião, do anterior Executivo, em dezassete de outubro de 2017, já depois das eleições autárquicas, perguntei se o Dr. Edson Santos vinha à reunião uma vez que não era raro ele chegar atrasado. O Dr. Gil Nadais respondeu que o Dr. Edson Santos foi de férias para o Japão.-----
---- O Dr. Gil Nadais pode ser confrontado com isto, eu digo isto e ele com certeza vai dizer que sim.”-----
---- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----
---- “ Senhor Deputado, já agora faço-lhe uma questão, desculpe, isso enquadra-se em que ponto que estamos aqui a discutir?”-----
---- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----
---- “Nas avenças com os advogados.”-----
---- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----
---- “Não me parece, isto parece-me um contrato de avença que não tem nada a ver com outros advogados, terá a ver aqui com um escritório de advogados e estamos a discutir ou não a celebração deste contrato.”-----
---- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----
---- “ E é exatamente isto que estou a fazer. Posso acabar de fazer as questões?” -----
---- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----
---- “ Senhor Deputado conclua, mas de todas as maneiras entendo que não está dentro deste enquadramento, terá outra oportunidade para o fazer, mas não estará dentro deste enquadramento.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----
----- “ Senhor Presidente compreendo perfeitamente.”-----
----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----
----- “Sim, com certeza, responderá se o entender, se não entender não responde, mas é a
minha opinião, por isso faça favor de concluir Senhor Deputado.”-----
----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----
----- “Senhor Presidente, sobre esta matéria foram levantadas suspeições graves que envolvem
este género de contratos, e para se votar com plena consciência e descansadinhos aqui na
Assembleia, a ligação do Município a esta empresa através deste procedimento, entendo que se
deve dar oportunidade ao Dr. Edson Santos de esclarecer politicamente, não é juridicamente
nem judicialmente, politicamente acusações muito graves que lhe foram feitas. Porque isso
deixa-nos descansados uma vez que uma matéria está relacionada com outra ou não, tendo em
conta a ligação que tem sido feita entre os advogados do Dr. Edson Santos, neste processo, e
as avenças.”-----
----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----
----- “ Senhor Deputado, mais uma vez volto a dizer, está aqui em causa a contratação de um
contrato de avença, apenas e só isso.”-----
----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----
----- “ Para que efeito? Com quem? Então não está tudo relacionado?-----
----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----
----- “Entendo que não, Senhor Deputado”-----
----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----
----- “Entendo que sim.”-----
----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----
----- “Entendo que não, mas sinceramente gostava que concluísse. O Dr Edson se entender
responde, mas não tem nada a ver, posso dizer que não tem nada a ver.-----
----- Estamos aqui a falar de um contrato específico que se vai votar ou não votar, se se aprova
ou não aprova, é tão simples quanto isso.”-----
----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----
----- “ Como estava a dizer o Dr. Gil Nadais respondeu que o Dr. Edson Santos foi de férias para
o Japão.-----
----- O Senhor Vice-Presidente da altura, atual Presidente da Câmara e o Vereador João



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

Clemente quiseram corrigir a afirmação do Senhor Presidente da Câmara dizendo que o Dr. Edson Santos estava no Japão em representação do Município. O Presidente Gil Nadais não concedeu e afirmou que não teve conhecimento atempado e que não autorizou viagem nenhuma, estava lá e assisti a isto.-----

----- Pergunto ao Dr. Edson Santos, dou-lhe esta oportunidade de desfazer aquilo que se tem dito, o Presidente Gil Nadais mentiu? Fê-lo cair numa armadilha? Autorizou verbalmente que o Dr. Edson Santos fizesse essa viagem e depois deu o dito por não dito? Ou nessa primeira viagem o Senhor foi mesmo ao Japão em viagem privada.”-----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----

----- “Senhor Deputado Miguel Oliveira, para além disso ainda estar em segredo de justiça que ainda não há uma sentença, pelo menos não é conhecida.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “Segredo de justiça? Isto é uma avaliação política que tem que ser feita.” -----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----

----- “ Nós não conhecemos, pelo menos eu não conheço. O Dr. Edson dirá o que entender.-----

----- Senhor Deputado ou se insere no ponto ou então tenho que lhe cortar a palavra, o que não queria.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “Senhor Presidente, o Senhor Dr. Edson Santos, na última reunião, como se lembra, fez considerações sobre a forma como eu falava, o Senhor não interveio para corrigir um membro do Executivo que está a apoucar um Deputado Municipal. Eu estou a fazer uma questão ao Dr. Edson Santos que acho relevante para a decisão de aprovar ou não aprovar esta proposta que aqui vem e o Senhor não quer ouvir até ao fim, está sempre a interromper, o Senhor não quer que faça estas questões, incomodam-o?-----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----

----- “Senhor Deputado, pode fazer essa questão no momento certo e no local certo.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- É este o momento e é este o local, é a Assembleia.”-----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----

----- “Esse ponto não tem nada a ver com aquilo que o Senhor Deputado está a dizer.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “Tem, sabe porquê? Porque tem sido dito que o Dr. Edson Santos celebra contratos para o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

defenderem neste processo com advogados e depois esses advogados fazem parte de empresas que depois são contratadas pela Câmara Municipal. É isto que é dito.”-----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----

-----”O que é que isso tem a ver com o contrato que estamos aqui a analisar?”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “Estamos a discutir um contrato de avença com quem? Para que fim? É de assessoria jurídica, então se esta não basta deveríamos estar aqui a tratar de um pacote que bastasse, certo? -----

----- Se esta assessoria não é suficiente para tratar de toda a carga de trabalhos jurídicos que a Câmara tem, então deveríamos estar a falar de um outro pacote, de uma outra aprovação que bastasse a todas as necessidades da Câmara, ou estou errado?”-----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----

----- “Por acaso até está errado, juridicamente até está errado perante a situação que está a referir, está errado.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “Senhor Presidente, curvo-me perante a sua sabedoria.”-----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----

----- “Muito obrigado, faz bem e não se vai arrepender porque está errado.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “Posso continuar a fazer as perguntas?”-----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----

----- “ Se continuar assim, retiro-lhe a palavra, ou conclui...” -----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “Não, eu estou cheio de medo da sua ameaça, vou-me já retirar.”-----

----- **Carlos Filipe Correia de Almeida** – PSD; -----

----- “Relativamente ao assunto que estávamos a discutir, assessoria jurídica, gostava que o Executivo me esclarecesse o seguinte:-----

----- Se sabe ou não sabe se estes advogados aqui citados, Senhor Dr. Pontes Amaro, Senhor Dr. César Dias e a Senhora Dr^a. Ana Vidal, já tiveram relações profissionais, nomeadamente se os dois segundos foram ou não estagiários do primeiro?-----

----- Já agora, porque estou a fazer esta pergunta e porque a devo fazer, gostaria de saber a opinião do Executivo para uma questão que me assola, porque não ouvir propostas de todos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

advogados da praça em Águeda?”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Começo por responder já imediatamente ao Senhor Dr. Carlos Almeida.-----

----- Trata-se exatamente do seguimento de um contrato. Esta contratualização com consulta a três advogados, conforme a lei especifica, vem exatamente no seguimento e nos mesmos termos de um contrato que a Câmara Municipal tem há dezenas de anos com o Dr. Pontes Amaro, e que nunca aconteceu sequer terem sido contemplados e convidados três, mas agora são, vá lá, desta vez estamos a fazer uma consulta prévia e com consulta a três, porque no passado era só o Dr. Pontes Amaro.-----

----- Acho que é este contrato que está em causa, e viemos para aqui ouvir estas situações. O Dr. Miguel Oliveira, por exemplo, de cada vez que vem a Águeda, traz um problema destes, cria estes problemas todos. Ele está na Mealhada preocupadíssimo com a oralidade, com respeito que lhe merecem as pessoas de Águeda, porque efetivamente, cada vez que o Senhor aqui vem, vem a suspeitar de tudo e de todos. Nós merecíamos outras coisas, merecíamos outra forma de estar.-----

----- Era muito melhor nós estarmos aqui, olharmos para o que temos na frente, o Senhor vê todas as vírgulas, esqueceu-se de ver os nomes das pessoas que estavam aqui em causa e vem para aqui fazer um chorrilho de perguntas, porque a única coisa que quer é ir meter qualquer coisa parecida com lama numa ventoinha para ver se pega a toda a gente. É isto que o Senhor tenta fazer, é lamentável.-----

----- Senhor Vice-Presidente quer dar algum esclarecimento, porque acho que estamos todos tranquilos e naturalmente muito à vontade para fazermos todos os esclarecimentos, é a nossa forma de estar.-----

----- Muito sinceramente, a política séria deveria ser feita de outra maneira, não é assim.-----

----- Este contrato está aqui muito claro, este concurso que estamos aqui a fazer por consulta prévia, está muito claro, de acordo com a lei, claramente, inequivocamente.-----

----- Não sobra dúvidas para ninguém, a não ser para quem as quer ter, e não é ninguém que ouve dizer. O Senhor cria isso na sua cabeça, é o Senhor que procura fazer passar isso, é isso que acontece, não venha para aqui dizer que dizem, o Senhor diz.” -----

----- **Edson Carlos Viegas Santos** – Juntos – Vereador; -----

----- “Sinceramente, o que está em causa, penso eu, que é o contrato do Dr. Pontes Amaro.-----

----- O meu advogado foi o Dr. Filipe Falcão. O que sei é que paguei seis mil euros, até ver,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

porque esta brincadeira sai cara. Até ver fui eu que paguei e paguei seis mil euros da minha conta privada para ser defendido de algo que considero que é completamente injusto.-----

----- Em relação a essa coisa que o Dr. Gil disse que fui de férias, o Dr. Gil já prestou declarações, a ver vamos, essas declarações quando forem públicas vão dizer, porque aí sim, foi claro, foi transparente e disse a verdade nessas mesmas declarações.-----

----- Em relação ao resto Dr. Miguel, não tenho mais nada a dizer, porque é o que é.-----

----- É baixeza total vir alguém aqui tentar mostrar mais uma vez, isto já foi tão rebatido Dr. já ando com este processo há mais de um ano e tal, tem desgaste pessoal, podem-me fazer o desgaste político que quiserem, podem muito bem, agora na base pessoal tenho dito, tem custado, tem custado ver o nosso nome na praça pública de algo que a gente considera que é injusto e toda a gente sabe, vocês sabem, toda a gente aqui sabe, já disse aqui várias vezes, Dr. Gil, toda a gente neste concelho sabe o que é que fui lá fazer. E toda a gente em consciência sabe que não fui de férias, e só a ideia de alguém vir, um Deputado com a sua reputação, vir para aqui dizer e tentar mostrar que fui de férias, que alguém disse, só isso é tal baixeza que digo-lhe uma coisa não merece qualquer tipo de resposta. O que lhe vou dizer é que estou totalmente consciente e tranquilo, dia quinze de setembro será a decisão se vou a julgamento ou não, estou de consciência tranquila, espero que não vá porque acho que os elementos e as próprias declarações de todos aqueles que foram lá prestar declarações, levam-me a crer que mostraram a minha inocência.-----

----- O que me custa é o desgaste pessoal, o desgaste político Dr., isso aguento muito bem, já aguentei estes anos todos, mas está cada vez mais baixo, digo-lhe uma coisa, está muito baixo.”-----

----- **Carlos Filipe Correia de Almeida** – PSD; -----

----- “Peço desculpa de vir cá interromper, mas às vezes tenho dificuldades, o que nós estamos hoje a votar não é o contrato com o Dr. Pontes Amaro?-----

----- Gostava que vocês no fim desta Assembleia ouvissem as vossas explicações e depois percebam as dúvidas que me assolam.-----

----- É que nós já damos dado adquirido que isto é uma prestação de serviço do Dr. Pontes Amaro e aqui tenho que fazer manifesto interesse, não conheço o Senhor Dr. e sei perfeitamente que ele trabalha há muitos anos na Câmara, já agora deixem-me acrescentar, este tipo de expediente que é utilizado também não me agrada e também sei que muitas vezes é impossível fazê-lo de outra maneira.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Mas ouçam as vossas intervenções aqui, depois concluem que vão ter as mesmas dúvidas que tive até agora.-----

----- Se estou aqui para votar um concurso limitado, eu em consciência não posso votar favoravelmente uma coisa que sei que, à partida, não me levem a mal, está viciada.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “Muito obrigada Dr. Edson Santos pelas amáveis considerações que fez sobre a elevação ou falta dela das minhas intervenções políticas. Muito obrigada Senhor Presidente da Câmara pelas palavras que me dirigiu.-----

----- Dr. Edson Santos o que nos disse aqui e que é relevante para a proposta, os Senhores não deixaram concluir as questões, o que é relevante para a proposta é que nenhum destes Senhores advogados consultados é ou foi advogado do Dr. Edson Santos, é isto que compreendo, correto? Estou certo ou estou errado?-----

----- Se é assim, neste caso desta proposta, não há razão nenhuma para se suspeitar de conflito de interesses, é correto ou não é? Então o esclarecimento das questões que pus era relevante ou não era?-----

----- Quanto às questões do diz que disse, o Dr. Edson Santos é que falou desse assunto, não esteve presente nessa reunião porque estava ausente no estrangeiro, correto? Mas, o Senhor Vice-Presidente estava e o Vereador João Clemente também estava, estava eu, estava o Vereador José Oliveira, estava a Senhora funcionária que fez a ata, que presenciaram isto.-----

----- Não estou a mentir, importa-me pouco que pensem que estou. Textualmente, não sei se a brincar ou não, o Dr. Gil Nadais disse *“Dr. Edson Santos está de férias no Japão”*-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Só esclarecer que o que está em causa relativamente a este contrato e que estamos aqui pela questão da plurianualidade de patrocínio jurídico e apoio e assessoria jurídica na modalidade de contrato de avença, é por consulta prévia a três advogados, Dr. João Pontes Amaro, César Luis Dias e Dr^a. Ana Vidal, e é isto que está em causa aqui, claramente.-----

----- Visa fundamentalmente prestar o mesmo tipo de assessoria jurídica nos mesmos moldes que o Dr. Pontes Amaro tem vindo a largos anos a prestar à Câmara Municipal, é isto e não é outra coisa, portanto, com consulta prévia, com consulta a três advogados e conforme a lei.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

deliberou aprovar **por maioria**, com duas abstenções do Grupo Municipal do PSD e duas abstenções do Grupo Municipal do PS a **Assunção de Compromissos Plurianuais para aquisição de serviços de patrocínio jurídico, apoio e assessoria jurídica na modalidade de contrato de avença.** -----

----- 3.6.2 – Estudo de Tráfego para o Parque Empresarial do Casarão – Águeda (PEC – Águeda);-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou aprovar **por maioria**, com três abstenções do Grupo Municipal do PS a **Assunção de Compromissos Plurianuais para o Estudo de Tráfego para o Parque Empresarial do Casarão – Águeda (PEC – Águeda).**-----

----- 3.6.3 Aquisição de Serviços de Desinfestação e Controlo de Pragas; -----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou aprovar **por unanimidade**, a **Assunção de Compromissos Plurianuais para Aquisição de Serviços de Desinfestação e Controlo de Pragas.**-----

----- 3.6.4 – Aquisição de Serviços de Manutenção de Elevadores; -----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou aprovar **por unanimidade**, a **Assunção de Compromissos Plurianuais para a aquisição de Serviços de Manutenção de Elevadores.**-----

----- 3.6.5 – Aquisição de Serviços de Revisor Oficial de Contas para o projeto Europeu designado por BLOCK4COOP; -----

-----Retirado pelo Senhor Presidente da Câmara.-----

----- 3.6.6 – Aquisição do Serviço de Telecomunicações de Voz e Dados Móveis; -----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou aprovar por unanimidade, a **Assunção de Compromissos Plurianuais para a aquisição do Serviço de Telecomunicações de Voz e Dados Móveis.** -----

----- 3.6.7 – Ajuste Direto para Fornecimento de Combustíveis Rodoviários – Gasóleo Granel, ao abrigo do Lote 4-G do “Acordo Quadro de Fornecimento de Combustíveis Rodoviários – AQ – 05-2017” promovido pela Central Nacional de Compras Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

(CNCM);-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou aprovar por **unanimidade**, a **Assunção de Compromissos Plurianuais para Ajuste Direto para Fornecimento de Combustíveis Rodoviários – Gasóleo Granel, ao abrigo do Lote 4-G do “Acordo Quadro de Fornecimento de Combustíveis Rodoviários – AQ – 05-2017” promovido pela Central Nacional de Compras Municipal (CNCM);-----**

----- 3.6.8 – Aquisição de Serviços de responsabilidade técnica pela exploração de Instalações Elétricas;-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou aprovar por **unanimidade**, a **Assunção de Compromissos Plurianuais para Aquisição de Serviços de responsabilidade técnica pela exploração de Instalações Elétricas. -----**

----- 3.6.9 – Locação de equipamento de impressão e cópia para o Município de Águeda e Escolas, incluindo substituição parcial do equipamento existente; -----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou aprovar por **unanimidade**, a **Assunção de Compromissos Plurianuais para Locação de equipamento de impressão e cópia para o Município de Águeda e Escolas, incluindo substituição parcial do equipamento existente.-----**

----- 3.6.10 – Ajuste direto para aquisição de energia para vários equipamentos/ infraestruturas ao abrigo da Cláusula 22.ª do Caderno de Encargos – Novos Serviços Similares, do Procedimento “Concurso Público com Publicidade Internacional para Aquisição de Energia Elétrica, em Mercado Liberalizado, para as Instalações/Infraestruturas do Município de Águeda” – Processo RA/DAF/SERV-097/18 Adjudicatário: EDP Comercial, Comercialização de energia, S.A.; -----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou aprovar por **unanimidade**, a **Assunção de Compromissos Plurianuais para Ajuste direto para aquisição de energia para vários equipamentos/ infraestruturas ao abrigo da Cláusula 22.ª do Caderno de Encargos – Novos Serviços Similares, do Procedimento “Concurso Público com Publicidade Internacional para Aquisição de Energia Elétrica, em**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

**Mercado Liberalizado, para as Instalações/Infraestruturas do Município de Águeda” –
Processo RA/DAF/SERV-097/18 Adjudicatário: EDP Comercial, Comercialização de energia,
S.A.**-----

----- **3.7 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Adenda ao
Protocolo n.º 181/2019 - Associativismo de Solidariedade Social;**-----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----

----- “ Senhor Presidente quer usar da palavra?”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “ Não Senhor Presidente, estou disponível para qualquer questão.”-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor
Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou
aprovar por **unanimidade, a proposta da Câmara Municipal de Adenda ao Protocolo n.º
181/2019 - Associativismo de Solidariedade Social.**-----

----- **3.8 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Adenda ao
Protocolo n.º 210/2018 - Execução de projeto de beneficiação de instalações;** -----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----

----- “ Senhor Presidente quer usar da palavra?”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “ Não Senhor Presidente, estou disponível para qualquer dúvida.”-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor
Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou
aprovar por **unanimidade, a proposta da Câmara Municipal de Adenda ao Protocolo n.º
210/2018 - Execução de projeto de beneficiação de instalações.**-----

----- **3.9 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de um
apoio financeiro no âmbito da organização conjunta do Festival Pauta Jazz;**-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “Senhor Presidente, tenho uma dúvida em relação a esta proposta, a proposta é de maio e
o festival terá sido em abril. A primeira questão é se o festival ocorreu ou não?”-----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----

----- “ Senhor Presidente quer responder?”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “ Senhor Presidente vou pedir à Senhora Vereadora Elsa Corga para responder “-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

- **Elsa Margarida de Melo Corga** – Juntos – Vereadora; -----
- “Este ano toda a programação do Centro de Artes, durante este período foi cancelada. A proposta que está aqui, e está no segundo parágrafo da página dois, é exatamente o reagendamento para 2021, exatamente com o programa que estava previsto para este ano, e no espírito daquilo que o próprio Governo fez para todos os casos em que fosse feito o agendamento de espetáculos, estava previsto o adiantamento de cinquenta por cento da verba e depois o restantes cinquenta por cento na data em que o evento fosse realmente agendado.-----
- Neste caso, por se tratar de um festival que organizamos em conjunto com a Pauta Humana, entendemos que devíamos ter o mesmo critério.-----
- A solução para isso seria aprovarmos neste momento o protocolo. Fazermos o adiantamento de cinquenta por cento para que os músicos que estavam a contar estar este ano em Águeda no festival e receber obviamente esses honorários, para poderem receber cinquenta por cento e quando o evento decorrer receberem os restantes cinquenta por cento, esse é, aliás o comportamento que estamos a ter com as situações em que não são protocolos, são pagamentos de cachés, isto com base em legislação que saiu e bem, na minha opinião, no âmbito do Covid como um apoio aos artistas que ficaram aqui durante bastante tempo sem poder trabalhar.”-----
- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----
- “Muito obrigada pelo esclarecimento. Efetivamente não se realizou, irá eventualmente realizar-se no próximo ano e há um adiantamento de cinquenta por cento.-----
- Efetivamente isto cabe dentro do conjunto de medidas que foi tomado para procurar salvaguardar e proteger os artistas neste período em que eles estão impedidos de exercer a sua atividade profissional, portanto de obter rendimentos.-----
- Estou com a Senhora Vereadora, apoio essa medida excepcional.-----
- A questão é saber se o protocolo acautela inteiramente o interesse público? Ou seja, em caso de incumprimento no próximo ano, o que é que acontece?-----
- Era só esta questão e esta reserva que queria levantar em relação a esta matéria. A Senhora Vereadora certamente tem a proposta à sua frente e pode indicar-nos quais são as penalidades previstas, no caso de incumprimento do contrato.”-----
- **Elsa Margarida de Melo Corga** – Juntos – Vereadora; -----
- “Queria esclarecer que não existe nada específico neste protocolo, de facto estamos a falar de uma associação com a qual temos esta parceria já há bastantes anos. Estamos a falar e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020

estamos a tratar exatamente no mesmo espírito que a lei previu para as restantes contratações, aqui é um protocolo, nas outras situações são contratações.-----

----- Se houver um incumprimento, existem mecanismos legais para a Câmara Municipal reaver aquilo que lhe é devido. Se houver naturalmente aqui alguma falta por parte de algum dos artistas ou da associação, que é o mesmo que se aplica às situações dos cachês que estamos neste momento a adiantar, e se efetivamente os espetáculos não se realizarem, essa verba tem que ser devolvida à Autarquia naturalmente.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou aprovar por **unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para atribuição de um apoio financeiro no âmbito da organização conjunta do Festival Pauta Jazz.** -----

----- **3.10 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de regulamento para a utilização do equipamento de tração elétrica e cadeira de rodas compatível (e-CaR);**-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou aprovar por **unanimidade, a proposta da Câmara Municipal de regulamento para a utilização do equipamento de tração elétrica e cadeira de rodas compatível (e-CaR).** -----

----- **3.11 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de regulamento para atribuição do Chapéu de Ouro do Município de Águeda;**-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “ Senhor Presidente, estou disponível para qualquer dúvida.”-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

----- “A única dúvida que aqui gostava de ver esclarecida e que acho que está um pouco impreciso é referente ao artigo quarto, que é referente ao cronograma, ou seja, está aqui um pouco duvidoso porque não há uma altura definida para apresentação das candidaturas e depois uma outra altura definida para apreciação por parte do júri designado.-----

----- Parece-me que seria mais curial, até mais funcional, que fosse definido um prazo para apresentação de candidaturas e depois um outro prazo para que o júri se pudesse pronunciar até à realização das jornadas internacionais do turismo. Porque da leitura que faço do artigo quarto, que é o número dois, “*A apresentação e análise das candidaturas propostas pelos membros do júri, ocorrerá até um mês antes*“. Fica um pouco confuso, não sei se aqui é a própria apresentação das candidaturas ou é só a apresentação pelos membros do júri para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

análise.-----

----- Acho que se não é, deveria haver um prazo diferente, um prazo definido, um prazo para apresentação das candidaturas e depois definir-se um prazo para que o júri se possa pronunciar relativamente às mesmas. Acho que, muito sinceramente, se não for assim, vai acabar por trazer alguma confusão na avaliação e na apresentação das mesmas.”-----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----

----- “ Senhor Presidente quer responder?”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “ Vou pedir ao Senhor Vice-residente para responder. “-----

----- **Edson Carlos Viegas Santos** – Juntos – Vereador; -----

----- “ Dra. Carla, o que aqui diz é que tem que ocorrer um mês antes, as duas coisas, para quê? Porque nas Jornadas Internacionais de Turismo, a intenção é a atribuição do galardão nessas jornadas, não tem data fixa. Se nós colocássemos data estaríamos sempre condicionados, a ideia é que estas duas coisas, quer a análise das candidaturas e as propostas sejam feitas.-----

----- O que nós entendemos é que este júri seja bem representado e de alguma forma atribuir e dar algum prémio é uma forma, também, de mais uma vez, falarmos um pouco de Águeda, é esse o objetivo, é como qualquer galardão.” -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou aprovar por **maioria**, com três abstenções do Grupo Municipal do PS e uma abstenção do Grupo Municipal do CDS **a proposta da Câmara Municipal de regulamento para atribuição do Chapéu de Ouro do Município de Águeda.**-----

----- **3.12 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Protocolo de cooperação da Rede de Autarquias Participativas;**-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Só para esclarecer que a Câmara Municipal de Águeda faz parte desta Rede de Autarquias Participativas, desde a sua fundação, em 2014. Passa-se que, na altura, o secretariado técnico que desta Associação era a Associação In Loco e agora é Associação Oficina de Planeamento e Participação, por via disso, esta alteração ao protocolo de colaboração que prevê em termos financeiros, por isso é que aqui vem, a comparticipação de novecentos e cinquenta euros anuais, destinados à comparticipação de ações no âmbito desta Rede de Autarquias Participativas, e que não poderá ser utilizado para outros fins.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- É isto que está em causa.”-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, deliberou aprovar por **maioria**, com três abstenções do Grupo Municipal do Partido Socialista a **proposta da Câmara Municipal de Protocolo de cooperação da Rede de Autarquias Participativas**.--

----- **3.13 – Análise e discussão dos apoios dados pelo Município de Águeda no âmbito do combate ao COVID-19 (assunto da ordem de trabalho solicitado pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata – PSD);**-----

----- **Carlos Filipe Correia de Almeida – PSD;** -----

----- “Nós pedimos a inserção deste ponto, como já explicamos na última Assembleia e acaba neste compêndio de Assembleias por haver uma certa duplicação. Permitam-me a ousadia de em vez de olharmos mais para trás, possamos olhar para a frente.-----

----- Ao contrário do que muitos pensam, eu penso assim, não vai ficar tudo bem, é que não vai mesmo ficar tudo bem.-----

----- A pandemia e os seu efeitos estão muito longe de serem conhecidos.-----

----- Da parte da saúde há um histórico e há aqui uma reserva que nos permitem dar alguma segurança e alguma confiança na forma como vamos ultrapassar o assunto. Na parte económica, na parte sócio-económica, na parte que afeta para além da saúde naturalmente, as nossas gentes, estamos muito, mas muito longe de conhecer os verdadeiros efeitos desta pandemia.-----

----- As previsões que nos vão chegando do Conselho de Finanças Públicas, do Banco de Portugal, da União Europeia, não são de forma alguma simpáticas, não o são em termos de desemprego, com as consequências que todos nós conhecemos, não o são em termos de riqueza gerada pelo país, do PIB, portanto o quadro que se avizinha é um quadro de uma luta tão ou mais dura do que aquela que foi até agora.-----

----- Para a luta que vivemos até agora, tomamos nós, o Grupo Municipal do PSD, um compromisso com o Senhor Presidente, isso também é fazer política, dissemos assim, *“avance, estaremos incondicionalmente ao seu lado”*, e fizemo-lo até hoje, isto também é enobrecer a política, aliás o nosso povo de certo que não esperaria, de todos nós, outro comportamento que não fosse esse.-----

----- Mas, posto isto, nós também queríamos contribuir, de forma positiva, para ultrapassarmos uma segunda fase desta pandemia que ultrapassa a questão da saúde.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020

----- Por isso tomamos a ousadia, olhando para a frente, trazer aqui para a discussão uma proposta, uma proposta que gostávamos que fosse subscrita por todos e que fosse um contributo, o primeiro contributo, um pensamento conjunto, para ultrapassar este desafio que a nossa comunidade vai de certo viver.-----

----- E temos que fazer mais, é claro que temos que fazer mais, temos que fazer mais pelas nossas IPSSs, mais do que aquilo que já fizemos, temos que fazer mais pelas nossas Instituições de Proteção Civil, e permitam-me, porque o Senhor Vereador João Clemente foi exatamente, por coincidência, agora para mais uma luta que temos que travar, que já agora também coincide com estes momentos propícios para os incêndios. É preciso darmos um forte incentivo aos nossos bombeiros, porventura já o devíamos ter feito, mas temos que responder afirmativamente a um desafio que eles estão a travar, que é enorme, de construção/reconstrução na sua unidade para poderem aí alicerçar a sua atividade.-----

----- Mas também é o momento de darmos uma palavra ao associativismo cultural, ao desportivo, ao recreativo, e falo estes porque já tinha falado também dos da solidariedade social.-----

----- Mais do que isso, é preciso falarmos para as pessoas, é preciso irmos mais próximo delas, criar um vínculo mais próximo e ninguém melhor do que as Juntas de Freguesia para o fazerem.-----

----- O Nelo falou na última Assembleia, é verdade, não me canso de o dizer, a obra de proximidade dignifica as pessoas, aproxima o poder político e traz-lhe intrinsecamente valor, é preciso respondermos a essa necessidade que já agora se traduz num carinho muito forte que as pessoas hoje necessitam.-----

----- É importante falarmos, ainda hoje, penso que a Senhora Ministra estava a falar, não sei se os dados são verdadeiros ou falsos, mas estima-se que vinte e cinco por cento da nossa população ativa estará em lei-off. É importante que tenhamos esta consciência porque acho que andamos um bocado adormecidos, até pelos números do Covid e por esta questão que teima em não passar, andamos adormecidos para o impacto sócio-económico que deriva das medidas de proteção que tomámos e com certeza continuamos a tomar e que estão a mudar os nossos hábitos de consumo.-----

----- E a arte da política é isto, não é? Para necessidades ilimitadas há que ter arte a aplicar os recursos.-----

----- Tomamos a ousadia que o CDS, porque estamos ali próximos, já se associou, de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

apresentarmos a primeira proposta de contributo para minorarmos o impacto negativo desta pandemia.-----

----- Irei apresentar a primeira, a minha colega Ana Rita, irá apresentar a segunda, são duas propostas mais uma vez por afinidade, e desculpem-me os restantes, o Miguel já concordou, gostaria muito que todos se associassem, tomando essas propostas como unas.-----

----- Se me permitem, em nome do Grupo Municipal do PSD, passaria a lê-la e depois entregaria ao Senhor Presidente da Assembleia.-----

----- É dirigida a todas as associações culturais, recreativas e desportivas do nosso concelho, digamos, de uma forma geral, a todas as associações.-----

----- PROPOSTA -----

----- *“Um – Considerando excepcional o período que se vive, fruto da pandemia que afeta a humanidade;-----*

----- *Dois – Considerando as dificuldades financeiras de todo o movimento associativo, quer seja o de assistência social, da cultura, do desporto;-----*

----- *Três – Considerando a necessidade de a Autarquia apoiar de forma inequívoca a sua comunidade e neste caso concreto e particular o seu associativismo, a Assembleia Municipal de Águeda propõe que a Câmara Municipal de Águeda, no mais curto espaço de tempo, proceda ao seguinte:-----*

----- *A) Considere como despesas elegíveis e as apoie a cem por cento, todas as seguintes despesas, previstas no Código Regulamentar do apoio ao associativismo, como despesas não elegíveis, tais como:-----*

-----*a) despesas com consumíveis, energia, comunicações, telefone, internet, água, luz, gás, cabo-visão, CTT, material de papelaria, manutenção de sites, entre outras;-----*

-----*b) manutenção de equipamentos existentes, veículos, alarmes, extintores, ar condicionado, entre outras. Manutenção de instalações, lâmpadas, fechaduras, portas, etc. Pagamento de quotas e seguros, pagamento de rendas, que o montante máximo, por instituição, para este tipo de despesas enumeradas, seja de cinco mil euros;-----*

-----*c) que a Autarquia estabeleça, como valor mínimo, do apoio à execução do plano anual de atividades, a conceder no ano de 2020, seja o montante de apoio verificado no ano transato, estou a falar na medida de apoio ao plano de atividades.”-----*

----- O que é que se pretende nomeadamente nas associações culturais? Há uma ausência total de atividade, por via disso há uma dificuldade brutal de gerar receita e de permitir que os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

planos sejam executados, o apoio é de trinta por cento com o máximo de dez mil euros, mas se a associação não tem atividade, ela não tem receitas e depois mesmo para as despesas fixas não as consegue as suportar.-----

----- Qual foi a nossa filosofia? Em primeiro lugar, dar aqui uma ajuda para estes custos fixos que as organizações têm, as associações entenda-se, pelo facto de não estarem a laborar possamos dar aqui um contributo positivo para que elas possam olhar para a frente com outros olhos e que possamos no resto do plano de atividades colocar aqui uma clausula travão que naturalmente independente da vontade das associações de modo a que elas possam sobreviver a este momento que é muito delicado.-----

----- Também ando, como o Humberto, no movimento associativo, nomeadamente neste cultural e tenho assistido com muita preocupação às dificuldades que as associações estão a viver, é importante que nós possamos dar as mãos e responder afirmativamente a estas necessidades que hoje estão a afetar de sobremaneira a tesouraria destas organizações, quem lá está, com certeza que tem a noção exata do que é que estou a falar, e é altura Senhor Presidente, aceite isto como um repto, vamos agir rapidamente para irmos ao encalço daquilo que são as dificuldades.-----

----- Já tive diretores de associações culturais e desportivas do nosso concelho a chorarem, a quererem desistir, a jogarem a toalha ao chão, não podemos permitir isto.-----

----- Por muito que nos custe vamos dar esse passo em frente e vamos acudir rapidamente, hoje é muito difícil, mas muito, muito, muito, encontrar corpos dirigentes para o associativismo, porventura por culpa de nós todos, porque a sociedade está-se a fechar, porque cada vez mais somos o indivíduo e pouco mais que lhe assiste, o altruísmo cada vez é menor, mas quando se colocam estas dificuldades o problema agiganta-se. Nós corremos o risco de ver padecer todo um património cultural de um valor incalculável, de nós perdermos um espetro cultural e histórico do nosso concelho que jamais recuperaremos.-----

----- Não tenho dúvidas que o Executivo vai aceitar este repto, não tenho dúvidas nenhuma e também não tenho dúvidas nenhuma que em cada um de vós, estas preocupações que hoje aqui coloco ecoam e ecoam forte, e vocês de uma forma geral, vão associar-se, quero crer, a esta proposta e darmos lá para fora uma resposta inequívoca daquilo que é a nossa vontade, porque já as demos antes e Senhor Presidente, naquelas que o Senhor cá trouxe, estivemos ao seu lado, muitas vezes custando-nos, mas não quisemos deixar de dizer estamos presente. Cabe-vos a vocês, meus caros amigos, fazerem exatamente o mesmo, a política dignifica-se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

também assim, aceitando que do outro lado podem vir contributos que possam ser positivos. E se tiverem propostas para juntarem a estas melhor, na certeza de uma coisa, este é o primeiro contributo que lhe gostaríamos de deixar.-----

---- A Rita vai-lhe deixar um segundo e agarre, peço-lhe, agarre para estes homens que estão aqui, Juntas de Freguesia. É o momento, temos que tomar opções, é um facto, pois vamos tomá-las, vamos usá-los, desculpem a palavra, vamos usá-los para chegarem mais próximo das pessoas.-----

---- E se for preciso tomar opções, cá estaremos, como estivemos até agora para lhe dizer, estamos presentes.-----

---- Presentes para o bem das nossas gentes.”-----

---- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----

---- “Nos termos do regimento seria discutida de imediato e votada, ia perguntar ao plenário, sendo o plenário soberano, se não se importavam que a Deputada Ana Rita também fizesse a apresentação, não sei se haverá mais alguma proposta, depois daríamos a designação a uma e a outra e discutíamos e votaríamos, depois de tudo, alguma objecção?-----

---- **Ana Rita Brito Carlos** – PSD; -----

---- “Começo aqui por fazer as palavras do meu colega Carlos também as minhas por oportunas e por concordar inteiramente com todos os pressupostos.-----

---- Diariamente somos assolados por notícias de surtos da doença Covid-19 em estruturas residenciais para pessoas idosas, vulgarmente designadas por lares.-----

---- A concentração nas referidas estruturas de pessoas mais vulneráveis a esta doença desencadeou processos de testagem, bem como a adoção de medidas sanitárias e de restrição de visitas. Acontece que se tais medidas contribuíram para a diminuição ou quiçá até para o retardamento do aparecimento da Covid nos lares, não impediu certamente, como é sobejamente conhecido, o seu aparecimento.-----

---- É pois necessário garantir que os lares tenham material suficiente para garantir a higienização das mãos e dos espaços e que os profissionais tenham equipamento de proteção individual adequado à prestação de cuidados aos idosos.-----

---- Sendo ainda essencial, na nossa perspetiva, garantir a existência de profissionais qualificado para a adoção das corretas medidas de prevenção e controlo das infeções.-----

---- Neste contexto, cabe também ao poder político autárquico contribuir para a mitigação dos riscos de aparecimento desta doença nos lares e conseqüente propagação pelos seus



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

profissionais e respetivas famílias.-----

---- Como o meu colega Carlos Almeida já disse, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata apresenta esta proposta que é subscrita também pelo Grupo Municipal do CDS, passo a apresentar a proposta:-----

----- **PROPOSTA** -----

---- *“Considerando que o atual envelhecimento demográfico é um fenómeno marcante da sociedade moderna, demonstrando a realidade atual uma ainda significativa incapacidade de resposta às pessoas idosas no seu meio natural.*-----

---- *Considerando que importa reforçar com técnicos com competência especializada e disponibilidade efetiva as respostas sociais, estruturas residenciais para pessoas idosas, para que estas constituam uma verdadeira residência assistida, com a missão de promover a qualidade de vida, proporcionar serviços permanentes e adequados à problemática biopsicossocial da pessoa e contribuir para o retardamento ou estabilização do processo de envelhecimento.*-----

---- *A pandemia internacional ocasionada pela doença Covid19 adensou a necessidade de acompanhamento próximo, continuado e especializado das pessoas idosas, nomeadamente para gestão de doenças crónicas, definição de circuitos regras de prevenção e controlo de infeção.*-----

---- *Assim, ao abrigo do artigo trinta e dois, do Regimento da Assembleia Municipal de Águeda, a Assembleia Municipal de Águeda propõe que a Câmara Municipal delibere pela atribuição de um apoio extraordinário no contexto da pandemia da Covid19 às entidades que cumpram os seguintes requisitos cumulativos:*-----

---- *Primeiro – Sejam instituições particulares de solidariedade social do concelho de Águeda, com resposta estrutura residencial para pessoas idosas em pleno funcionamento à data da candidatura;*-----

---- *Dois – O apoio seja destinado a financiar a contratação a tempo completo de um ou uma enfermeiro ou enfermeira por instituição, de preferência com formação na área de geriatria ou gerontologia, com vista a garantir ou reforçar a prestação pela instituição de serviço permanente de enfermagem;*-----

---- *Três – O apoio tenha a duração de um ano;*-----

---- *Quatro – O valor máximo do apoio seja de dezasseis mil euros;*-----

---- *Cinco – As instituições não estejam abrangidas por outros apoios disponibilizados pelo*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

Município para o mesmo fim.-----
----- *É o que se apresenta.*”-----
----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----
----- “Já por algumas vezes vim aqui precisamente a este local falar sobre a inexistência de um plano, quer de contingência municipal, quer de intervenção e de recuperação da economia do nosso concelho, face à Covid.-----
----- Tudo aquilo que aqui foi referido pelos Deputados do PSD, quer pelo Carlos Almeida, quer pela Rita, de facto são uma evidência daquilo que todos nós nos deparamos no dia a dia e todos nós verificamos das necessidades que existem, não só nas associações, mas também em muitas empresas, em muito comércio local. -----
----- Estranha-se, porém, que as únicas pessoas que não se tenham apercebido disso, ou pelo menos, não apresentaram até agora, esse referido plano, é precisamente o Executivo, a quem cabe, por mandato popular, estar atento a essas circunstâncias e apresentar soluções.-----
----- Não obstante reconhecer todo o mérito a esta proposta que aqui foi apresentada pelo PSD, acho que ela é precisamente isso que foi referido pelo Deputado Carlos Almeida, um ponto de partida. Aquilo que aqui venho propor é algo, se calhar que vai resultar melhor, que era, à semelhança daquilo que no passado se fez, relativamente à carta educativa, proponho que se constitua uma comissão eventual, para análise das várias situações, das várias áreas concelhias onde deva ser feita uma intervenção. Porque algumas das propostas que aqui foram apresentadas, se calhar, há sempre alguma coisa que fique de fora, e se trabalharmos todos em conjunto poderemos apresentar um plano mais alargado, porque recorde-me, por exemplo, e há pouco estava a ouvir-vos, atualmente a maior parte das IPSSs já não está inativa porque ainda com atividade reduzida, o que é certo é que mantém alguma atividade, mas, por exemplo, muitas das associações culturais, sobretudo as bandas musicais que abundam no nosso concelho, viram, essas sim, fortemente afetada, a sua receita por força do cancelamento dos serviços que tinham nas festas e nas romarias por esse país fora.-----
----- Por isso, a proposta que aqui faço é precisamente esta, que se constitua uma comissão eventual, aqui até a título de rascunho de proposta e atenta à composição da Assembleia, propunha que ela fosse composta por, dois membros do PSD, dois membros do Movimento Independente Juntos, um membro do CDS e um membro do PS, estabelecer um calendário,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

uma data limite para a apresentação de conclusões. Acho que seria importante no âmbito dessa comissão, serem ouvidas as forças vivas do concelho, serem ouvidas as associações, as IPSSs, os empresários, os comerciantes.-----

----- Já que a Câmara até agora não foi capaz de apresentar esse plano, teremos que ser nós, porque também temos um mandato que nos foi conferido, a fazê-lo em sua substituição.-----

----- É esta a minha proposta.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Queria naturalmente dizer o seguinte, estamos a falar de uma matéria que da nossa parte não estará nunca sujeita a jogos políticos e muito menos de tentativa de tirarmos qualquer tipo de partido desta situação. Uma situação demasiado séria e que nós desde o primeiro momento percebemos que não era uma corrida de cem metros, não vale a pena correremos para soluções, sobretudo não vale a pena começarmos a correr com aquele frenesim de apresentarmos propostas antes que alguém as apresente. Precisamos, isso sim, de perceber claramente o que é que temos que fazer e de analisar muito bem o que se passa à nossa volta.-----

----- Posso-vos garantir que a Câmara Municipal tem estado com tudo o que são olhos abertos e com um contacto muito estreito com todos esses setores desta atividade.-----

----- A Rita Carlos quando me fala das IPSSs e sobretudo do cuidado com idosos, queria-lhe dizer que, mesmo antes do estado de emergência, no início de março, nesta sala, já com condições de algum afastamento social que era necessário já manter, tivemos logo aqui as nossas IPSSs todas, que têm valências de lar de idosos e não só as nossas IPSSs, também as organizações sociais, nomeadamente a Misericórdia, que não podemos de maneira nenhuma esquecer, estiveram aqui todos. Nós chamamos aqui todos de urgência e fizemos uma coisa que foi determinante, nós logo aí, percebemos que era dos sítios onde havia maior vulnerabilidade onde as pessoas de maior risco estavam, onde era preciso claramente atuarmos e atuarmos numa lógica de conjunto. Fizemos aqui, projetamos aqui, depois enviamos para todos, todo um plano baseado em quatro pilares: os utentes, os prestadores de cuidados, as instalações e depois planos de contingência face à doença quando ela se declarasse.-----

----- Quero-vos dizer que têm sido exemplares todas as nossas estruturas residenciais para idosos, agora conhecidas e que são os lares, toda a gente sabe, todos têm sido exemplares.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020

----- Vou-vos dizer aqui uma coisa que não vou ter pejo nenhum de o dizer, os casos que foram apontados para o “Paraíso Social” pura e simplesmente não existiram. É verdade, nós imediatamente testamos toda a gente, nós, a instituição com o nosso apoio, não financeiro, mas fizemo-lo dessa maneira, porque entendemos que isso deverá acontecer dessas formas e os utentes e os funcionários que foram testados, no dia nove de junho, voltaram a ser testados imediatamente no dia dezasseis e esses testes deram todos negativo, voltaram a ser testados no dia vinte e dois e voltaram a dar todos negativo. Estamos absolutamente convencidos, nós e não só, de que estamos perante uma situação de contaminação de amostras ou laboratorial ou pré laboratorial. Portanto estes utentes efetivamente contam como alguns utentes, esta mancha, digamos assim, que o Paraíso poderia ter ficado, queria aqui dizê-lo que estamos absolutamente convencidos que ela não terá acontecido.-----

----- Mas, atenção, poderá acontecer num momento qualquer, em qualquer instituição e temos vindo a acompanhar muito, muito, muito de perto todas as situações que se nos deparam e queria aqui efetivamente realçar a extraordinária competência com que todos esses serviços que têm estas valências têm agido.-----

----- Agora, indiscutivelmente, esta corrida que não é de cem metros, acho que estamos todos de acordo, vem exigir muito de nós e muito da Câmara Municipal, diria que praticamente uma grande franja da população e também vocês aqui tal e qual como o demonstram, estão à espera que a Câmara Municipal seja a solução para muitas coisas, acho que nós temos condição para ajudarmos e muitas, nomeadamente umas das que refuto será essencial é mantermos até as nossas obras porque acho que há uma importante valência social que nós devemos manter, através do trabalho, através do emprego, se nós pararmos as nossas obras, estamos a contribuir também para que se cave cada vez mais esta dificuldade enorme da falta de trabalho.-----

----- Porque, muito sinceramente, Dr. Carlos Almeida, estou absolutamente convencido e estou convencido desde a primeira hora, por isso aqui disse, isto é uma maratona, vai ser uma maratona que o problema ainda está para vir. O problema mais acentuado nós vamos senti-lo muito mais muito em breve, e quando me dizem que todas essas instituições precisam de apoio, nós estamos absolutamente cientes disso.-----

----- Posso-vos dizer que nós estamos a preparar algo muito alinhado com aquilo que aqui disse, nós estamos a preparar, por uma razão muito simples, nós temos um código regulamentar que apoia atividades e todos nós sabemos que as atividades estão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

suspensas, portanto nós temos que encontrar outras formas de apoio a estas instituições. ---
---- Há um quadro legal que nós temos que manter, e provavelmente há algumas alterações que temos que vir rapidamente aqui promover. Estamos a trabalhar com o apoio jurídico que temos. Estamos a trabalhar fortemente no sentido de promover rapidamente um conjunto de soluções e sobretudo caminhos por onde possamos caminhar, e isso vai acontecer muito em breve.-----
---- Não tenho rigorosamente nada, acho que qualquer uma das vossas propostas vem no fundo completamente alinhada com aquilo que é nossa pretensão fazer. Portanto, não é pelo facto de serem vocês aqui a propor que vamos estar agora a dizer, vamos estar contra.
---- Muito sinceramente, já agora, relativamente à Dra. Carla Tavares, não pelos motivos que ela invoca que, com toda a certeza ela não sabe o que se passa em Águeda e não nos conhece.-----
---- Mas, naturalmente que todo e qualquer apoio que possa vir, qualquer boa ideia, naturalmente será bem vinda. Nós vamos precisar efetivamente de termos boas ideias no sentido de resolvermos os problemas, não no sentido de darmos tudo a toda a gente, não é isso que está em causa, mas é efetivamente de ajudarmos quem precisa e sobretudo quando precisa. É isso que nós precisamos de estar todos muito atentos.-----
---- Aquilo que disse aqui, logo no início, aos Senhores Presidentes de Junta a dizer que lhes disse e passei-lhes efetivamente esse salvo conduto que qualquer situação de necessidade, façam favor de agir porque a Câmara Municipal estará cá para sustentar as vossas atividades e as vossas soluções devidamente fundamentadas e nisso não tenho dúvidas nenhuma que poderei contar sempre com esta Assembleia.-----
---- Disse-o também naquela altura que se for necessário a Câmara Municipal terá condições para se poder inclusivamente endividar, se não tiver condições para acudir porque efetivamente estamos perante uma situação completamente extraordinária, inimaginável há tão pouco tempo e onde precisamos de efetivamente estarmos todos unidos.-----
---- Em nome dessa união, digo-vos, sinceramente, que estamos aqui completamente disponíveis para dar corpo às vossas propostas que não são mais nem menos do que as nossas propostas, nos termos em que poderem ser em termos legais. Vocês também apontam um conjunto de soluções, mas temos que as enquadrar, sempre todas as soluções que fazemos, na lei, é isso que naturalmente temos que fazer.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Por isso, daqui apelo, acho sinceramente, não vejo inconveniente nenhum que estas soluções que aqui aplicam desejo que sejam aprovadas por unanimidade.”-----

----- **João Carlos Fernandes Figueiredo** – Juntos; -----

----- “A minha tarefa hoje está simplificada e é muito bom nós percebermos esta sintonia e aquilo que nos preocupa.-----

----- Preocupa-nos a nós como Deputados, preocupa o Executivo como Executivo e preocupa cada um de nós lá em casa e nas nossas empresas e associações que realmente, tal como o Carlos disse, isto não vai mesmo ficar igual.-----

----- De qualquer forma acho que devíamos mesmo fazer um pequeno recompilatório, não acrescentar muito porque foi tudo tão bem dito que qualquer coisa que junte a isto, se calhar, maça, mas tirando o sumo aquilo que foi dito, os Juntos gostariam apenas de acrescentar alguma coisa às propostas.-----

----- Acho que é uma boa ideia fazer-se uma comissão, são excelentes as ideias que vêm aqui para discussão, acho que devem ser fruto de uma comissão alargada, não vejo mal da forma como foi composta pela Carla. Acho que devemos ser rápidos porque realmente o assunto é importante, mas temos que incluir o Executivo nisto, acho que é um trabalho que tem que ser feito com o Executivo, envolver toda a gente e sabemos que esse trabalho que estava a ser feito é um trabalho que vai muito ao encontro daquilo que foi dito e faz todo o sentido que a comissão de trabalhe junto com o Executivo para que aquilo que saia, saia com o consenso de todos e que realmente tenha uma aplicabilidade o mais alargada possível.”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD; -----

----- “Pois como o meu colega Carlos Almeida já disse houve um momento, um momento de ação em que todas as pessoas foram apanhadas de surpresa pela pandemia e nós e muito bem demos toda a confiança ao Executivo para, no que fosse possível ajudar a população.-----

----- Estas duas propostas que hoje aqui trazemos, são duas no meio de muitas que podem acontecer, os partidos todos, recorde-me o processo da pandemia, os Senhores Vereadores da oposição também, fizeram propostas muito válidas em todo esse processo e, portanto, são todas elas alvo de um recompilatório.-----

----- Como diz a Carla, era bom que viesse aqui uma comissão para isso.-----

----- Sobre a comissão dava uma sugestão para facilitar a coisa, para mim a comissão é os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

líderes dos grupos municipais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que é no fundo a comissão permanente da Assembleia Municipal, em situações de urgência está pronta e depois trabalhar e alguém do Executivo, acho que é a melhor comissão porque automaticamente é fácil ser convocada e é fácil a partir daí agilizarem.-----
----- Isto porque a próxima Assembleia Municipal será em setembro e todas estas propostas carecem de regulamentação e virem à próxima Assembleia.-----
----- E se temos aqui uma proposta que é a que a Ana Rita apresentou que é mais estrutural, é uma proposta que a problemática do Covid veio pôr a nu que é a necessidade que temos nos nossos lares de ter serviços de enfermagem vinte e quatro horas por dia permanentes, a maior parte deles não tem. Penso que só a Santa Casa da Misericórdia tem vinte e quatro horas por dia, não tenho bem a certeza, não sei se os Pioneiros terá, penso que não tem, mas se houver outra instituição que tenha e eu não estiver a falar dela, peço-lhe desculpa pelo meu desconhecimento.-----
----- É um serviço muito importante aos nossos idosos, os nossos idosos, não são as nossas instituições, são os nossos idosos merecem o nosso carinho e o serviço de vinte e quatro horas de enfermagem é fundamental para eles, são pessoas que percebem da área, são pessoas que prestam em cima da hora, em cima do momento, muitas vezes estes serviços estão sob chamada, é muito importante este tipo de situação-----
----- Nós, no Município, já investimos em muitas situações, por exemplo, na área da educação, nós pagamos muito mais a auxiliares de educação para as escolas do que aquilo o Governo nos transfere, dentro daqueles limites mínimos que eles tinham. Fazemos apoios na área da psicologia às nossas instituições e algumas freguesias que nós temos, portanto não me parece mal que nesta área o Município consiga fazer um esforço para apoiar os lares e os idosos para um serviço permanente de enfermagem.-----
----- É evidente, um serviço permanente precisa de três, quatro, cinco enfermeiros por lar, isso não é possível, o que nós depois pretendemos é que tenha, pelo menos, um elemento de reforço, mas isto é uma ação muito mais estrutural, pode ser tomada hoje, pode ser tomada em setembro, esta ação não carece exatamente de uma grande urgência. Estou a falar em relação à questão da comissão.-----
----- No entanto, a proposta do Carlos, é uma proposta que tem que ser muito rapidamente trabalhada por parte do nosso Executivo, porque as nossas instituições estão a passar por grandes dificuldades e não sabem o que é que hão-de fazer.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Ainda ouvi o Humberto na sua entrevista a falar dos custos fixos das instituições, a nossa proposta poderia ter seguido a tua ideia, mas já estava feita antes, ficamos contentes porque sabemos que isso é uma realidade, não é pelo Humberto ter dito ou pelo Carlos ter dito, carece de grande urgência e por isso pedíamos efetivamente que fosse aprovado por todos.-----

----- Aqui concordamos, Senhor Presidente, quando diz que não estejam à espera que a Câmara ou o Estado, seja o apoio para toda a gente, isso não vai existir, não vai ser possível. No entanto, estamos num ano absolutamente diferente de todos os anos. Ouvi o Senhor Presidente na última Assembleia, falar que queria chegar ao final do mandato com a dívida reduzida, penso eu, a zero, não tenho a certeza se é isto se não.-----

----- O Senhor Presidente já disse hoje aqui e nós apoiamo-lo exatamente nisto, se for preciso contrair dívida no Município de Águeda para fazer face à pandemia do Covid19, nós estaremos ao seu lado sempre que isto seja claramente neste combate.-----

----- É esta a mensagem que vínhamos dar.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Só para eu tentar ficar minimamente esclarecido. Naturalmente que estas propostas são de alguma forma um pouco genéricas, têm determinadas áreas com as quais nós concordamos, mas terão que ser afinadas e trabalhadas e isso naturalmente que estamos disponíveis, até porque volto a dizer, temos algum trabalho já realizado nesse sentido e portanto essa tal comissão ou o que lhe quiserem chamar, se quiser trabalhar connosco, para nós afinarmos um pouco melhor essas situações, estamos completamente disponíveis para tal.-----

----- Uma nota só, isto relativamente à questão da enfermagem, até porque sou enfermeiro, naturalmente que tudo isto que estamos aqui a preconizar seria uma situação ideal indiscutivelmente, era absolutamente importante que houvesse uma presença mais forte dos enfermeiros em todas essas estruturas residenciais para idosos, isso era indiscutível, porque até, e só porque a Rita Carlos disse na altura que enfermeiros com formação na área da geriatria e da gerontologia, a formação base dos enfermeiros é muito focada nessas áreas e qualquer enfermeiro terá formação nessa área, naturalmente que haverá outros especialistas nessa matéria, mas todos eles têm formação nessa área.”-----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----

----- “Não havendo mais nenhuma inscrição, só iria perguntar à Dra. Carla Tavares, da sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

proposta, se entende que podemos fazer alteração nos termos sugeridos, se não seria mais uma proposta.”-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

----- “Acho que não vou precisar de retirar a minha proposta, mas posso casa-la com a proposta do Engº. Hilário, parece-me que é uma boa solução nós aproveitarmos a comissão permanente que temos a funcionar, sem prejuízo eventualmente numa outra circunstância ser necessário haver outro membro que acrescente, acho que não faz mal nenhum.-----

----- O importante é nós conseguirmos chegar a um bom resultado, a um resultado que de facto vá ao encontro das necessidades do nosso concelho, porque apesar do Senhor Presidente dizer que não, eu sei o que se passa no concelho de Águeda, é o meu concelho, é a minha terra e não há volta a dar, mesmo que o Senhor Presidente algum dia queira pôr-me daqui para fora, não o vai poder fazer porque esta é a minha terra, nasci cá e está no meu sangue.”-----

----- **Jorge Manuel Castanheira Martins** – PUF Águeda e Borralha; -----

----- “A minha intervenção pesa fundamentalmente também para acrescentar algo que foi aqui dito já por todos os intervenientes em relação a esta matéria.-----

----- Perdoem-me, vou falar como Presidente de Junta e, se calhar, vou também aqui elencar um pouco a preocupação de todos os meus colegas que certamente estão no terreno na situação de proximidade e que sentem de facto esta situação da pandemia junto da população.-----

----- Primeiro ponto que queria aqui deixar de alerta, que é fundamental, é que nós temos os serviços públicos parados, nós praticamente não temos conservatória do registo civil, não temos finanças nem notariados, não temos centro de emprego, as situações estão praticamente caóticas e o mecanismo está emperrado.-----

----- Nós, Presidentes de Junta, muitas vezes apresentam-nos situações em que nos pedem alguma rapidez de execução. Nós vemo-nos privados, precisamente pelo terreno público, para precisamente as coisas andarem.-----

----- Hoje tive a infelicidade de um estabelecimento de ensino ter dito que precisava de um atestado da Junta para uma criança ser matriculada, em que estava residente em Águeda, situação que é fácil de vermos pelo próprio cartão de cidadão, onde está lá mencionado a residência oficial.-----

----- Houve aqui uma luta de contra-relógio, como sabem os timings estão muito em cima do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

acontecimento, mas isto para perceber a burocracia que estamos a viver.-----
---- Preparem-se que o Covid 19 vai, como disse o Senhor Presidente e muito bem, trazer-nos muito dissabores nos próximos tempos, de facto ainda estamos no início.-----
---- Queria pedir e deixar aqui bem alto, em nome pessoal e penso que de todos os meus colegas, que também tenham consciência e apelem à nossa ajuda porque estamos no terreno, porque ouvimos as pessoas, porque entendemos as dificuldades das empresas, das associações, das instituições em que podemos ter também uma mais valia em muitas das situações que vão aparecer.-----
---- Já agora, também pedia-vos outra situação, infelizmente as Assembleias Municipais têm sido fértil em muitas conjunturas onde não se encontra grande forma de apatividade, de consensos, de paz, de harmonia, de ideias, de plataformas que devem estar interligadas, já hoje assistimos isso aqui.-----
---- O Covi19 é muito sério, é Águeda que está em causa meus amigos, vamos ter problemas muito graves pela frente, vamos ter empresas aí a bater a porta, vamos ter muito desempregado, vamos ter famílias muito, muito dissolvidas e que depois vão trazer problemas da ordem psicológica, onde alerta desde já para os suicídios, onde alerta desde já para a violência doméstica, onde alerta desde já para as situações que estão a acontecer com a parte infantil.-----
---- Tudo isto são panoramas que, infelizmente, não vemos a luz ao fundo do túnel, não quero trazer aqui um cenário dantesco e um cenário muito negativo, oxalá que esteja enganado, mas infelizmente, ainda os números de hoje deram bem esse exemplo do que ainda temos pela frente.-----
---- Por isso quando vier essa comissão, quando vierem essas situações, que saibamos todos de consciência, de coração aberto e de saber defender que está aqui em causa a população de Águeda, que estão aqui em causa várias gerações, os idosos, os mais jovens e que todos devemos estar a lutar pelo mesmo fim, pelo mesmo intuito que é encontrar as melhores soluções para o nosso concelho, para os nossos habitantes.-----
---- Obviamente que as Juntas de Freguesia, penso que falarei pelos meus colegas, estarão também disponíveis para qualquer situação que por ventura possam da nossa parte, já que estamos no terreno e conhecemos um pouco mais algumas das dificuldades, para também podermos colaborar nas iniciativas que tiverem nas reuniões que obviamente tivermos neste combate à pandemia.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----
----- “Passemos então à votação das três propostas. Designei por proposta A, a proposta apresentada pelo Deputado Carlos Almeida. Proposta B, a proposta apresentada pela Deputada Ana Rita Carlos e a proposta C, com a correção da constituição de uma comissão eventual, constituída em termos semelhantes à comissão permanente existente, isto é, os líderes dos grupos municipais e o Presidente da Assembleia Municipal. Será a proposta C apresentada pelo Grupo Municipal do PS, através da Deputada Carla Eliana.-----
----- Passemos então à votação da **proposta A**, proposta do Grupo Municipal do PSD, apresentada pelo Deputado Carlos Almeida, aprovada por **unanimidade**. -----
----- Passemos à votação da proposta B, apresentada pelo grupo Municipal do PSD, através da Deputada Ana Rita Carlos, aprovada por **unanimidade**.-----
----- Proposta C, apresentada pelo Grupo Municipal do PS, através da Deputada Carla Eliana, aprovada por **unanimidade**.-----
----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----
----- “Senhor Presidente as proposta foram elaboradas e apresentadas pelo PSD e subscritas pelo CDS, como foi dito pelo Deputado Carlos Almeida, no início, felizmente foram aprovadas por unanimidade, o que demonstra bem a minha incapacidade para demonstrar os méritos de uma proposta simples como a da criação do Conselho Municipal de Saúde, uma vez que essa unanimidade não foi possível, num assunto que aparentemente não deveria levantar grandes objeções, mas paciência.-----
----- Em março, foi declarado o estado de emergência, dia catorze de março, salvo erro. Em março, o CDS elaborou um documento de propostas à Câmara Municipal e penso que aqui o objetivo deste debate, era fazermos um ponto da situação e debatermos aquilo que tem sido feito ou não tem sido feito, no que respeita ao Covid19.-----
----- Em março o CDS declarou-se, tanto na comunicação que fez ao Senhor Presidente da Câmara, como depois na reunião que houve no dia trinta de março, com os membros da comissão permanente da Assembleia Municipal, o CDS fez uma série de propostas e enquadró-as dentro daquilo que entendia ser a realidade do momento, e a realidade do momento é que estávamos eventualmente no princípio do princípio, e portanto se calhar ainda muito longe do fim do princípio e estas intervenções que acabamos daqui de ouvir vão todas tocar neste diapasão.-----
----- É importante nós estarmos preparados para uma situação que se vai agravando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020

progressivamente, não tanto em termos de saúde, mas sobretudo em termos sociais, e irmos tomando preventivamente as medidas necessárias para que dentro dos recursos que são sempre limitados e que a autarquia tem que gerir com parcimónia, muitas vezes por questão de necessidade tende-se substituir a quem a quem deveria efetivamente ter a responsabilidade de fazer as coisas, nomeadamente o Estado Central, que não nos faltem esses recursos mais adiante, ou por falta de planeamento, ou por outro lado, por eles serem desbaratados no momento em que não seria oportuno.-----

----- Para que conste, queria deixar um conjunto de recomendações básicos tem esta visão estratégica, quanto mais cedo começarem a ser preparadas as medidas, melhor elas se vão adequar à realidade.-----

----- Sem prejuízo claro do respeito pela lei, entendíamos que era necessário o apoio às entidades diretamente envolvidas no combate à pandemia Covid19, nomeadamente, com a aquisição de equipamentos e consumíveis, vários exemplos, máscaras, luvas, impermeáveis, etc. Mas também com a cedência temporária de meios equipamentos, neste caso, computadores, telemóveis, impressoras, etc., sempre que seja necessário. Devemo-nos preparar para isso, sei que já foi feito, devemo-nos continuar a preparar para isso.-----

----- Articulação de ações de formação em segurança e auto proteção dirigida aos prestadores de cuidados, às empresas e aos serviços que se mantêm em atividade.-----

----- Creio que aqui o Estado Central falhou redondamente, uma coisa é emitir as recomendações de segurança outra coisa é explicar o que é que elas significam. Não me parece que o Estado Central tenha sido eficaz e sobretudo não se criou nenhum mecanismo de tentar replicar nos locais de trabalho que estão abertos, condições que reduzam a probabilidade de haver algum problema ou contaminação. Para nós é necessário que as empresas que estavam em atividade, nessa altura, houvesse a criação e difusão de protocolos, treino presencial de utilização dos equipamentos de proteção individual e da higienização, incluindo o uso correto dos produtos de limpeza e técnicas de prevenção de expressão aérea de partículas.-----

----- É um assunto que agora voltou esta semana à baila e que aflorei nessa reunião de trinta de março, é que a OMS tem tentado escamotear a questão que há infeções que não se explicam a não ser pela transmissão aérea do vírus, aliás como já acontecia com o SARZCOV1.-----

----- Apoio às entidades envolvidas na segurança pública, na prevenção e combate à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

exclusão, à criminalidade e à violência e no apoio à vítima.-----
----- Exatamente o que acabou de dizer aqui o Senhor Presidente da União de Freguesias de Águeda e Borralha.-----
----- Apoio às instituições de acolhimento e apoio social, em particular à criação de redundâncias que permitam compensar os serviços que vierem a ser afetados, nomeadamente em articulação com as outras IPSSs e com as Juntas de Freguesia.-----
----- Como acabou de falar o Senhor Presidente da União de Freguesias de Águeda e Borralha, as juntas de Freguesia não podem, de forma nenhuma, ficar alheadas deste processo ou ser postas à parte deste processo. Dizíamos, na altura, que era importante termos um registo que, em caso de necessidade, possa ser partilhado, dos apoios domiciliários prestados, quem, como, quando, onde e o quê, com menção à especificidade relevantes, isto era um exemplo.-----
----- Apoio a ações de rastreio à Covid19, previamente acordadas em articulação com a rede de cuidados de saúde primários, as IPSSs, as Juntas de Freguesia, acrescento o Delegado de Saúde, estabelecendo prioridades.-----
----- Incremento de ações de apoio à saúde mental da comunidade.-----
----- Aqui o município muito bem, com três propostas muito dirigidas esteve muito bem, mas é importante reforçar este apoio à saúde mental da comunidade como aqui também agora disse o Senhor Presidente da União de Freguesias de Águeda e Borralha, é uma prioridade, mas não podemos esquecer as crianças, os idosos, os doentes crónicos e as pessoas que estão isoladas.-----
----- As Juntas de Freguesia devem estar integradas, mas também devem estar integradas organizações de voluntários, devíamos estar a agilizar o voluntariado para ocorrer a estes setores e naturalmente treiná-lo.-----
----- O alargamento dos apoios sociais previstos no código regulamentar municipal, apoio ao arrendamento, alimentação, água, luz, gás, medicamentos, comunicações.-----
----- Senhor Presidente da Câmara, muito bem, trouxe aqui uma proposta que foi aprovada no Executivo e foi aprovada por nós, por unanimidade, mas lá está, o nosso regulamento foi feito para uma realidade, nós temos que o alterar com urgência, esta comissão que acabamos de aprovar, dos primeiros trabalhos que deve fazer, é debruçar-se sobre aquilo que está no regulamento e que pode tornar mais ágil a atuação da Câmara Municipal ou estender a atuação da Câmara Municipal porque muitas das ferramentas já lá estão, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

falta o detalhe fundamental, é que não estão enquadradas legalmente, com a alteração de uma palavra, às vezes de uma vírgula, passam a estar, e essa alteração demora tempo, porque é necessário fazê-la, é necessário aprová-la, é necessário fazer consulta pública, temos de acautelar essa situação.-----

----- A vigilância e o controlo da qualidade dos serviços prestados, nomeadamente o abastecimento de água, a contaminação de afluentes, os lixos, em particular nos sítios onde o abastecimento de água ao domicílio não está ligado à rede de saneamento.-----

-----É necessário lembrar que durante uma epidemia todos os fatores de risco para a saúde humana tendem a produzir efeitos mais graves, uma simples intoxicação alimentar pode significar o termo de uma vida. Temos que estar atentos porque os serviços de saúde, embora mantendo a sua capacidade para prestar consultas, as próprias pessoas têm medo de as pedir e muitas vezes quando as pedem, já vão em situação de emergência.-----

----- Em coordenação com as Juntas de Freguesia ações de limpeza e controlo da vegetação que possam potenciar a propagação dos fogos florestais.-----

----- A criação de emprego temporário.-----

----- Prevenção de catástrofes.-----

----- Auxílio aos proprietários sem meios para proceder às limpezas.-----

----- É que o Covid19 está aí, mas os incêndios também estão e temos que ser capazes de combater as duas guerras, as duas frentes.-----

----- Apoio ao reforço de medidas de higiene e do controlo de qualidade sanitária dos produtos produzidos e embalados nas nossas empresas.-----

----- Para criar a perceção no consumidor que aquilo que se faz cá é seguro, o que se embala cá é seguro, o que vai para os nossos restaurantes é seguro.-----

----- O apoio à adaptação das empresas locais à exploração de novos nichos de mercado, nomeadamente em colaboração com outros municípios inventariar empresas locais que podem contribuir e privilegiar as aquisições a essas empresas e falávamos nessa altura, também o apoio à tesouraria das empresas, como? Agilizando ou encurtando os prazos de pagamento da Câmara Municipal aos seus fornecedores.-----

----- O apoio à implementação de teletrabalho incluindo, quando possível, os trabalhadores da Câmara e das Juntas.-----

----- Só há teletrabalho se o trabalhador poder dispor de meios técnicos para exercer o teletrabalho, se ele não tem computador ou não tem acesso à internet com qualidade, vai ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

grande dificuldade em executar o teletrabalho.-----

----- O apoio à digitalização dos serviços e das empresas, em particular das pequenas e micro empresas.-----

----- Estas sugestões estavam enquadradas dentro de uma estratégia que visava acautelar a realidade de então e começar a prevenir aquela que se antevê.-----

----- Nós não elaboramos uma proposta concreta a apresentar ao Executivo, em primeiro lugar penso que não nos compete, por outro lado, é mesmo quem está no Executivo Municipal que conhece a realidade financeira da Câmara Municipal no momento, para poder estabelecer as prioridades se todas estas propostas podem avançar simultaneamente ou não, o que é que deve ser feito primeiro, se algumas delas têm cabimento mediante as medidas que entretanto foram tomadas pelo Estado Central ou se já não fazem sentido. Demos esta liberdade inteira ao Executivo, considerando que o Executivo é não apenas os Juntos, mas é também o Partido Social Democrata e o Partido Socialista, o CDS não está representado.-----

----- Queria terminar a minha intervenção deixando só um recado aos nossos jovens, um recado que me foi transmitido, curiosamente, na Mealhada, por um empresário de Águeda.--

----- A malta nova pensa que não lhe vem grande mal deste vírus, porque pensa que é mais resistente. Mas deve pensar no seguinte: as consequências sociais da epidemia vão afetar o emprego, a empregabilidade, a continuação dos estudos, a perda de rendimento, a perda de mobilidade, mesmo que não venham a perder nenhum dos seus familiares mais próximos. Todos nós e todos eles, esses jovens, têm que ter em atenção que quanto mais tempo se prolongar esta crise maior é a probabilidade de eles serem diretamente afetados onde dói mais, nas suas condições de vida e nas suas perspetivas de futuro.-----

----- Esta é mesmo uma luta que obriga ao envolvimento de todos, aos mais velhos protegerem-se o mais possível, para não contraírem a doença e aos mais novos, fazerem o sacrifício que permita evitar que a doença se propague.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “ Senhor Presidente só reiterar e reforçar sobretudo algumas das coisas que foram aqui ditas.-----

----- Antes de mais, indiscutivelmente o papel dos Presidentes de Junta também nesta matéria, dizer-lhes que, todos se recordam e no imediato, uma das primeiras reuniões que fizemos, também aqui neste espaço, foi com os Presidentes de Junta onde todos nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020

percebemos o trabalho que tem que ser um trabalho de equipa forte, no sentido de detetarmos tão rápido quanto possível situações emergentes, sobretudo de emergência social que precisamos todos de perceber e de agir porque a dignidade humana é qualquer coisa que deve estar acima de qualquer possibilidade de indecisão. Portanto, primeiro temos que responder e depois percebermos o que teremos que fazer nessas situações de emergência e aí as Juntas de Freguesia com toda a sua proximidade são absolutamente fundamentais nessa matéria. -----

----- Já agora, também dizer-lhes que as próprias ligações que há com as IPSSs e com todo o tecido social e económico que gira aqui há volta, dizer-vos que, a exemplo do que se falou nessa altura, cada vez mais essa realidade é uma premência e, portanto, dizer que temos esta sensação de ligação. Tudo aquilo que falamos naquela altura está completamente válido e cada vez mais válido para sempre, esta necessidade de ligação entre os serviços municipais e os serviços das Junta de Freguesia é uma realidade e tem que ser cada vez mais incentivada. Desafio aqui uma vez mais para estarmos todos muito atentos porque há um conjunto de situações que acho que é toda esta rede social que é preciso manter bem definida.-----

----- Quando falo em rede social, falo não só das instituições, nem só das pessoas que ocupam cargos, falo da família, falo dos vizinhos, falo de tudo. Daqui e sobretudo para quem nos ouve, um desafio aqui claramente para toda a população, porque precisamos de estar muito atentos às pessoas que estão muito próximas de nós, de ver efetivamente o que é que está a acontecer e o que é que vai acontecer, porque a conjuntura vai-nos levar a situações complicadas.-----

----- Estaremos cá para tentar dar a melhor resposta, mas sabendo sempre que há situações que nós neste momento não conseguimos imaginar a dimensão do que é que possam vir ter. Esperemos que sejam o mais suaves possível, mas temos que estar preparados para o pior porque depois, a partir daí, tudo o que aconteça melhor, será sempre melhor.”-----

----- **3.14 – Análise e discussão das ações já implementadas no âmbito das ORU’s (Operações de Reabilitação Urbana) aprovadas pelo Município de Águeda (assunto da ordem de trabalho solicitado pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata - PSD);**

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD;** -----

----- “Primeira nota muito rápida.-----

----- A Assembleia Municipal é um local de discussão, a maior parte das vezes estamos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020

acordo, se tivermos em atenção ao número de vezes que esta Assembleia Municipal votou as propostas por unanimidade do Executivo. São inúmeras, inúmeras e muitas vezes com uma larguíssima maioria, mas também há momentos em que discordamos e é para isso que cá estamos, é para trocarmos pontos de ideias, trocarmos discussões, é para isso que serve a Assembleia Municipal.-----

----- Umás vezes temos que vir de capacete, outras vezes sem capacete, mas enfim, isso faz parte da nossa discussão pública e desde que não ultrapassemos os limites da razoabilidade, umas vezes saímos uns mais chateados, outras vezes saem outros mais chateados, desde que Águeda ganhe, é esse o nosso objetivo.-----

----- Foi com esse sentido que o Grupo Municipal do PSD agendou três assuntos, para discutir questões prementes de Águeda. A primeira foi sobre o Covid, já o dissemos, não sabíamos que na altura iriam ser agendados dois pontos antes sobre o Covid, se não teríamos introduzido nessa altura, quando agendamos foi antes de sabermos da página da Assembleia. Neste momento, iremos discutir a questão das ORU's em Águeda, tem muito a ver, neste caso particular com a cidade de Águeda, já explicarei porquê, e à frente iremos discutir o Parque Empresarial do Casarão e noutras Assembleia Municipais outros assuntos deverão a ser discutidos. Não deveremos trazer só aqui aqueles que são obrigatórios por lei, devemos trazer aqui aqueles que são transversais a todo o nosso concelho, em que a discussão tem que existir para ver se conseguem muitas vezes melhorar as ideias que cada um de nós tem. -----

----- Trouxemos a ORU, porquê? Nos aprovamos recentemente a ARU das freguesias, no final do ano passado, portanto houve muito pouco tempo para se implementar seja o que for, mas a ORU de Águeda e a respetiva ARU já foram aprovadas, salvo erro, em 2015 ou 2016, já não me recordo exatamente e reprovadas depois, em 2018, outra vez aqui na Assembleia Municipal.----

----- Todos nos recordamos que, na altura, quando ela foi aprovada, foi-nos apresentado um investimento de setenta e quatro milhões de euros, era este o pacote que nos era apresentado, eram setenta e quatro milhões de euros de investimento no Município, dos quais trinta milhões de euros ou quase trinta milhões de euros seria investimento público e mais de quarenta milhões de euros seria investimento privado.-----

----- Passaram-se vários anos, e é importante que nós façamos um ponto de situação sobre tudo isto, porque era um projeto ambicioso, houve quem levantasse algumas dúvidas, sobre se o projeto era real ou não, na própria Assembleia Municipal. Recordo-me de intervenções de elementos ligados ao Partido Socialista, Jorge Oliveira que hoje não está cá, o Manuel Farias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

que hoje não está cá, sobre a realidade ou não deste plano. Nós, como em todas as situações, damos sempre o benefício da dúvida e achamos que era exagerado, mas se era a intenção do Município lá estaremos sempre a apoiar.-----

----- Mas, achamos que a coisa não tem corrido muito bem, achamos que os projetos não estão a sair e portanto era importante fazer este ponto de situação.-----

-----Primeiro recordar que foi apresentada uma candidatura pelo Município de Águeda ao Programa Operacional da Região Centro - Centro 2020, em trinta e um de maio de 2016, não foi apresentada, foi apresentada antes e foi aprovada em trinta e um de maio de 2016 e esta candidatura implicava um conjunto de obras para serem feitas, algumas destas obras não estão feitas e até nem sei se ainda fazem parte desta candidatura.-----

----- Digo porque fui consultar o Programa Operacional - Centro 2020 que a última data da lista das operações aprovadas a trinta e um de maio de 2020, não sei se depois disso já existem outras operações ou não, no site não estão, e há um conjunto de obras que estavam previstas e que nos foram ditas que estariam presentes nesta candidatura e deixaram de estar presentes no site do Portugal 2020, do Programa Operacional.-----

----- Vou falar de algumas delas e vou falar perguntando exatamente ao Município o ponto de situação sobre elas.-----

----- Começo pela recuperação do Instituto da Vinha e do Vinho. Esta obra era uma das obras apresentadas, com um investimento de cerca de um milhão e meio de euros, um milhão e trezentos mil do FEDER e, até hoje, não sabemos o que é que vai ser feito do Instituto da Vinha e do Vinho, estava incluído neste plano. Foi uma instalação que o Município comprou e muito bem, nós apoiamos, salvo erro, por duzentos e cinquenta mil euros, não me recordo bem, mas acho que terá sido à volta disso, o que é certo é que os anos passam, têm uma parte lá ligada à área da canoagem, penso eu, e o resto de quando em vez faz-se um ou outro invento e está ali a servir de armazém quase.-----

----- Parece-nos uma instalação importante demais e bem localizada demais para não haver aproveitamento, estava neste programa, desapareceu deste programa.-----

----- A outra, tem a ver com o Museu da Indústria, todos nos recordamos que foram compradas as instalações do Canário Lucas. Aí nós não apoiamos essa compra das instalações, o PSD, na altura, recordo-me não apoiou, salvo erro, essas instalações terão sido compradas por cerca de trezentos e cinquenta mil euros, já não me recordo bem os números, não vamos agora voltar para trás com o filme, para dizer porque é que uns apoiaram e outros não apoiaram, está feito o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

investimento, e pelo menos eu, penso que o PSD tem este entendimento, quando não concorda com os investimentos, aponta as razões da sua não concordância. Nós não somos maioria, temos que saber viver em democracia, depois do investimento feito há que tirar o máximo de rentabilidade dos investimentos.-----

----- Quer a gente goste, quer não, é isto que cabe ao nosso papel aos gestores da causa pública é exatamente isto, retirar as máximas mais valias dos investimentos feitos. Portanto, o Museu da Indústria também estava previsto com um milhão e duzentos mil euros, apoios do FEDER um milhão e vinte mil euros e também já não estão, neste momento, no site do CENTRO 2020, nas obras a serem apoiadas no âmbito dos fundos comunitários.-----

----- Outra obra que estava lá de importância grande era o Interface de Transportes Urbanos Coletivos da Cidade de Águeda, um milhão duzentos e sessenta mil euros com o apoio do FEDER de um milhão e setenta e um mil euros, sobre isto nada sabemos.-----

----- Eram obras estruturantes para Águeda, para o seu concelho, desapareceram, com certeza o Senhor Presidente terá coisas a dizer sobre estas obras a nós-----

----- Outra obra que estava, era a recuperação do mercado municipal, muita polémica tem dado agora a questão do mercado municipal com a questão da instalação da Mercadona, logo ali ao lado do mercado municipal.-----

----- Uma obra também apoiada, obra no valor de um milhão e oitocentos mil euros, apoiada em um milhão quinhentos e sessenta e cinco mil, mas que também não consta no Programa 2020, das obras apoiadas pelo Programa 2020, não consta lá.-----

----- O Senhor Presidente dir-me-á, mas algumas dessas obras ainda estão em projeto, até se consta que no mercado municipal o projeto foi feito e que depois a parte das estruturas metálicas não estaria bem feita e que tiveram que se fazer alterações no projeto, não sei se é verdade se não é, isto foi mesmo o que ouvi dizer. A questão é exatamente esta, nós percebemos isto, mas também percebemos que os projetos se vão alongando no tempo e é importante, o Senhor Presidente ainda há bocado disse, falou nas obras de proximidade e estas obras são fundamentais e para o crescimento do nosso concelho e para o crescimento da nossa cidade.-----

----- Fala-me também da reabilitação de espaços públicos na baixa, no valor de quatrocentos e cinquenta mil euros, estou-me a referir ao que o 2020 tem publicado no site das obras apoiadas no Município de Águeda neste momento, também esta obra no valor de quatrocentos e cinquenta mil euros saiu dos apoios, não consta.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020

----- Também a construção da ligação clicável do centro da cidade à Zona Industrial Norte, também era uma das obras apoiadas, mas no âmbito do PEDU - o PEDU era um plano que estava dentro das ARUS e dentro da ORU de Águeda - estou sempre a falar de obras que estão no âmbito do PEDU, também desapareceu, também não está apoiada.-----

----- Também neste âmbito, aqui já não estavam com apoio, mas faziam parte das obras do PEDU, dentro dos tais setenta e quatro milhões de euros que nós tínhamos para a ORU de Águeda, a construção das novas piscinas, dois milhões de euros, na altura, penso que não seria construção, seria remodelação, mas está dentro do âmbito da ORU. Senhor Presidente, num documento que nós aprovamos ou que o Senhor Presidente aprovou no Executivo em vinte e seis de setembro de 2018, a construção das novas piscinas, dois milhões de euros, já o Senhor Presidente disse que na realidade íamos alterar o projeto, a sua intenção de fazer reconversão das piscinas atuais, era isto que estava mais ou menos previsto e construir uma piscina nova, já anunciou isso publicamente. A questão que nós gostaríamos de saber é, para quando a piscina nova? E se já tem um local para a construção da piscina nova? É importante que nós percebamos isso, e para quando esse tipo de situação?-----

----- Outra das situações que estava era, a criação do Parque Urbano de Águeda, no valor de um milhão de euros, para quando a intervenção dentro desta área?-----

----- Ainda falamos recentemente no AgitÁgueda, na penúltima Assembleia, na primeira reunião da última Assembleia Municipal. É um espaço interessante para fazer o reaproveitamento e porque não um espaço interessante para fazer lá o AgitÁgueda em termos futuros, precisamos de mais espaço. Temos ali zonas que dá para controlar as entradas, que permite-nos fazer para que o Senhor Vereador não ande de empresa em empresa a pedir patrocínios de quinhentos euros, como ele disse, e fazer ali uma situação com entradas pagas ao fim de semana de dois, três euros e garantíamos uma qualidade muito maior do próprio evento, enfim, quando quisermos trabalhar sobre o AgitÁgueda.-----

----- Estamos num ano de interrupção do AgitÁgueda, podíamos aproveitar este ano para repensá-lo, para reposicioná-lo e para fazê-lo ganhar com mais força, porque ao contrário do que disse o meu colega Humberto, nunca ninguém aqui disse que o AgitÁgueda não merecia mais investimento, ele merece mais investimento, mas também merece mais receita, mais sustentabilidade.-----

----- A questão é, parque urbano de Águeda para quando?-----

----- Também a construção da ligação ciclável do centro da cidade à zona industrial sul PEC, um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

projeto no valor de um milhão de euros. À frente iremos falar sobre o Parque Empresarial do Casarão e esta ligação clicável entre o centro de Águeda e o Parque Empresarial do Casarão é muito importante, aliás tudo o que a gente possa fazer para aproximar o Parque Empresarial do Casarão de Águeda é fundamental. Nós sempre achamos isto, ele está muito distante de Águeda, nós sentimos isto, portanto toda e qualquer intervenção que possamos fazer para o aproximar, não é deslocá-lo, isso não é possível, também não é deslocar Águeda lá para cima isso é evidente, são tudo intervenções importantes.-----

----- É neste sentido que nós lhe vamos fazer um conjunto de questões para que nos possa esclarecer.-----

----- Também a questão das pistas cicláveis, uma das tónicas deste plano, deste PEDU, era um conjunto de pistas cicláveis. Não vou aqui falar delas todas, mas tinham quatro ou cinco pistas cicláveis. Estou-me, inclusivamente, a recordar de uma outra, que não é no âmbito do PEDU, mas está no âmbito da ORU e penso que que estaria no âmbito de um projeto intermunicipal, pelo menos ouvi falar disso na CIRA. Uma pista ciclável, uma zona de proteção de bicicletas na antiga IC2 que viria de Anadia, passaria por Águeda, passaria por Albergaria e iria, salvo erro, até Oliveira de Azeméis, ouvi isto nas reuniões da CIRA.-----

----- São projetos, no meu ponto de vista, fundamentais para Águeda.-----

----- Estes fundos qualquer dia terminam. A maior parte destes projetos que falei, que estão incluídos nos fundos comunitários, seriam para terminar este ano, no ano de 2020. Ainda nos faltam alguns meses, percebemos que também as pandemias, tudo isso, atrasam isto, mas pensamos que estamos a ficar um bocado atrasados neste tipo de projetos. Projetos com alguma importância para o Município.-----

----- Era este o desafio que deixávamos ao Senhor Presidente que nos dissesse qual é o ponto de situação deste projetos? Alguns mais que queira falar, que estejam inseridos no âmbito do PEDU e da ARU de Águeda, porque Águeda precisa destes projetos para se alavancar na sua projeção nacional.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Antes de mais dizer ao Eng.º Hilário que naturalmente quando nós podemos não estar de acordo é normal e damo-nos completamente bem com a diferença, sem problema nenhum, desde que as coisas fluam com elevação e com cordialidade, não custa rigorosamente nada discordarmos, inclusivamente, até porque não, encontrar-mos pontos de apoio e seguirmos porque é esse o nosso papel de todos aqui.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Queria-lhe dizer relativamente a esta matéria das ORUS e não só, que efetivamente falou aqui num conjunto de propostas e de intenções que foram apresentadas pelo Município, naquela altura, toda agente falou num conjunto de valores financeiros absolutamente interessantes e nós temos vindo fazer e a procurar ter o melhor desempenho possível relativamente a esta matéria e à prossecução destas obras.-----

----- Não falou aí da Alta Vila, porque também faz parte, e a Alta Vila, diria que em setembro, outubro, teremos a obra concluída. Posso-vos dizer que inclusivamente nos últimos dias foram lá plantadas uma série de árvores e que estará muito bonito. Um dia destes poderemos começar a promover já algum tipo de visitas.-----

----- Podíamos falar do edifício do conservatório, da orquestra típica, do cancionero e de todo aquele espaço que estava ali que efetivamente era muito importante resolvermos.-----

----- Também podemos falar de um conjunto de obras que foram lançadas em 2017, e que nos obrigou a ter uma gestão muito, muito cuidada, porque todos nós nos lembramos, logo no início do mandato e durante algum tempo, da situação praticamente caótica que se instalou em Águeda com tantas obras, que têm vindo a continuar e que bastava imaginarmos todos a tê-las a decorrer ao mesmo tempo, então estávamos literalmente a pedir à população da cidade, para se calhar ir de férias durante uns anos e voltar depois das obras feitas, porquê? Porque efetivamente abrange um conjunto de obras, algumas já realizadas, outras ainda em execução, estou a falar nomeadamente de toda a área por trás do hospital, junto ao Alta Vila, que, inclusivamente, todas as consignações foram feitas parcialmente por causa da questão da titularidade dos terrenos que fomos precisando de ir resolvendo paulatinamente destas situações.-----

----- Depois, também, de toda aquela zona ali à volta das piscinas, da P3, aqui do próprio São Sebastião, da rua Manuel Alegre, da Praceta da Chãs.-----

----- Agora andamos, como toda a gente sabe, desde a área do São Pedro até aos semáforos do Ameal, até lá baixo à Pauliceia e também na Bicha Moura.-----

----- Vamos começar, na próxima semana, num projeto que se chama Habitação Social do Centro, aquela zona envolvente Habitação Social do Centro, diria que o prédio da caixa, como é conhecido entre todos, em que vamos começar essa obra também e todas elas com valores de adjudicação bastante significativos, cada uma delas, que vão decorrer.-----

----- Volto a dizer-lhe, falou também nesta questão do espaço público envolvente aos espaços públicos da baixa, temos a adjudicação feita também, num projeto que desenvolvemos e que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

ficou um primeiro concurso deserto e agora também está adjudicado, muito recentemente.-----
---- Queria-lhe dizer o seguinte, nós logo, muito cedo, no início do mandato, efetivamente tomamos uma decisão de promover as obras do mercado como prioridade, acima das que referiu, nomeadamente a questão do Museu da Indústria, não desistimos dessa ideia, mas deixamos naturalmente para segundo plano e do Instituto da Vinha e do Vinho, tomamos essa decisão e já agora e finalmente estamos praticamente em condições de lançar a obra. Penso que essa situação ainda irá decorrer este mês, porque finalmente temos o projeto feito e revisto, porque dado o montante da obra, naturalmente que obrigou a uma revisão.-----
---- Tivemos um problema com o gabinete projetista, ou seja, nós quando mudamos e quando deixamos de fazer uma intervenção no mercado, diria que rudimentar, andaria ali à volta de um milhão e poucos euros, subimos significativamente o nível de exigência, o gabinete depois, a nível de determinadas estruturas, teve alguma dificuldade em responder-nos, isso causou-nos indiscutivelmente um atraso que agora vamos tentar colmatar.-----
---- Aqui fica, desde já, uma nota, porque apesar do Mercadona, apesar de tudo aquilo que possam algumas pessoas dizer, o Executivo não abriu mão das obras no mercado. Nós vamos fazer obras no mercado, e obras muito significativas, porque indiscutivelmente iremos ter um mercado que será referencia aqui à nossa volta.-----
---- Estamos absolutamente convencidos que todas as obras que ali estão a consignar-se, atenção, temos obras a decorrer do Mercadona, mas também temos obras municipais a decorrer naquele espaço. Vão indiscutivelmente reabilitar completamente aquele espaço que havia ali entre o mercado e Assequins, que era demasiado mau, sobretudo para uma parte que, também nós, consideramos de cidade.-----
---- Muito em breve, aquele espaço é um espaço digno, um espaço cidadão, um espaço que vai, na nossa opinião, prestar um ótimo auxílio à cidade e porque não, também ao comércio local.-----
---- É essa a nossa convicção porque efetivamente vai-nos trazer aqui um conjunto de pessoa.--
---- Depois temos obras participadas também neste pacote que estão já em execução, nomeadamente na zona do Covão com aquele alargamento e construção de pistas cicláveis que estão ali a decorrer, e também as obras que irão começar muito em breve na rua do Emigrante, diria que entre a rotunda de Assequins e a rotunda dos pipos, lá em cima, passando pela rotunda do Ninho d'Águia, como toda a gente conhece. Toda essa estrada vai ser reabilitada. A construção das pistas cicláveis vai ser uma realidade aí, efetivamente nós não conseguimos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

noutros espaços ainda definir corredores, porquê? Porque naquela altura definimos que era para se fazer desta maneira. Mas atenção, é preciso definir corredores e sobretudo ter acesso aos terrenos que são necessários para que isso possa acontecer.-----

----- Depois, dizer-lhe que relativamente às piscinas, efetivamente há essa decisão de avançarmos com piscinas novas. Estamos num processo negocial de conseguirmos garantir um espaço que o Município não tem, segundo nós, que seria um espaço completamente adequado. Já o disse noutras alturas e volto a repeti-lo que o espaço que nós preconizamos para a construção das novas piscinas, primeiro terá que ser capaz, mas indiscutivelmente um espaço central na cidade, sobretudo que tenha alguma proximidade com as escolas e que nos permita uma ótima utilização sem grandes custos e que seja uma boa solução.-----

----- Dizer-lhe também, para não me perder, que relativamente ao PEC, vamos muito em breve, diria que nas próximas semanas, lançar o procedimento para a fase dois, e queria chamar a atenção de uma coisa, nós daqui a um bocado vamos falar do PEC mas, desde já, porque também são obras participadas, dizer-lhe que vamos avançar com a empreitada e não podemos ir antes por uma razão muito simples, a declaração de impacto ambiental que estivemos à espera até junho do ano passado, que depois nos obrigou e a partir daí avançar com o projeto de execução que desse cobertura à tal declaração de impacto ambiental e nos mesmos termos. Agora, já temos esse projeto completamente pronto e os nossos serviços estão a ultimar as situações para podermos avançar com esta obra, lançamento do concurso para a obra,. No entanto, vamos começar já, já, já está adjudicada, já tem visto do Tribunal de Contas, a obra de ligação no primeiro acesso ao Parque, e aqui indiscutivelmente é uma opção que nós assumimos como nossa e completamente nova, porquê? Entendemos que este acesso Norte, o acesso que está funcional ao PEC vai ser sempre, independentemente de todas as soluções que se preconizam para ali, um acesso muito importante do PEC sobretudo para a cidade, vai ser sempre. E nós que já tínhamos conseguido adquirir todos os terrenos desde o início do PEC até à estrada municipal, à estrada que segue para a Póvoa do Vale do Trigo, esse troço vai ser já intervencionado, também fica com as tais pistas cicláveis que estavam preconizadas.-----

----- Temos aqui essa aproximação do PEC à cidade e sobretudo a outras vias de comunicação, começa efetivamente por aí, porque, depois, mais tarde teremos a rotunda na estrada de Alvarim, lá em baixo também faremos esse acesso a partir daí. Começamos a ter o PEC com dois acessos capazes, mas esta temos já inteiras condições porque já desenvolvemos o projeto, já agora posso-lhe dizer que na reprogramação dos fundos comunitários estamos a prepararmo-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

nos para colocarmos esta obra também financiável, porque entendemos que o deve ser e as negociações que temos vindo a fazer nesse sentido apontam para que essa possibilidade se venha a confirmar, estamos a tratar dessas questões.-----

----- Temos também outras obras participadas e nomeadamente até na cidade que temos que lhe dar corpo, nomeadamente através de alguns financiamentos do POSEUR.-----

----- Nós temos uma obra adjudicada que irá começar em setembro, para funcionar na baixa da cidade, porquê? Porque nós temos um financiamento do POSEUR para nos dar cobertura a uma maior capacidade, de acordo com o estudo feito pelo Dr. Saldanha de Matos, para nos dar maior capacidade de resiliência às cheias. Neste momento, a empreitada que se vai definir vai resolver aquelas questões que há ali muito próximas da Caixa Geral de Depósitos, que toda a gente conhece, há ali uns atrofios enormes em termos de condutas de águas pluviais. Melhorar alguns canais de ligação e sobretudo criar uma estação de bombagem e colocação de válvulas de maré que nos vão permitir ter outra capacidade de resiliência face às cheias, porquê? Nós podemos já verificar, durante alguns anos, nas últimas cheias, que desde as válvulas de maré algumas delas que existiam e que não eram suficientes, estão deterioradas e que precisamos de as instalar e sobretudo de criar um conjunto de condições para podermos fazer.-----

----- Essa obra está adjudicada e irá começar em setembro.-----

----- Depois, queria-lhe dizer que temos em mãos, neste momento, e desde há poucos dias uma proposta, porque falou no IC2, já agora gostaria de partilhar, porque falava-se nas pistas cicláveis através do IC2 e da possibilidade dos projetos, mas o que é certo é que esse espaço canal ainda é da jurisdição do IP.-----

----- Nós temos uma proposta do IP, finalmente chegou-nos a primeira proposta, naturalmente que estará longe daquilo que nós entendemos que poderemos aceitar, mas dá para iniciarmos e no âmbito da descentralização de competências, iniciarmos algum processo negocial no sentido de que, todo o IC2 passe para o Município, o IC2 desclassificado, atenção, parte da EN1, desde a rotunda da Mourisca até à Landiosa, portanto que seja desclassificado e irmos por aí. Entendemos que será uma situação, indo por um lado o Município precisa, indo por outro lado também negociar porque são necessárias obras, temos que acautelar essa parte.-----

----- Mas precisa de passar para a jurisdição do Município até para podermos fazer uma via muito mais urbana do que as características que tem físicas neste momento possam ser implementadas.-----

----- Depois, fez-me uma outra pergunta também, fez-me uma pergunta relativamente ao parque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

urbano. O parque urbano é um projeto que nós temos, ela não está na listagem, nem nunca esteve na listagem de financiamentos, isso era uma proposta para financiamentos, mas nunca viu a tal aprovação. Mas naturalmente que estamos nós todos a trabalhar no sentido de que possa vir a ser uma realidade - não o será neste mandato indiscutivelmente.-----

----- Não sei se ficou alguma coisa por dizer, mas penso que tentei dizer-lhe, agora estamos com um conjunto e uma frente de muitos projetos alguns deles bastantes participados e estamos a trabalhar nessa matéria.-----

----- Uma nota, porque também era preciso falarmos sobre isso, houve uma predisposição deste Executivo para fazer obras nas freguesias, e o PEDU é exclusivo para a cidade, como toda a gente pensava. Portanto, nós temos que tomar opções e sobretudo corrermos com a força que temos, porque de outra forma teríamos esgotado todos os nossos recursos na cidade e as freguesias não estariam minimamente a ver aquilo que têm vindo a ver e que estamos ainda convencidos que vamos lançar ainda mais obras para serem realizadas nas nossas freguesias tal e qual como nos propusemos, que fique aqui absolutamente claro que também tem havido esse cuidado.”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD;** -----

----- “Em relação ao parque urbano, não disse que era obra financiada, estava no âmbito da ORU e há uma coisa que comecei por explicar. Este PEDU foi apresentado a nós pelo Executivo. O Executivo é que se propôs a fazer este conjunto de obras todas, que na altura houve quem considerasse irrealista e nós demos o benefício da dúvida. E agora o Senhor Presidente da Câmara vem dizer “se fizermos isto tudo, é tudo para Águeda, fica tudo sem ser para as freguesias” quer dizer, aprovamos um PEDU e uma ORU que é irrealista, é o que me está a dizer, a curto prazo é isso, mas muito bem.-----

----- Não vou dizer que vocês estavam no anterior Executivo, não vou dizer isto, mas vocês têm responsabilidades, vocês estavam lá todos e todos votaram esta decisão, isso é importante.-----

----- Senhor Presidente, só duas coisas muito rápidas, uma sugestão, o Senhor Presidente falou aqui do projeto do mercado e da Mercadona, não vou falar da localização da Mercadona evidentemente, há opiniões para todos os gostos, tenho a minha, sinceramente não o teria lá colocado, mas era eu, mas aceito que se o projeto ficar bem enquadrado urbanisticamente, pode ser uma solução, aceito isso.-----

----- No entanto há uma coisa que gostava de ver, nós lançamos projetos, lançamos obras e a população em Águeda não as conhece bem, se tivéssemos, no projeto da Mercadona, termos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

exigido uma maquete de como aquilo iria ficar, cinquenta por cento da discussão estava terminada e a discussão já não era sobre se era assim, se era assado, se era um pavilhão bonito ou feio. Havia uma ideia sobre isto.-----

----- Acho que uma das coisas que devemos fazer é: primeiro tudo o que são projetos que tenham alguma envolvimento, se calhar superiores a quinhentos mil euros. Nós havíamos ter este projeto no site do Município, num sítio visível. Nós nos sites sabemos que, muitas vezes, pomos lá isso na trigésima sétima página, que está lá a informação, depois ninguém consegue lá chegar - até penso que às vezes domino as novas tecnologias e quando chego ao site da Câmara, sou um menino, imagino muita gente.-----

----- Projetos acima de um milhão de euros tem algum impacto devia ter uma maquete.-----

----- Nós estamos a fazer o Parque de Alta Vila, vimos um plano, muito bem, mas o que é aquilo exatamente.-----

---- Este tipo de situações devia haver uma maquete que estava exposta ou no turismo ou na Câmara Municipal, onde as pessoas pudessem ver. O resto em projetos normais em 2D ou 3D no site da Câmara, para que as pessoas, até muitas vezes antes de irem a concurso, pudessem dar a sua opinião. Às vezes vem muita opinião que não interessa, compreendo isso, mas para o próprio Executivo pode ter ali uma outra que ajude a fundamentar. Nós ficamos com uma visão completamente diferente daquilo que está a ser feito.-----

----- Por exemplo, sobre o mercado, nós falamos sobre o mercado, mas o que é que engloba o projeto de recuperação do mercado?-----

----- Recordo-me das associações todas que lá estão, naquela altura, já me recordo aqui há uns anos atrás, as associações têm que sair todas até ao final do ano, até à férias, já não me recordo bem em que época era, tudo a correr dali para fora. Então e agora, elas vão lá ficar? Não vão ficar? O que é que aquilo vai ser? O que é que o projeto do mercado pode ajudar as nossas pessoas que lá estão a conseguirem garantir os seus negócios? Porque não nos podemos esquecer de uma situação, a Mercadona tem todo o direito a estar aqui, e vai ser um forte concorrente ou um forte parceiro do nosso mercado. Depende como nós queiramos enquadrar, mas depende conforme for o projeto que acolá está. Esse projeto eu não o conheço, acho que sou uma pessoa minimamente bem informada sobre os assuntos municipais, tenho essa ideia, tenho muita dúvida que a população em Águeda conheça exatamente isto. Acredito que as pessoas que estejam no mercado conheçam isso.-----

----- Depois, Senhor Presidente, não ia para falar isto, ia para falar das informações, mas já que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020

o Senhor Presidente falou aqui sobre algumas obras no âmbito da regeneração urbana, que não estão dentro do âmbito do ORU ou do PEDU, mas aproveitou para falar delas, porque o Senhor Presidente falou nelas.-----

----- Uma delas tem a ver com a requalificação urbana da Praceta das Chãs, da rua Dr. Manuel Alegre e da rua 15 de Agosto. Um assunto que foi recentemente, não sei se terá sido à última reunião de Câmara, basicamente para as pessoas perceberem a requalificação desta obra, rua Dr. Manuel Alegre, Praceta das Chãs e rua 15 de Agosto que vem aqui desembocar ali para o fundo, ao pé do café São Sebastião, foi uma obra adjudicada a uma empresa de construções, ao Carlos Pinho, em vinte e quatro de agosto de 2018. Esta obra teria que ser concluída até trinta e um de agosto de 2019. Teria um prazo de execução de dez meses, mais trinta dias de prorrogação, onze meses basicamente e esta obra foi concluída em junho de 2020, o mês passado.-----

----- Vejo aqui numa informação da Câmara em que o empreiteiro e muito bem expõe um conjunto de condições pelas quais o empreiteiro, na sua opinião, atrasou a obra. São várias informações em que os técnicos municipais a todas estas exposições contestaram, quase todas exceto a questão da pandemia os técnicos da câmara, aqueles que trabalham para o nosso município em quem nós políticos devemos confiar, disseram “*o construtor não tem razão nenhuma*” esta obra que deveria ter durado dez meses, durou vinte meses esta obra é no centro da cidade, esta obra criou transtornos enormes na cidade, esta como as outras que andaram por aqui durante muito tempo, e temos aqui discutido, várias vezes esta problemática de que adjudicamos obras e que os empreiteiros depois uns vão à falência, outros atrasam, outros isto e que não há instrumentos a nível de código para poder atuar a nível de empreiteiro, mas neste caso há instrumentos. Ele atrasou-se e veio evocar a pandemia. A pandemia começou no final de março, ele devia ter terminado a obra no final de agosto do ano passado, ele veio evocar a falta de mão de obra especializada, isso é uma verdade, qualquer empresário de Águeda sofre com este processo, mas qualquer empresário de Águeda sabe que quando se compromete com uma encomenda, até pode atrasar eventualmente meia dúzia de dias, um mês, não pode é atrasar em nenhum cliente seu dez meses, se não leva uma indemnização de todo o tamanho que lhe fecha a empresa, de Águeda ou por este mundo fora.-----

----- O Executivo, verdade seja dita, com a oposição da oposição, do Antero, Paulo Seara e do Gama, decidiu votar a favor, contra os técnicos do município, no sentido de não aplicar uma coima ao empreiteiro por este atraso das obras.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Não vejo isto bem, Senhor Presidente, porquê? Porque basicamente o que o Executivo fez foi dizer aos técnicos “vocês da próxima vez não escrevam nunca mais contra o empreiteiro, porque o empreiteiro vai-vos chatear a cabeça, depois nós passamos por cima de vocês e portanto vocês esqueçam isso.” O que acontece é, a liderança que deve dar o exemplo, disse aos seus chefes a seguir, tudo o que vocês fizeram esqueçam isso.-----

----- Porque eles fizeram uma coisa que é importante, atravessaram-se por escrito dizendo “o empreiteiro não tem razão nenhuma em tudo o que aqui evoca” exceto estes dois casos que já aqui falei.-----

----- Não me parece que seja um bom exemplo que nós devemos dar, por isso gostava de perceber melhor a explicação do Senhor Presidente, não me parece. Mas pode ter uma explicação plausível para isso, até porque a obra, em termos de qualidade, deixa muito a desejar, como deixa a desejar por exemplo, penso que é a rua António da Silva Brinco, aquela que vai por trás da Marques de Castilho até à Bela Vista. Recordo-me de há uns meses atrás, até de uma intervenção do Paulo Seara sobre isso, porque essa obra está partida, o alcatrão está todo partido, admito que muitas vezes é difícil controlar isso, mas nós temos que dar força aos nossos técnicos municipais e temos que agir sobre as empresas quando elas não cumprem, porque nós passamos a vida a ser prejudicados por empresas que prestam serviço ao Município, ao nosso e a outros.-----

----- Senhor Presidente, estou-me a lembrar da ponte do Vouga, que estive dois anos com aquele problema todo que ela lá esteve. Nós falamos aqui sobre isto e vocês diziam, na altura Dr. Gil Nadais, “nós não podemos fazer mais nada, aquilo não depende de nós, aquilo é um concurso, a empresa tem esse direito” quer dizer, às vezes nós podemos tentar forçar os prazos dos concursos porque uma obra ser feita num ano ou ser feita em dois anos, dez meses ou vinte meses é muito diferente para a população, a população sofre constrangimentos enormes. Muitas vezes as empresas dão preços por baixo, não têm capacidade para realizar as obras porque sabem que depois alguém lhes vai aparar a situação e isso também se chama concorrência desleal e nós temos este objetivo.”-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

----- “ Serei muito breve, até porque tinha previsto abordar esta questão num outro ponto, mas uma vez que o Sr. Engº Hilário Santos referiu agora, também acho que é agora o momento, e que tem precisamente a ver com a questão do atraso desta obra, que aliás é uma situação que por várias vezes foi aqui trazida à coleção pelo Grupo Municipal do PS e que de facto Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

Presidente não se percebe como é que numa situação destas, ainda mais usando-se argumentos que de facto não podem colher a Câmara contra e lesando, de certa forma também o interesse público de todos nós, acaba por quase que premiar a inércia e o incumprimento por parte deste empreiteiro.-----

----- Aquilo que pergunto, Senhor Presidente, no futuro quando qualquer outro empreiteiro lhe acontecer o mesmo o que é que vai dizer? Ou seja, esta Câmara a partir deste momento pode correr o risco de ficar impossibilitada de no futuro poder exercer a sua ação ou exercer a devida multa que está prevista contratualmente, contra os empreiteiros que venham a atrasar-se.-----

----- Ainda mais neste caso, é que se fosse um mês ou dois, mas não, quase que duplicou o tempo de execução da obra. Muito sinceramente esta não me parece que seja uma situação que deva ficar assim sem mais nenhuma consequência, pelo menos esta é a posição, não de agora mas desde há muito e há muito tempo que o PS vem alertando para esta situação e espero que esta posição seja revista.-----

----- Senhor Presidente, era só o que lhe queria dizer e queria que tomasse disso a devida nota, porque eu ainda vou sabendo o que é que acontece em Águeda.”-----

----- **Humberto José Tavares Moreira** – Juntos; -----

----- “Em relação a esta questão da temática das multas e dos processos, ali o Engº Hilário, tal como eu, andamos na vida empresarial e sabemos perfeitamente muitas vezes como é que decorrem alguns projetos e constrangimentos que vão surgindo à medida que eles vão andando.

----- Já participei em muitos procedimentos a nível profissional, já me atrasei em muitos e alguns, às vezes acontece, e alguns deles, procedimentos públicos, nunca tive uma multa, até hoje.-----

----- As multas e esse tipo de procedimentos são utilizados obviamente no último caso, é o último reduto quando as relações extremam e não tenho dúvidas que da parte da Câmara Municipal e dos serviços, a pressão obviamente que existe, mas eu também não gostava de ter uma Câmara e ter um Executivo conhecido como ser truculento, ter uma má relação com os seus fornecedores, porque não nos podemos esquecer que é uma relação contínua e que vai progredindo, portanto também não me parece que seja a atitude.-----

----- Parece-me que o compromisso e o Senhor Presidente explicará isso melhor, o compromisso existe obviamente, a obra atrasou, pode ter atrasado, mas partimos logo para um quadro de multas e de sacar de responsabilidade.-----

----- No ponto seguinte já vamos entender onde é que vocês querem chegar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Mas parece-me que é o meu ponto de vista e acho que a Câmara tem tido uma atitude pedagógica e deve seguir por aí.-----

----- A questão das multas, dos processos, é o último reduto, a última coisa possível e penso que tem gerido bem esta situação.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente;** -----

----- “ Antes de mais, todas aquelas obras do PEDU nós na altura, independentemente de levantarmos os dois braços, três ou qualquer coisa, toda a gente percebeu que não era um conjunto de obras para quatro anos, aliás na altura falávamos que seriam perspetiváveis vinte anos, por aí.-----

-----Muito sinceramente, estou aqui, neste momento, convencido que por exemplo o parque urbano até 2026, acho que haverá condições, se o Covid nos deixar, para que o possamos executar, e assumi-o aqui.-----

----- Inclusivamente outras questões, por exemplo o Canário que está lá adquirido e terá que se lhe dar um destino, o destino não me passa pela cabeça, pelo menos por agora, algo que não seja relacionado com o museu da industria, mas efetivamente até 2026 se verá.-----

----- As piscinas, indiscutivelmente, essas sim, mas as piscinas novas penso que será uma emergência daqui por algum tempo, porquê? Porque as nossas piscinas, foi depois de uma análise cuidada que abandonamos esta ideia de que vamos recuperar as piscinas, vamos antes por umas piscinas novas, porque dá-me ideia que se nós formos pela recuperação das atuais vamos chegar todos à conclusão que será um erro.-----

----- Depois dizer-lhe uma outra coisa, que é em relação à Mercadona e tudo mais. Ao contrário do que tentam passar, nós assumimos plenamente o nosso passado nos executivos anteriores, o PDM atualmente em vigor, foi aprovado numa altura em que nós estávamos no Executivo, nós sabemos exatamente quais são as contingências.-----

----- Uma outra questão, esta tenho que dizer, parece que a Câmara foi a algures buscar o Mercadona e dizer-lhe, temos ali um terreno. Não, o terreno não é propriedade do Município, o terreno é particular e o dono do terreno é que nos apareceu com um projeto para instalar ali um super mercado. E perante a possibilidade de termos um super mercado que terá uma cota de sete metros de altura, ou um prédio de seis andares, que poderia lá ser instalado se o dono do terreno nos viesse propor, e podia, não tenho dúvidas nenhuma, prefiro mil vezes ver lá o Mercadona, sou eu que indiscutivelmente tenho esta opção, prefiro mil vezes ver, sobretudo daquele lado da rua, naquele local, fica muito mais confortável, diria até, em termos da própria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

beleza do local, ficará melhor.-----

----- Aquela questão que falou das maquetes, dou-lhe inteira razão e é uma pecha que nós temos, uma pecha interna, vamos ter que criar inclusivamente equipamento para tal, não o temos ainda, mas vamos avançar rapidamente para que mesmo os projetos internos tenham essa maquetagem e consigamos começar a comunicar inclusivamente de outra maneira porque essa informação acho que é muito relevante para se poder efetivamente falar sobre as coisas. Por exemplo, relativamente ao Mercadona, há uns dias, tive uma situação interessante, duas pessoas que até aqui tinham uma posição extraordinária, pensavam que aquilo era qualquer coisa do género do Continente de Aveiro, que era uma coisa assim desse género, que era uma coisa monstruosa. Quando chegaram ali e vêm uma loja, mais ou menos da dimensão do Lidl, dizem assim “mas afinal é só aquilo, então está muito bem”.-----

----- Não sei, o Mercadona não encolheu nada, o projeto não encolheu nada relativamente ao que estava, mas portanto dado que há aqui pessoas que pensavam que aquilo era uma coisa descomunal, qualquer coisa de estranho.-----

----- Queria-lhe dizer uma outra coisa que era o seguinte, relativamente a esta questão do empreiteiro Carlos Pinho e da questão da multa, não multa, das obras e da qualidade das obras. Há uma coisa que queria que toda a gente ficasse aqui bem ciente, este problema do atraso nas empreitadas não é um problema de Águeda, lamentavelmente, é um problema de todas as Câmaras, diria que praticamente de todo o país.-----

----- Aqui na nossa região é muito pior porque aquela questão da falta de mão de obra e quando dizemos falta de mão de obra qualificada, estamos a falar de pedreiros, porque colocarem alcatrão com uma máquina, aquilo anda rápido e às vezes fica melhor ou pior, mas atenção, efetivamente isso eles fazem dentro dos prazos. Aliás, depois disso, ele teve outras empreitadas que ganhou em concursos públicos e que naturalmente teve um desempenho à altura.-----

----- Aqui não, efetivamente quando nós o notificámos da intenção de o multar, ele veio apresentar a sua defesa e houve algumas alegações que fez que, do ponto de vista técnico, naturalmente a evidência assim o dizia, não foram aceites, mas não foi uma e não foi o Covid, foram pelo menos três, ele alega duas ou três coisas, reparem nós dizemos que a obra terminou em junho, mas ela está completamente disponível e funcional há quantos meses? Há muitos mais, agora o último auto foi fechado em junho, porque foi quando ele conseguiu fornecer os bancos que quando fez a encomenda, surgiu o Covid e eles não apareceram, essa foi a justificação para o Covid. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Colheram pelo menos mais dois argumentos: um, o da falta de mão de obra qualificada, que todos nós sabemos que existe e que é assim. E outro que foi o seguinte, houve uma correlação daquela obra com outras obras que o impediram de dar o andamento previsível aquela obra, e dizemos só nós, o atraso inicial da obra, porque ele fez a consignação e efetivamente entre a consignação e o início da obra decorreu tempo demasiado, na nossa perspetiva, depois levou a isso.-----

----- Mas o que aconteceu também e porque nós sabemos na gestão da obra e está lá, é que primeiro não lhe demos a extensão toda da obra. Reparem numa coisa, ele fez Praceta das Chãs, rua 15 de Agosto e Manuel Alegre.-----

----- Primeiro dissemos, “o Senhor pode ir trabalhar para a Praceta das Chãs”. Depois, mais tarde pode ir para a rua Dr. Manuel Alegre, não é o atual é o avô, e depois mais tarde é que pode vir para a rua 15 de Agosto.-----

----- Claramente nós sabemos perfeitamente todas estas condicionantes.-----

----- Agora, e vem a talho de foice também, há uma outra coisa que vos quero dizer, porque efetivamente é importante no meio desta situação, nós defendermos os interesses do Município, e nós estamos absolutamente convencidos que os estamos a defender desta maneira.-----

----- Esta é uma obra participada, se eu avançar com o processo da multa para a frente, indiscutivelmente não consigo fechar a obra, porquê? Porque o empreiteiro vai contestar, e nós temos um exemplo desses, porque a única vez que o Município aplicou multas em obras participadas, a única vez, foi no final de 2017, ali por volta de agosto ou qualquer coisa, que se decidiu avançar com duas multas na obra do elevador e da Infantaria 28, depois tivemos que andar atrás do empreiteiro, que colocou aquilo em tribunal, a pedir-lhe por favor para chegarmos a um acordo, porque se não, não fechávamos a obra e o Município tinha sido penalizado em centenas de milhares de euros, esta é a questão, nós temos que ponderar muito bem o que estamos a fazer.-----

----- Já agora, disse ali, e posso-lhe dizer que disse “está a querer dizer aos técnicos, da próxima vez não escrevam contra o empreiteiro” aquilo que lhe passei, a informação foi, da próxima vez escrevam, mas em cima do acontecimento e a horas, sempre a pressiona-los desde o princípio.

----- Agora, há indiscutivelmente contingências que nós sabemos que temos e aqui houveram algumas, não tenham dúvidas.-----

----- Já agora, o alcatrão completamente partido é indiscutivelmente ali o da rua das piscinas, queria dizer que essa obra vai ser completamente repavimentada naturalmente as expensas do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

empregueiro.-----

----- Mas também queria dizer uma outra coisa, porque é importante dizer, há um erro ali de projeto, porquê? Porque o problema já não é o alcatrão, o problema era o que lá estava e o que foi previsto em obra e o que efetivamente foi executado conforme a obra. Nós não tínhamos camada de base naquilo que já lá existia, essa camada de base não tem sustentação para a obra e aquilo que lá foi colocado, de acordo com o que estava em projeto, no caderno de encargos, efetivamente revelou-se inadequado. Portanto, nós vamos precisar que o empregueiro reponha todo aquele tapete da rua das piscinas porque esse sim é que está completamente partido.-----

----- Quanto a outras obras, naturalmente que estão dentro do prazo de garantia e nós temos as garantias do nosso lado.-----

----- Senhor Presidente penso que dei as justificações.”-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

----- “Confesso que entre a pedagogia do Senhor Deputado Humberto Moreira e a imaginação do Senhor Presidente da Câmara, fico indecisa em saber qual delas será a melhor ou então a pior. -----

----- Porque aquilo que o Senhor Presidente da Câmara acabou de nos dizer, foi que empregueiros deste país quando quiserem concorrer a uma empreitada da Câmara Municipal de Águeda estejam tranquilos porque a Câmara Municipal nunca vos vai ameaçar com multas e não vos vai ameaçar com multa porquê? Porque depois não querem confusões. E mesmo que um dia, por acaso, a Câmara Municipal vos ameace com multa, vocês não se preocupem, dizem à Câmara Municipal de Águeda que vão contestar e com isso vão atrasar a obra e então eles deixam de vos chatear.-----

----- É isto, Senhor Presidente, que o Senhor Presidente da Câmara está a dizer a todos os empregueiros deste país que no futuro queiram contratar com a Câmara Municipal de Águeda. Porque aquilo que se trata aqui não é de pedagogia, não é de mais nada é de segurança e de confiabilidade. O que está aqui em causa é haver seriedade nos concursos e haver sobretudo seriedade e cumprimento dos prazos na execução das obras, porque nós não estamos, volto a repetir, Senhor Deputado Humberto Moreira, a pedagogia não é para um atraso que duplicou tempo de execução de obra praticamente é para um atraso de dois ou três meses, quatro meses, até quatro meses seria aceitável. Agora quando há alguém que em sede defesa vem argumentar, com o Covid para entrega de uns bancos que já deviam estar em agosto do ano



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

passado, vem argumentar com a falta de pedreiros, quando sabia, quando apresentou a obra a concurso, sabia que tinha que acautelar os meios humanos suficientes para a obra e quando, ainda por cima, também tem outras obras em curso no Município, mas depois ainda há outra coisa e o Senhor Presidente da Câmara “bem, eles atrasaram-se porque a culpa de certa forma também foi nossa porque nós é que lhes fomos dizendo que eles primeiro iam para um lado e depois iam para outro”.-----

----- Então agora também lhe pergunto Senhor Presidente da Câmara, se é assim, para que é que decidiu instaurar a multa? Se era assim nem sequer os notificava da multa, porque na realidade assumia desde o início que a culpa tinha sido da Câmara Municipal.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente;** -----

----- “Senhor Presidente estou completamente disponível para fazer um esforço e tentar, um dia destes, se quiser na Câmara Municipal, explicar à Senhora Deputada Carla Eliana o que é gerir uma obra, vou tentar, não vai ser fácil, mas pode ser que ela entenda.”-----

----- **3.15 – Análise e discussão do estado do Parque Empresarial do Casarão (assunto da ordem de trabalho solicitado pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata – PSD);**----

----- **Carlos Filipe Correia de Almeida – PSD;** -----

-----“Permitam-me fazer só, porque vamos falar de empresas, permitam-me só fazer aqui dois ou três reparos que me parecem de inteira justiça.-----

-----O primeiro é um reparo positivo para a indústria do ciclismo de Águeda, bem hajam, este momento que também é um momento de evolução do setor, tem sido um momento pródigo para o seu crescimento e, portanto, todos os agentes económicos que colaboram no setor estão de parabéns.-----

----- O esforço é importante, a criação de emprego é muito boa, que Deus os ajude a continuarem a crescer.-----

----- Segundo ponto, que me parece pertinente, chamada de atenção para as dificuldades que passam o setor empresarial ligado aos eventos, ao mundo dos espetáculos.-----

----- Falamos há um bocado de associações, mas há gente que trabalha e vive disto, estão a viver momentos complicadíssimos e se não os podemos ajudar, pelo menos podemos enviar-lhe um abraço de força, de solidariedade para que consigam ultrapassar este momento.-----

----- Uma nota também para o setor da restauração, a indústria, nomeadamente na restauração ligada ao leitão à Bairrada, um ex-libris da nossa zona, onde pontifica por exemplo a zona sul do nosso concelho, é muito importante temos nome nesse setor e este momento, tem servido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

também, eu tenho acompanhado isso, para uma reinvenção do negócio e tem sido bonito ver as pessoas agarrarem na coragem a reinventarem-se e oferecerem ao seu público soluções diferentes.-----

----- Queria falar no Parque do Casarão e queria-vos contar uma história.-----

----- O meu pai, quando esta pandemia começou, disse-me assim, no alto dos seus setenta e dois anos “tem calma rapaz, vamos sair disto mais fortes” não me explicou é que isso se media em quilos e eu a meio da pandemia já tinha sete quilos a mais, que é um problema que estamos com ele, como diziam os africanos. É mais um desafio para a população.-----

----- Pus-me a andar a pé, desgraça autentica e numa dessas viagens, geralmente bem acompanhado por amigos, saí do Vale Grande, aquela localidade de Aguada de Cima que não tem saneamento, com o meu amigo Ivo, espero que nos esteja a ouvir, era para irmos em direção a Recardães, mas tivemos medo e o Miguel São Bento avisou-nos, cuidado com a estrada, quem passa ali em frente à empresa dele, porque o excesso de velocidade é bastante. Deixo-lhe esse reparo, porque ele já me tinha dito “avisa se faz favor o Senhor Presidente da Câmara que há necessidade de acautelar esse perigo”. -----

----- Então para não sair para esse lado fomos virados ao Parque do Casarão, tem aquele bocadinho ali quem vai na estrada da Póvoa que é um bocadinho perigoso, mas ainda não tendo pistas cicláveis, fomos na berma da estrada e entramos à esquerda virados ao Parque do Casarão.-----

----- Surgiu-me uma primeira nota, já agora, todos nós de uma forma ou de outra estivemos ligados. Não é que ficava bem aqui um outdoor daqueles da campanha, a dizer “Bem Vindos ao Parque do Casarão”. Eu que sou de lá, às vezes tenho dificuldades e troco-me, imagino quem nos visita. É uma proposta, é uma coisa simples, fica barata, põe-se lá e resolve um constrangimento porque quer queiramos quer não aquela é uma entrada o Parque está relativamente tapado, pelo menos por enquanto, portanto ter ali um outdoor é barato e dá uma visibilidade e uma importância que penso que também é importante destacar.-----

----- E fui, entrei no Parque do Casarão, nunca o tinha feito, a pé imaginem, eu do cimo dos meus quase duzentos quilos, vou por ali fora e fui contar as empresas.-----

----- Estou-vos a contar isto porque às vezes é importante, não é? Nós passamos e não temos a dimensão disto, realmente confirmei os dados que me estava a falar, vinte e uma empresas, contei eu, umas a laborar, pelas que contei seriam dez, espero não estar enganado.-----

----- Era domingo à tarde, não vi ali viva alma, sendo aquilo um parque amigo do ambiente, vi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

muito bichinho codornizes, perdizes, coelhos, esse material andava lá todo, as pessoas é natural, não estavam lá.-----

----- Conteí vinte e uma empresas e comecei a pensar, vinte e uma empresas das quais dez estão a gerar trabalho, o projeto realmente vai a meio, como disse o Humberto.-----

----- Onze empresas em onze anos, é uma média de uma empresa por ano, mas é importante, este é um projeto deveras importante, peca hoje por estar mal concebido do ponto de vista, esta é a minha opinião, do produto imobiliário e naturalmente pelos acessos e até por um conjunto de constrangimentos que vivemos nos últimos tempos.-----

----- Importa então repensar aquele projeto imobiliário e percebermos, retirados naturalmente aqui alguns efeitos de comunicação, a pertinência do projeto que é total, mas a sua adesão relativa e pensar como é que nós o vamos projetar para os próximos anos.-----

----- Deixei aqui um contributo barato, é certo, mas antes de continuar a falar disso, vamos falar de casos concretos.-----

----- Não posso fugir, até porque está a fazer um ano, à problemática da Socibeiral e essa é a primeira questão que lhe quero colocar.-----

----- Está um processo em tribunal, à justiça o que é da justiça, à política o que é da política, não vou falar do processo, agradeço nos terem enviado o mesmo, estranho algumas observações que são feitas pela empresa, nomeadamente pelo acompanhamento cuidado, dizem eles, que a Câmara Municipal teve, mas como disse, à justiça o que é da justiça.-----

----- Mas há uma questão que me interroga desde novembro e me faz pensar, essa questão é a seguinte: esta Assembleia com uma maioria, vou-lhe chamar confortável, fez uma recomendação à Câmara Municipal para que se intentasse uma ação contra a Socibeiral. Esta Assembleia manifestou, em nome do povo, a sua vontade, gostava de perceber porque é que o Executivo não operacionalizou essa vontade? Mais, mesmo depois, naquela troca acesa e azeda de palavras com o representante da empresa, o ter deixado no ar.-----

----- Essa parte não consigo entender e não consigo explicar às pessoas, porque é que nós temos que ir a reboque de alguém que vem intentar contra nós e não, tomando em boa nota a informação que nos dão, porque é que não somos nós, até em defesa do nosso nome, a intentarmos contra quem incumpriu connosco, não consigo compreender. O meu pai, que vos falei há um bocado, dos setenta e um anos, também não entende e acredito que a maior parte das pessoas não entendam.-----

----- Esta é a primeira questão, mas tenho uma segunda, não consigo entender isto, porque é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

que nós não intentamos a ação contra a Socibeiral? E porque é que nos damos hoje a esta questão, quanto a mim não é positiva, temos que responder que nos defendermos e uma ação que nos é colocada-----

----- Esta é a primeira questão que deixo para o Senhor Presidente.-----

----- Mas deixo uma segunda, olhos nos olhos, queria-lhe perguntar assim, o Senhor tem conhecimento para onde é que foram os movimentos de terras daquela desmataçãozinha que lá foi feita? O Senhor consegue-me confirmar se esse movimento de terras foi ou não colocado em terreno do Município? É a segunda questão que lhe deixava.-----

----- Fechando o tema da Socibeiral, queria falar da Sakthi, e queria falar da Sakthi porque é um projeto impactante e também porque nós enquanto Municípes, nós enquanto Município, nós enquanto Assembleia vinculamos um esforço financeiro da Autarquia que só no terreno representa qualquer coisa como dois milhões e oitocentos mil euros. Imaginem lá o que fariam dois milhões e oitocentos mil euros pelas vossas juntas de freguesia, pelas nossas associações, pelas nossas empresas e pelos nossos empresários e dir-me-ão o seguinte “não estás a ser justo e correto”, estou, é uma ponderação que se deve fazer, se nós alocamos um esforço desta ordem, estou a falar de dois milhões e oitocentos, para falar só do terreno, podia falar da muito alta tenção e podia ir por aí fora.-----

----- Estou a falar disto porquê? Aquele projeto parece-me a mim que não está a desenvolver e os sinais que nós recebemos, fruto também, é verdade, de uma evolução do mercado automóvel que não tem sido naturalmente benéfica para o desenvolvimento do negócio, há que admiti-lo.

----- As dificuldades que passou a empresa, nomeadamente na mudança de acionistas, penso até da sua administração, tendo ficado, penso eu, só o Dr. Jorge Fresch. Isto faz-nos abordar o tema aqui com seriedade porque em causa estão milhões de euros que nós investimos naquilo, milhões de euros, para as pessoas terem noção lá em casa, para uma empresa que faturou, no ano passado, dezasseis milhões de euros.-----

----- Se vocês quiserem eu conto-as, não consigo contar com as mãos, o número de empresas em Águeda que faturou mais de dezasseis milhões e que pagou impostos para nós estarmos a apoiar esta.-----

----- Emprega cento e poucas pessoas, também não conto, não tenho mãos para contar o número de empresas que em Águeda empregam mais de cento e tal empregados e estão a pagar impostos para nós apoiarmos a Sakthi.-----

----- O que é que é importante hoje perceber, mas é formalmente perceber, já agora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

comprometer as pessoas com isso, porque nós vamos voltar à carga.-----
---- Meus caros, como é que está o projeto na sua globalidade? Com que é que esta nova estrutura acionista se compromete connosco que já investimos ali milhões e milhões de euros de dinheiro?-----
---- Nós temos que explicar isto ao povo, nós temos que estar convencidos que aquilo que aportamos aquela empresa vai ser altamente benéfico para o concelho e portanto o investimento inicial que foi feito há-de ter o seu retorno, eu hoje não o consigo ver, para mim olhando para aquilo o que é que vejo? Vejo uma imensidão de terreno, vejo terreno a mais para tão pouco desenvolvimento.-----
---- É importante para nós, e é o repto que lhe lanço Senhor Presidente, que na próxima Assembleia, porque nós vamos pedi-lo, possamos factualmente percebermos:-----
---- Ponto Um – O estado exato de alma dos seus acionistas, o que é que pretendem fazer com o projeto? Quando digo o que é que pretendem fazer é, o projeto inicial vai ser ou não cumprido e em que timings?-----
---- Ponto Dois – Se não é para ser cumprido, nós também temos a necessidade de encontrar soluções que me permitam mitigar o investimento que lá fizemos.-----
---- É isto que nós pretendemos saber na próxima Assembleia.-----
---- Estamos a falar disso hoje aqui que é para termos o tempo suficiente para que a Câmara Municipal se dirija a um parceiro que é importante que com certeza está a viver este momento com as mesmas angústias do resto dos empresários de Águeda. Não tenhamos dúvidas, que está numa encruzilhada inerente ao setor automóvel, com certeza, que temos compreensão suficiente para percebermos tudo o que se está a passar, mas temos que perceber quando é que temos o retorno do nosso investimento, isso nós temos que perceber e temos que prestar contas aos nossos munícipes.-----
---- Senhor Presidente, antes de continuar, deixava-lhe então estas três questões, a questão da AAPICO e a questão da Socibeiral e depois porventura continuamos o debate.”-----
---- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----
---- “Aproveitando aqui a deixa do Senhor Deputado Carlos Almeida e porque de facto passou um ano, terá sido a dezoito ou dezanove de junho, salvo erro, que numa sessão da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara foi questionado quanto aos acontecimentos que então se passava no Parque Empresarial do Casarão e viemos entretanto a saber, com a empresa Socibeiral.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Recordo-me na altura, lhe perguntei se o Senhor Presidente da Câmara se sabia que a empresa se havia instalado naquele lote do Parque Empresarial do Casarão, retirando de lá, ou fazendo retirar de lá terras e aí edificando, na altura o Senhor Presidente da Câmara referiu, de forma perentórias e estará gravado algures e também constará das atas certamente, a sua resposta foi não.-----

----- Tendo em conta não só a sua resposta que então deu, mas também todos os outros acontecimentos que entretanto aconteceram, também todos nós recordamos designadamente aquela intervenção do representante legal da empresa, também numa fase final de uma Assembleia Municipal, venho também perguntar-lhe Senhor Presidente da Câmara, onde está a ação que o Senhor ficou encarregue de mandar contra a Socibeiral?-----

----- Para além disso, Senhor Presidente da Câmara, e tendo em conta a resposta que o Senhor então me deu, dizendo que não sabia que a empresa tinha ocupado este lote, ocupado e não sabendo foi forma indevida, este lote do Parque Empresarial do Casarão, pergunto-lhe se a Câmara Municipal de Águeda, instaurou no devido prazo, que são seis meses para apresentar queixa, a devida queixa crime por ocupação ilegal deste terreno?-----

----- Não desejo mais nada, é só isto por agora Senhor Presidente.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Primeiro queria dar conta da minha desilusão porque efetivamente quando vi que o PSD agendar este ponto do PEC estava aqui a pensar que vínhamos discutir qualquer coisa que tivesse a ver com o futuro do Parque, com estratégia, mas não.-----

----- Trata-se, primeiro perceber que o Dr. Carlos Almeida se calhar está com saudades do tempo e a querer dizer que aquelas pessoas que foram lá levar um dia uns caixotes de papelão a dizer que aquelas eram as empresas que lá se iriam instalar, numa situação claramente de descrédito naquilo que iria acontecer, tinham razão, mas efetivamente vemos que não têm. -----

----- Estão lá um conjunto de empresas, o Parque naturalmente que vai continuar a crescer e sobretudo nas obras públicas que são necessárias vai avançar rapidamente conforme estava previsto. Temos condições neste momento para o fazer, porque volto a dizer, tudo o que era necessário em termos de licenciamentos e depois o projeto culminou está neste momento pronto e iremos avançar, mas naturalmente que será um espaço que continuará também em construção e sobretudo disponível para que um conjunto de empresas se venham a instalar. -----

----- Dizer que neste processo todo houve imensas empresas que mostraram interesse em se ali instalarem, mas que algumas delas, muitas delas naturalmente umas não conseguiram ir com os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

seus projetos em diante, outras não vieram e temos ali um número bastante significativo de empresas a trabalhar, e penso que o Parque indiscutivelmente foi uma lufada de ar fresco que veio para o nosso concelho.-----

----- Começava por dizer que a Sakthi precisamos de estar no tempo da Sakthi, em que a Sakthi nos apareceu como uma hipótese para vir para o nosso Parque Empresarial e percebermos todo o esforço que foi feito pela Câmara Municipal e pelo Presidente da Câmara de então, o Dr. Gil Nadais, para captar a Sakthi numa concorrência que todos nos lembramos que tinha inclusivamente outras regiões e até outros países interessados em captar aquela empresa.-----

----- Hoje, passado este tempo, dizemos o seguinte, naturalmente que aquele projeto, pelo menos ainda não é aquilo que se propunha ser, e isso é óbvio, está à vista de todos.-----

----- Efetivamente propunha, lembro-me de um número muito significativo, cheguei a ouvir falar em mais de mil postos de trabalho diretos, terá cerca de cento e qualquer coisa postos de trabalho diretos neste momento. Isso naturalmente que nos causa alguma apreensão porque aquela empresa foi beneficiária de um conjunto de incentivos dados pela Câmara Municipal que, Dr. Carlos Almeida, os dois milhões e oitocentos mil euros, não sei onde é que o Senhor foi buscar isso, não sei.-----

----- A Sakthi que eu saiba tem duzentos e qualquer coisa mil metros quadrados que foram adquiridos pela Câmara a quatro euros e cinquenta e três e pelos quais ela pagou um euro, o diferencial são três euros e cinquenta e três, de duzentos e tal mil euros parece-me que custa um bocado para chegar no terreno aos dois milhões e oitocentos mil euros, mas estou a fazer contas de cabeça e posso-me estar a enganar, mas os dois milhões e oitocentos mil euros parece-me um bocado insuflados, terá feito as suas contas e o Senhor na questão das contas costuma não falhar.-----

----- Depois, dizer-lhe o seguinte, no meio desta crise toda, agora o Covid, quando a Sakthi passou para a Aapico tive o cuidado e a preocupação de perceber o que é que estava em causa. -----

----- Por parte da administração da Aapico, e que é o Senhor Jorge Fesch a face visível da Sakthi, desde o início e também agora da Aapico, fiquei, pelo menos por esse lado, tranquilo porque efetivamente diz-me que a situação mantém-se rigorosamente à anterior. O projeto da Sakthi naturalmente agora que se mantém, os compromissos e as obrigações e os planos que seriam os mesmos. E diz-me ele também que provavelmente com este grupo económico, fruto de alguns novos mercados e algumas áreas de mercado que também que poderão passar ali



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020

pela Sakthi que seria mais fácil atingi-los, nomeadamente passar também a uma expansão nos Estados Unidos em termos de fornecimentos, uma ligação a um grande construtor posso dizer que é a BMW, e também passar a ter produtos dedicados à ferrovia.-----

----- Foi isto que me foi aplicado e dito relativamente à questão da Sakthi, estamos expectantes e com vontade de ver realizados pelo menos outros projetos e outras naves que foi exatamente o projeto inicial, volto a dizer, todos nós sabemos, mas não posso deixar de lembrar aqui que no momento em que a Sakthi surge, foi um projeto muito interessante que depois veio a catapultar e a captar outros investimentos para a Sakthi. Temos que lá voltar atrás para percebermos o que era efetivamente este projeto, tudo aquilo que fizemos para o captar para Águeda e agora perante esta constatação de que ainda não é aquilo que se propôs ser, fazemos todos os esforços para que o venha a ser, da nossa parte e insistimos junto da empresa para que isso venha a acontecer porque de outra maneira, temos que chegar à conclusão que houve ali benefícios que se calhar outras empresas mereceriam em igual modo se tivessem se perspectivado da mesma maneira.-----

----- Aí estamos de acordo, mas volto a dizer e a colocar a questão no sítio e no local certo, naquela altura quando foi preciso efetivamente competir com outros e foi preciso avançar com soluções e propostas para captarmos aquela empresa com aquele projeto que, depois também tem outras áreas, nomeadamente o CITMEN que também tem estado a funcionar e que muito nos orgulha vermos na nossa cidade.-----

----- Relativamente à questão da Socibeiral, queria-vos dizer que o Município em devido tempo apresentou a contestação à petição inicial feita pela Socibeiral, naturalmente que é um consentimento de grande tranquilidade como sempre procurei ter nesta matéria, porque indiscutivelmente a Socibeiral e fiquei agora aqui muito admirado por ver que a Dr^a. Carla Eliana sabe que a pessoa que interveio nesta Assembleia, no final da Assembleia, era o representante legal quando eu não dei por ela, disse e volto a dizê-lo, não o conheço, nunca estive com ele, nunca falei com ele, ele nunca falou comigo, sei quem ele disse que é, mas não sei quem ele é, e sejamos claros eu não sei quem ele é, sei quem ele disse que é, mas não mais do que isso, portanto vejo essa segurança com que afirma isso que provavelmente o conhecerá.-----

----- Queria-vos dizer que a contestação está feita, com toda a tranquilidade e muito sinceramente convencidos de que o Município no final de todo este processo vai sair com a razão do seu lado porque a razão está no nosso lado.-----

----- Aquilo que aqui fez cuidado de dizer que aquilo teve um acompanhamento empenhado,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

mais ou menos foi isso que quis dizer, queria-lhe dizer que praticamente todas as empresas que estão no Parque, diria que todas as empresas do Parque, tiveram esse acompanhamento empenhado por parte do Município, tiveram e pode falar com todos os empresários que lá estão instalados que todos lhe vão confirmar que efetivamente este empenho e o acompanhamento muito próximo por parte do Município para que se possam lá estar instalados e a Socibeiral durante o processo e enquanto ele durou não foi diferente.-----

----- Garanto-lhe é que não tinham condições nem legitimidade para fazer aquilo que fizeram e como tal tivemos procedimentos corretos relativamente a essa matéria.-----

----- Esta é a realidade dos factos e, portanto, queria-vos dizer que tal como todos aqui afirmam que estejam tranquilos relativamente a essa matéria, aos tribunais o que é dos tribunais, à política o que é da política, naturalmente querem fazer o aproveitamento político que fizeram desde a primeira hora e que querem-o continuar, não querem de maneira nenhuma que este assunto esqueça, também não estou minimamente esquecido dele. Agora, garanto-lhe é o seguinte, da nossa parte estamos completamente tranquilos porque não tivemos nenhuma, mas nenhuma relação privilegiada com ninguém e muito menos, fique claro que tenho desde que nasci um problema nada se me apega às mãos, nada, estou com a consciência completamente tranquila e com a certeza de que fiz tudo dentro dos princípios da normalidade e daquilo que deveria ser na defesa da prossecução dos interesses do Município e estou absolutamente convicto e tranquilo relativamente a essa matéria e portanto com a tranquilidade que tenho muito sinceramente gostava de vos passar também esta tranquilidade porque estou absolutamente convencido que não vai sobrar nenhum prejuízo para o Município por causa desta ação.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----

----- “Vou abordar o problema da temática do Parque Empresarial do Casarão de uma forma um pouco diferente daquela que foi feita aqui, mas gostaria de qualquer forma de referir-me aquilo que foi dito.-----

-----Custa-me constatar isto, não gostei nada da intervenção do Deputado Humberto Moreira, não gostei, não pelo tom, falou muito bem, e não por não se ter explicado, ele explicou-se muito bem, é mesmo pelo sumo, pelo conteúdo daquilo que aqui disse.-----

----- O Senhor está habituado a prevaricar e não ser penalizado, foi o que o Senhor aqui disse, e que isso é que é bom, é pedagógico.-----

----- O que é curioso, é que muitas vezes um particular em sua casa faz uma obra, mexe numa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

parede ou qualquer coisa, vai lá uma fiscalização, lá vem a multa.-----
---- Aos particulares atua-se de uma forma, para os construtores atua-se de outra, e isto não
pode ser.-----
---- Por outro lado há também a questão de defraudar a concorrência, quando nós admitimos
que aqueles que se comprometem com um valor de um determinado concurso, depois não
cumpram os prazos ou não cumpram as especificações desse concurso. Nós estamos a admitir
que se falseie a concorrência, porque então uma pessoa vai a um concurso e sabendo que nada
lhe vai acontecer, foge.” -----
---- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----
---- “Senhor Deputado, estamos no ponto 3.15, recorde-lhe.”.-----
---- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----
---- “Sim vou falar deste ponto, mas atenção, dentro deste ponto foram referidas coisas.”-----
---- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----
---- “Nada do que o Senhor Deputado referiu foi referido dentro deste ponto.”-----
---- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS; -----
---- “Mas é sobre o regulamento do Parque Empresarial que quero falar e sobre o cumprimento
das regras, portanto estou aqui a falar de uma intervenção que me desagradou porque é uma
intervenção que vem dizer que é bom que não se cumpram as regras e se vou falar de um
regulamento, o Senhor tem que perceber que as duas coisas estão ligadas.-----
---- Se o Senhor tiver paciência de me ouvir, vai lá chegar, se estiver sempre a interromper não
vai.-----
---- Não gosto de ouvir o Senhor Presidente da Câmara falar com todo o à vontade sobre a
necessidade de não se atuar penalizando em quem incumprase quase o dobro do tempo para a
execução de uma obra ou não atuar no sentido de dar seguimento a uma recomendação desta
Assembleia Municipal, mas sobre outro tipo de processos o Senhor Presidente não tem dúvida
nenhuma.-----
---- O Senhor Presidente da Câmara decidiu agir judicialmente contra um Deputado desta
Assembleia, que fez uma publicação errada, e a meu ver, na minha opinião, irresponsável no
facebook.-----
---- O Senhor entendeu fazê-lo, compreendo os motivos que o levaram a fazê-lo, mas das duas
uma, ou o Senhor é coerente e retira essa ação ou então o Senhor é coerente e interpõe as
ações que tem que interpor, porque se não aquilo que passa para a opinião pública é que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

Senhor está de alguma forma a querer condicionar um membro desta Assembleia, que é o Presidente da Comissão que está a analisar a revisão da proposta de alteração do regulamento do Parque Empresarial do Casarão.-----

----- E eu e o Grupo Municipal do CDS há quase dois anos que apresentamos uma proposta e é dessa proposta que venho aqui falar.-----

----- É fundamental, foi uma coisa que nós naturalmente fomos aprendendo com a prática, que nós fomos verificando nas sucessivas reuniões da Câmara Municipal quando eu era Vereador e a Dr^a. Paula Cardoso era Vereadora, que havia uma série de imperfeições do regulamento e mesmo erros potencialmente perigosos ou desastrosos para a Câmara Municipal, para o interesse público e outros que podiam prejudicar gravemente os empresários e propusemos um conjunto de alterações há bastante tempo, que dizem assim, pouco mais ou menos:-----

----- *“Procurando manter tanto quanto é possível o texto e as estruturas originais, a proposta do CDS visa os seguintes objetivos gerais:-----*

Um – Adequar o regulamento aos princípios gerais que regem a administração do património imobiliário público e os procedimentos administrativos;-----

Dois – Corrigir erros e omissões que podem afetar o interesse público municipal e os dos particulares que contratam com o Município;-----

----- O caso da Socibeiral, por exemplo é um caso em que o Município diz que foi prejudicado e a Socibeiral, com razão, também diz que foi prejudicada.-----

----- *Três – Clarificar a redação e reduzir o potencial de conflitos de interpretação;*

----- *Quatro – Rever a distribuição de benefícios que se quer mais equilibrada, justa e socialmente útil.-----*

----- *E assim em obediência ao princípio da transparência, da concorrência, da imparcialidade, da administração aberta, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos.-----*

----- Que a nosso ver, todos estes princípios são postos em causa pela forma como está redigido, ou podem ser postos em causa e não ser acautelados pela forma como está redigido o atual regulamento.-----

----- *Nós alteramos o que consta no artigo no que respeita às candidaturas, tornando o processo mais simples e transparente-----*

----- *A Autarquia obriga-se a publicar semanalmente a lista atualizada dos lotes disponíveis.-----*

----- É que falamos aqui de terrenos e de lotes de terrenos que estão em reserva, pois lembro-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

me de estarem aprovados ou em pré-reserva ou em reserva uma série de lotes que depois nunca mais tinham andamento, demoravam a ter andamento.-----

----- *É criado um mecanismo de confirmação de interesse e reserva provisória dos lotes mediante o pagamento de vinte cêntimos por metro quadrado, que proteje os interesses dos particulares e a Câmara Municipal.*-----

----- *Enquanto dura esta reserva provisória a Câmara não pode entregar o terreno a mais ninguém, são sessenta dias.*-----

----- *No termo desta reserva provisória extingue-se a reserva e o dinheiro reverte para a Autarquia, se entretanto for feito o contrato, este dinheiro entregue como sinal, pelo pagamento de vinte cêntimos por metro quadrado, é abatido ao preço a pagar.*-----

----- Quem está de boa fé faz os negócios, não paga nem mais um cêntimo, tem é que acautelar os seus direitos, por outro lado se não cumprir, já pagou a verba com a qual a Câmara Municipal vai ficar.-----

----- *É estipulado que se o contrato registo não for feito no prazo determinado, essa reserva é extinta e a quantia é perdida a favor da Autarquia*-----

-----*É estipulado a obrigação de constarem no contrato, título registo, as penalidades contratuais decorrentes dos incumprimentos*-----

----- *É estipulado uma forma de pagamento que garanta a arrecadação do montante e simplifica a gestão do processo.*-----

----- *Em caso especial do interesse público a Assembleia Municipal sobre a proposta da Câmara pode autorizar outras modalidades e condições de pagamento.*-----

----- Mas é a Assembleia Municipal, quem a prova os regulamentos é a Assembleia Municipal, as alterações ou as exceções aos regulamentos, no nosso entender, também devem ser aprovadas pela Assembleia Municipal, é assim que pensamos.-----

----- Em obediência aos princípios da legalidade, da prossecução do interesse público, da equidade, imparcialidade e da boa fé, fazemos uma série de outras propostas porque estes princípios que citei que são princípios legais, gerais do direito, são postos em causa ou podem ser postos em causa, tendo em conta a redação que atualmente tem o regulamento.-----

-----No que respeita ao direito de superfície, por exemplo, a Socibeiral é um excelente exemplo. Nós tivemos um caso em que a empresa concorreu ao direito de superfície dos lotes nove e dez, e depois foi-lhes proposto pela Câmara Municipal, já depois de ter sido aprovada, atenção isto foi aprovado em reunião do Executivo, já depois de lhe ter sido proposto isto, foi-lhes proposto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

que eles fossem para os lotes sessenta e qualquer coisa, três ou quatro lotes e que portanto que se anulasse este ato que tinha dado a cedência de direito de superfície dos lotes nove e dez. E a nova modalidade de aquisição foi a aquisição do direito de propriedade, não o de direito de superfície, foi-lhes feita essa oferta e essa promessa. Isto é aquilo que conheço dos factos.-----
----- Isto não tem nada a ver com aquilo que está em tribunal, penso eu, isto é a realidade daquilo que foi às reuniões de Câmara.-----
----- *No que respeita ao direito de superfície subordinação à letra e ao espírito da lei designadamente ao regime jurídico do património imobiliário público e sobretudo ao código civil, nomeadamente quanto à penalidade pelo incumprimento da anualidade tornando explícitos os motivos que podem levar à extensão do direito de superfície.*-----
----- Isso não consta no regulamento, não consta no regulamento os motivos que podem levar à extensão do direito de superfície, está no código civil, pois é, mas tem que ser adaptado ao regulamento, é a nossa opinião.-----
----- Ainda, além de não ter sido encontrada nenhuma disposição legal que permita a conversão, que é assim que se refere, do direito de superfície em direito de propriedade, a formula absurda que consta do atual regulamento não parece em conformidade com a lei, uma vez que na prática estabelece uma venda da propriedade do Município em prestações anuais, a coberto da figura do direito de superfície. Além disso, quando a penalidade pela conversão tem um valor muito inferior ao do custo de financiamento bancário, é três por cento, para aquisição da propriedade. O Município está a imiscuir-se em matéria que diz respeito ao setor financeiro sem observância dos requisitos que este último está obrigado a cumprir, nomeadamente quando à avaliação do risco, ao limite do montante elegível para o financiamento e à criação de reservas para atender às perdas em caso de incumprimento.-----
----- Ainda, deve ser considerada a desigualdade fiscal dos proprietários e dos superficiários no que respeita aos impostos municipais. O IMT a pagar pelo direito de superfície, que é seis e meio por cento, é calculado sobre cem por cento do valor pago pelo terreno, o IMT do direito de superfície é calculado sobre oitenta por cento do valor acumulado às prestações anuais a pagar até vinte anos após a constituição de direito e o direito é concedido por cinquenta anos.-----
----- Estão a ver o desconto que se dá, sem justificação nenhuma.-----
----- Além disso, o proprietário fica sujeito ao pagamento de IMI, o superficiário não, isto é uma desigualdade que não se justifica. Não se justifica que a Autarquia em seu prejuízo favoreça com benefícios fiscais o direito de superfície em detrimento do direito de propriedade, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

encontramos uma boa razão para isto.-----

----- Na altura, compreende-se-ia tendo em conta a conjuntura económica, mas mesmo assim mal, foi mal pensado e foi mal executado, o regulamento está mal elaborado.-----

----- Ainda no que respeita ao direito de superfície, devem ser claramente definidas as causas da sua eventual extinção explicitadas outras penalidades e bonificações, porque curiosamente, são criadas bonificações, em função do número de postos de trabalho criados, por exemplo, para aqueles que forem adquirir os direitos de propriedade, mas superficiários que estão instalados e que estão a gerar emprego e têm lá os seus empregados a laborar, não recebem bonificação nenhuma. -----

----- Mais, devem ser explicitados procedimentos de avaliação das benfeitorias e das indemnizações, devendo tudo isto constar no título de constituição do direito de superfície. --

----- Veja-se o caso, imaginemos, não é o caso, mas imaginemos que era aquilo que se passou com a Socibeiral, tinha-lhe sido concedido o direito de superfície, aquela central de betão tem uma estrutura que em termos de alteração do terreno, enorme, as sapatas são brutais, aquilo leva muito betão, no termo da concessão o superficiário deve ser obrigado a devolver o terreno nas mesmas condições que o encontrou ou então, havendo lá benfeitorias, deve ser calculado o seu valor e deve ser ajustada uma indemnização, se o valor for baixo, a indemnização deve ser prestada ao Município, se o valor for alto, deve ser o Município a indemnizar, se entender ficar novamente com a propriedade plena, a indemnizar o superficiário que acaba a concessão, é a nossa opinião.-----

----- No que respeita ao direito de propriedade são criadas novas bonificações em função do número de postos de trabalho a criar e são incluídos dois números que respeitam às bonificações a conceder aos superficiários que queiram adquirir o direito de propriedade do lote, uma em função do tempo decorrido desde a constituição de direito, outra pelo número de postos de trabalho associados à atividade desenvolvida no lote.-----

----- O PS fez uma excelente sugestão, é que além destas bonificações, fossem consideradas bonificações pela qualificação da mão de obra, pelo cumprimento das regras ambientais e dizemos nós e eles, atenção há uma questão que também é importante e é importante para o nosso Município e que tem a ver com o género, é a nossa opinião.-----

----- Em obediência ao princípio da boa administração são alteradas as modalidades de pagamento em particular no que respeita ao direito de superfície que só poderá ser anual ou feita numa única prestação, como diz a lei, embora possa ser argumentado que é admissível



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

que o pagamento seja feito em duodécimos, não se compreende a sua autorização uma vez que acrescenta complexidade à gestão, tende a aumentar os custos administrativos e na prática corresponde a um arrendamento cujo termo RJPIP, expressamente prevê.-----

----- É dentro destes termos que a lei prevê para o património público que deve ser enquadrado um arrendamento e não disfarçado, encapotado de uma concessão de um direito de superfície,

----- *São feitas alterações que visam adequar a designação do regulamento ao fim a que se destina e enunciar corretamente o objetivo do regulamento .”* -----

----- Finalmente são corrigidos erros até da redação que tornam difícil, aliás depois, em fase de litígio, poderão ser utilizados contra o Município e contra o interesse público.-----

----- Senhor Presidente, muito obrigada pela paciência, acho que me cingi ao tema em toda a minha intervenção.”-----

----- Dado o avançar da hora o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu que é do interesse de todos acabar esta reunião uma vez que só faltam dois pontos, apelou para que os Senhores Deputados fossem objetivos, fizessem perguntas concretas, não querendo com isto inibir que as pessoa não digam o que têm a dizer.-----

----- **Humberto José Tavares Moreira** – Juntos; -----

----- “Vou ser muito breve, tem a ver com aquele trocadilho de há pouco, porque às vezes aqui o Miguel é muito metucioso e já vi que ele com as vírgulas ele não brinca, mas vou começar primeiro ali pela Dr^a. Carla.-----

----- Entendo que a Dr^a. Carla tenha que zelar pela classe dela, embora ela agora exerça outras atividades e quantos mais processos em tribunal existirem, melhor. Isto é, qualquer coisinha vai-se para tribunal, percebo, entendo e dou isso de barato.-----

----- Miguel, às vezes temos que descer do pedestal teórico porque reconheço no Miguel uma grande capacidade de análise teórica, na maior parte das vezes, temos que descer ao patamar da terra ao comum dos mortais.-----

----- E o comum dos mortais é onde anda o Senhor Presidente e outros, na rua a sujar os sapatos e a ver as coisas acontecer, e muitas vezes vamos apercebendo ao longo de um trajeto, de uma obra, das coisas que acontecem porque andamos no terreno, acompanhamos, e ninguém melhor do que ele saberá quando e como de que forma é que há-de gerir o timing para ir ou para não ir.-----

----- Em momento algum defendo a prevaricação como um ato que se deva cometer, nunca, a única coisa que defendo é que numa relação que exista entre cliente e fornecedor o extremar de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

relações deverá ser sempre a última coisa, porque há um período de garantia, há sempre coisas que vão surgindo.-----

----- Em momento algum, que fique isto bem claro Miguel, e estou a olhar para si, não defendo a prevaricação, apenas defendo o diálogo e defendo as relações cordiais entre duas entidades, mais nada.-----

----- Tribunal, processos jurídicos, é bom para os advogados, mas nem sempre é bom para as duas partes, cliente e fornecedor.-----

----- Só isso que fique bem claro.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Primeiro, dizer que no momento inicial da intervenção do Dr. Miguel Oliveira, fiquei aqui um pouco..., porque o tema anterior foi encerrado, quando não havia mais intervenções, portanto tudo aquilo que ele veio dizer, apesar de ele dizer que está correlacionado, é preciso uma grande imaginação, os parabéns porque a tem, para efetivamente estabelecer essa correlação, ele veio claramente atrás e podia ter vindo atempadamente enquanto estava na discussão do ponto, foi só isso, mais nada, quando lhe perguntei, fiz isso, não devia ter feito, não é da minha competência, a sessão está a ser bem gerida.-----

----- Relativamente à questão queria-lhe dizer que fez aqui um trabalho maturado acerca do PEC e do regulamento do PEC, vou-lhe pedir que me mande todos esses apontamentos que tem porque naturalmente que muitos deles são aplicáveis no regulamento que estamos a tentar construir, depois da Assembleia Municipal e a sua comissão ter tido todo este tempo para nos apresentar essa proposta e isso não ter acontecido, mas já há uns dias aqui o disse que estamos a construir esse modelo, que naturalmente virá aqui , depois serão chamados todas as pessoas da comissão, porque é indiscutivelmente necessário readaptar o regulamento do PEC, há ali algumas fragilidades que precisam de ser sanadas. Estamos todos de acordo relativamente a isso, mas volto a dizer, já tem uma série de anos e ouvi aqui algumas questões que se calhar não precisaríamos de ir tão longe.”-----

----- **Carlos Filipe Correia de Almeida** – PSD; -----

----- “Em primeiro lugar quero-lhe dizer porque é que cheguei aos dois milhões e oitocentos, o preço dos lotes é quinze euros, se aplicarmos quinze euros a duzentos mil metros quadrados e subtrairmos um euro a duzentos mil metros quadrados, dá dois milhões e oitocentos. Já agora é o preço que pagam os outros, se nós o tivéssemos vendido a esse preço tínhamos encaixado mais dois milhões e oitocentos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Segunda questão, fiz-lhe uma pergunta objetiva, tem ou não conhecimento, é verdade ou não que foram colocados em terrenos municipais as movimentações de terra da Socibeiral? O Senhor Presidente não me respondeu e eu gostava que sim.-----

---- Segunda questão, ainda na Socibeiral, que é para não ficarem aqui maus entendimentos, nenhuns.-----

----- Em primeiro lugar, defendo muito a honestidade das pessoas, isso acima de qualquer coisa, quando mostrou as mãos, fez muito bem e acredito como todos os outros que não se pegue nada, acredito mesmo, e também acredito que tem que tratar todos os empreendedores da mesma maneira.-----

----- Mas já agora, deixe-me ser mais objetivo que escusamos de estar aqui com rodeios, na ação que nos mandou, estes Senhores que a colocaram, disseram assim “O Senhor Vereador João Clemente acompanhou diariamente aquela obra” vou ser mais objetivo, acompanhou ou não acompanhou?-----

----- É que até agora disseram-nos sempre que não, da forma que o Senhor falou há um bocadinho, fiquei com a certeza que sim, fiquei claramente com a certeza de que sim.-----

----- São as duas questões muito simples.-----

----- Quanto ao projeto da Sakthi, concordo consigo, concordo com tudo o que disse, é necessário criarmos um comprometimento da empresa. Nós não podemos chegar daqui a um ano e dizer “o projeto continua em pé” não sabemos quando é que eles terminam o investimento, entretanto o capital já voltou a ser vendido e nós, enquanto membros desta Assembleia, temos que ter a consciência no tempo, no espaço e no valor quando é que isto desemburra.-----

----- O Senhor disse “estava à espera que viessem para aqui lançar propostas”, vou-lhe falar em algumas.-----

----- Falei-lhe numa tão simples como meter lá um outdoor, estava convencido que o Senhor já tinha dado por essa falha. O Senhor com trezentos ou quatrocentos euros resolve o problema e acredite é deveras importante.-----

----- Segundo, lembro-me do Senhor ex-Presidente da Câmara, Dr. Gil Nadais, ter referido o seguinte, a uma proposta que lhe fizemos sobre resolução do cruzamento da Cerâmica do Alto, que já agora, é um dos maiores problemas do Parque do Casarão, inviabiliza algumas empresas de irem para lá, imaginem empresas na área da distribuição que têm entregas bidiárias, hão-de me dizer como é que à hora do almoço que é quando sai a bidiária, conseguem meter a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

mercadoria nos pontos, não conseguem.-----
---- Falamos nisso em 2016, por aí, “meta a obra num projeto cofinanciado” - “não é preciso nós fazer-mo-lo com fundos próprios”, foi o que foi dito na altura.-----
---- Sabem o que é que lá está? Estava lá um stand de automóveis, na esquina, agora está lá um restaurante.-----
---- Outra, da rotunda do Vale Grande ao Intermarchê, cá baixo, desculpem usar uma expressão da minha terra, há um carreiro de cabras, abra-se esta estrada, alargue-se esta via de substituição para desimpedir o trânsito, projeto simples, está feito?-----
---- Mas falamos mais, o Senhor dir-me-á “ Quem discorda ligeiramente do Parque Empresarial do Casarão é contra ele”, não lhe estou a dizer nada disso, aliás deixe-me dizer-lhe, o PSD, que é para não fugir à questão, nos anos que lá esteve não foi capaz de o fazer, certo? -----
---- Aliás os partidos têm essa vantagem, têm história, vamos esperar o que é que acontece com os movimentos independentes, e nós temos que a assumir, claro que não fomos, por alguma coisa perdemos as eleições, então e isso vai prejudicar a capacidade de nós opinarmos? Não pode, é claro que não pode e é claro que podíamos já ter aproveitado.-----
---- Podíamos ter feito uma ligação a aproveitar a A25 até ao sul do concelho, a rasgar o concelho em dois, a levar o Parque do Casarão para junto de uma via estruturante que lembro é a única que cá está, foram esses mesmo que foram incapazes de fazer um Parque Empresarial que também foram capazes de abrir aquela entrada numa via estruturante, vamos aproveitá-la, vamos dar centralidade ao Parque. O Parque tem um problema de centralidade.-----
---- Quer ver outra solução integre-o no parque desorganizado de Vale do Grou e faça daquilo um grande parque da zona industrial de Águeda, se quiser da zona industrial sul, junte um ao outro e o Senhor vai ver a dinâmica que cria, não é assim tão difícil.-----
---- Mas sobre isto nós já falamos, falamos uma, duas, três, quatro, cinco, seis e é isto que dá dinâmica, enquanto nós não aproveitarmos para reduzir o distanciamento psicológico entre aquele projeto imobiliário que tem as suas virtudes e tem os seus defeitos e as pessoas quer queiram quer não, não podem ver ali só virtudes, e ao fim de dez anos temos que perceber que vinte e uma empresas ali é muito pouco, é melhor do que nenhuma, mas é pouco, e temos que perceber como é que nós as vamos trazer, nós temos que reduzir este espaço, precisamos de criar as áreas de lazer e de entretenimento e de serviços no Parque, temos que o aproximar do centro da cidade, claro que temos, mas temos que o aproximar das outras.-----
---- As pessoas quando saem lá, como disse há um bocado, em Águeda Sul, do IC2, têm que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

sentir que estão num grande parque empresarial de Águeda Sul, não é no Casarão, é aquilo tudo, isto é que é um projeto porque ele depois vai-se rejuvenescer ele próprio vai criar as suas próprias dinâmicas, dentro ou fora daquilo que é a orla do Parque Empresarial que hoje existe. --

----- Quer discutir isto? Vamos embora, vamos discutir, vamos ver como é que nós criamos este triângulo que vai, digamos, de entre Aguada de Cima Sul, quase Aguada de Baixo apanhando Recardães, vamos embora, isso é giríssimo, um contributo fantástico, é uma zona industrial, não é do Casarão, é a zona industrial de Águeda.-----

----- Olhem a dimensão, até a dimensão para o exterior, lanço-lhe o repto, vamos embora, vamos tentar integrar isto.-----

----- Fantástico, gostava de sonhar consigo este projeto, é um excelente contributo penso eu.”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD; -----

----- “ Nós efetivamente quando agendamos o Parque Empresarial do Casarão, o nosso objetivo principal é discutir o que é que lá está, mas obviamente, há situações que foram envolvidas, o processo da Socibeiral, foi um a situação, e é importante nós ficarmos esclarecidos sobre isso.--

----- Aquilo que o Carlos Almeida perguntou é, nós sabemos que houve uma grande movimentação de terras, o Senhor Presidente já disse, aquilo tem uma diferença de cota de dezassete metros entre a Ciclofapril, lá em cima ou a Triangle's lá em cima cá para baixo, foi o que o Senhor disse numa última Assembleia, não serão dezassete, serão para aí uns doze ou treze, não importa, houve ali grandes movimentações de terras.-----

----- A informação que temos é que estas terras foram depositadas em terrenos municipais, e o que nós precisamos de saber é se foram ou não depositadas em terrenos municipais? Foi a pergunta que o Carlos Almeida fez.-----

----- A segunda questão, que é importante, é saber se o Município sabia ou não que estas terras foram depositadas em terrenos municipais? Porque não se deslocam camiões e metros e metros cúbicos de terra para terrenos municipais, julgo eu, sem ninguém saber, foi essa pergunta, não tem nada a ver com o próprio processo.-----

----- Recordo-lhe também que, o Senhor Presidente disse na última sessão da Assembleia Municipal que já tinha havido uma contestação da Câmara em relação ao processo, o Grupo Municipal do PSD, logo a seguir, passados dois dias, pediu-lhe que nos enviasse uma cópia dessa contestação, situação que não chegou.-----

----- É isto, não vale a pena andarmos aqui com questões de mãos limpas ou mãos sujas, ninguém disse nada disso, eu continuo na mesma linha de pensamento, até este momento, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

vejo razões para não acreditar no Senhor Presidente, até este momento no que me tem dito, não vejo. -----

----- Acho que nós estaremos sempre ao seu lado, mas também precisamos que nos apoie dando-nos os devidos esclarecimentos, isso são as perguntas que têm que ser feitas.-----

----- Em relação à situação da Sakthi, só há aqui uma coisa para ficarmos claros.-----

----- Todos nós aqui apoiamos o projeto da Sakthi na sua generalidade e apoiamos a Sakthi como empreendedor em Águeda e os projetos empresariais, há os que correm bem e os que correm menos bem, e os empresários já arriscam muito dinheiro para que os seus projetos corram bem, para que também ganhem dinheiro, para que também deem emprego, para que também deem vida aos locais onde estão, quanto mais nós agora castigá-los.-----

----- Agora há uma coisa que tem que ser reavaliada, uma coisa que em Portugal fazemos muito é dar e não avaliamos. Não vou falar dos apoios que a Sakthi teve em termos nacionais que foram muito maiores do que os do Município, o Estado investiu mais de dois milhões ali naquele projeto, mas isso é um problema do Estado com a Sakthi,. Nós estamos aqui numa Assembleia Municipal que tem a ver com o Município de Águeda e o que nós temos que ter atenção é, nós investimos mais de quatro milhões de euros em apoios, como o Carlos já explicou, o terreno a quinze euros, porque é assim que os outros empresários pagam, exceto a Triangle's que foi obviamente também alvo de um projeto PIN, se tivermos em atenção o projeto de muito alta tensão que andou na ordem de um milhão de euros, acho que é um milhão e duzentos e depois foi um milhão ou novecentos, já não me recordo bem, se tivermos atenção às isenções de IMI que nós já demos, se tivermos atenção às isenções de IRC, um conjunto de situações que nós já demos, mas demo-lo com vontade e demos convictos de aquele projeto podia trazer para Águeda uma alavancagem importante para o nosso tecido industrial que era importante ser reconvertido e só com um projeto daquela dimensão, como nos foi vendido, é que a coisa podia ganhar dimensão.-----

----- Era um projeto, não nos podemos esquecer, que numa primeira fase ia levar trezentos empregos, não era a cento e vinte, numa segunda fase levava a mil e quinhentos empregos com implicação direta, não de empregos diretos, mas de empregos indiretos e famílias de dez mil pessoas. É normal que neste momento a empresa refaça o seu projeto porque as condições do mercado são diferentes e é normal que o Município reúna com a empresa e lhes pergunte como é que nós estamos? Porque se vamos redimensionar o projeto não é preciso estarem duzentos mil metros de terreno afetos a uma instalação que tem vinte mil, não é preciso, se calhar bastam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020

cem mil, e o Município pega naquele terreno e põe no mercado e se calhar, pondo aquele no mercado, pode arranjar outras condições outra atratividade diferentes para o Parque.-----

----- Nós sabemos que o Parque, sei que vocês nem sempre concordam com isso, mas o Parque tem dificuldades de localização, acho que isso é uma coisa inegável, há dificuldades devido às vias que temos para o Parque.-----

----- O projeto que a Câmara tinha de gastar dez milhões de euros numa via de cintura que fosse lá ligar acima, à Soparafuso, penso eu, é um projeto difícil de concretizar, neste momento, por isso o Carlos ainda agora falou numa proposta que nós apresentamos em determinado momento, em que a Câmara, presidida na altura pelo Dr. Gil Nadais, disse “essa parte faço com dinheiros municipais” que era uma ligação à variante a Águeda ao IC2.-----

----- Por falar no IC2, fala-se aqui muitas vezes dos partidos e disto tudo. Só quero recordar aqui uma coisa que o Humberto disse na última entrevista, lá naquela coisa da Soberania, que vocês às vezes não gostam de ouvir, não é o que não gostam é o outro, disse o Humberto que a grande última obra do Governo Central em Águeda foi a ponte do Casinho, olhem no tempo do PSD aqui na Câmara, olha aos anos que já foi, às vezes também convém de vez em quando lembrar uma ou outra coisa assim tirada pelo ar.-----

----- O que nós aqui trazemos é isto, nós neste momento, os lotes que lá estão vagos representam cerca de três milhões e setecentos mil euros de negócio, para nós é aquilo que representam a quinze euros o metro, é muito dinheiro que a Câmara acolá tem.-----

----- A Câmara deve num momento de grande dificuldade, provavelmente olhar para o negócio do Casarão de forma diferente, se há um ano atrás até havia quem dissesse, até é barato, se calhar tem que reverter tudo aquilo, pode não ser pelo preço, pode ser pelas condições de atratividade, o Senhor Presidente disse, “só agora é que podemos começar a investir lá” não é bem assim.-----

----- Senhor Presidente na primeira fase, o Senhor podia já ter feito estas obras: - Parcela trinta e dois, equipamento social, estava lá previsto, podia ter feito. Em frente a parcela treze A e B, tinha dois campos de jogos, zona verde aí, estava lá, podíamos ter feito. Em frente aos lotes, penso que era, um e dois, parque de merendas, toda uma zona que acolá estava, porque há uma coisa que nós temos que perceber, cada vez mais as pessoas passam mais horas no trabalho do que em casa, infelizmente, e aquele Parque foi feito com um conceito de Parque de nova geração, não simplesmente um sítio onde faziam lá uns barracões ou uns pavilhões, com painel sandwich, quatro paredes, as pessoas entravam lá para dentro e vinham embora, não,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020

até porque ele está longe de Águeda e temos que criar condições para que os trabalhadores que lá estão se sintam bem, porque eles não podem lá estar e vir almoçar a Águeda, eles têm que lá estar oito horas, nove horas, sete horas por dia de trabalho, têm que se sentir ali bem, por isso as condições que estão à volta têm que ser diferentes e o que nós lá passamos e vemos é quase um ervado, nós já dissemos isto, a Câmara devia ter uma equipa permanente ali a trabalhar, permanente ou com grande tempo ali a tratar daquilo, porque temos ali muito dinheiro investido são três milhões e setecentos mil euros de terrenos para vender, aquilo é um ativo importante, se calhar o ativo mais importante o Município tem, neste momento, para vender.-----

----- Senhor Presidente, a parcela trinta e um era um centro de investigação ou uma incubadora de empresas, tudo isto estava na primeira fase e já podíamos estar a trabalhar nisso.-----

----- Isto, muitas das vezes são sinais que damos às pessoas, o Carlos já disse, o sinal da Socibeiral não correu bem, há opções que nós tomamos que nem sempre correm bem, como os empresários tomam opções, o Senhor já falou, há um conjunto grande de empresários que reservou e depois andou para trás, faz parte da dinâmica das empresas.-----

----- O que nós viemos aqui discutir hoje, é exatamente isto, há uma nova vida para a frente, esta pandemia trouxe-nos um conjunto de problemas, mas com certeza um conjunto de oportunidades diferentes, não é com a mesma receita que tínhamos antes da pandemia, pelo menos eu tenho esta visão, em termos empresariais que nós lá vamos, quem não estiver com capacidade para mudar, não vai lá e nós temos esta oportunidade para criar ali uma nova dinâmica, é isso que nós viemos aqui apresentar é dizer “ O Parque Empresarial, precisa de um novo impulso” não estou a dizer que vocês o perderam, não é nada disso, nós precisamos é de um novo impulso, é este o grande alerta que queríamos deixar”.-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente;** -----

----- “Antes de mais dizer-vos que, estivemos aqui a falar um pouquinhos nos termos em que as coisas podem acontecer e das opções que temos que tomar. E aqui vou dizer claramente, mesmo sem estar, indiscutivelmente nunca foi minha opinião, não é a nossa opinião, fazemos o grande acesso à auto estrada em Vilarinho do Bairro, sempre o dissemos não é, portanto aquela via estruturante que saía direita ao sul de Sangalhos, direita a Vilarinho do Bairro, para fazer aí o grande acesso à auto estrada, esquecermos claramente a nossa ligação aqui mais pelo lado de Aveiro, faz-me lembrar uma coisa, é que nós nunca tivemos uma ligação à auto estrada e estamos a querer uma em que nos vai sempre faltar a outra. Vamos cá ser claros, nós a única coisa que colocámos, foi mesmo perante o Governo, indiscutivelmente uma posição que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020

tivemos, as câmaras anteriores tiveram, pelo menos, durante onze anos, que era este troço por Travassô, dirigido para o lado de Eirol, portanto foi essa, digamos, a nossa afirmação estratégica relativamente a esta questão, esta é a grande via que nós queremos, ficamos bem pelo papel de servirmos de muleta ao Município de Anadia e de Oliveira do Bairro para fazermos o nó, curiosamente no concelho de Anadia que nos viria a servir, volto a dizer, não me custa nada dizer e assumir que, para quem se dirige para sul sobretudo para Lisboa, ficaríamos um pouquinho melhor do que o que estamos, mas de certeza absoluta que não é isto que Águeda quer para si. Águeda quer, indiscutivelmente um traçado que lhe dê por um percurso rápido e já agora, porque nós vamos manter-nos sempre com esta necessidade grande de nos relacionarmos com Aveiro, aliás nós fizemos finalmente contagens de tráfego entre Aveiro e Águeda e Aveiro e ficamos a perceber que há um número significativo, mesmo nas condições atuais, temos cerca de catorze mil veículos a fazer este percurso Águeda- Aveiro, todos os dias, nós conseguimos demonstrar isto, mas mais ainda, conseguimos que, efetivamente há mais trânsito a circular, por exemplo, de manhã no sentido Aveiro Águeda e à noite é exatamente o contrário. Nós não gostamos que Aveiro seja o dormitório de Águeda, gostaríamos que aquelas pessoas que trabalham em Águeda também pudessem ficar cá a dormir, mas não é por causa disso que vamos dizer que não queremos ter uma ligação rápida, porque se calhar as pessoas não veem cá dormir porque também têm essa dificuldade neste trajeto que é inaceitável e precisamos disso claramente.-----

---- Agora, repare numa coisa, nós temos neste momento projetos no Parque Empresarial, primeira e segunda fase, que ultrapassam sete milhões de euros, temos uma comparticipação como bem foi dito, de um milhão e tal de euros, para estes sete milhões e como disse, o Presidente daquela altura “nós temos condições para podermos fazer uma ligação do Parque ao IC2, a expensas do Município” mas muito bem, naquela altura aquele Executivo teve uma decisão em que a expensas próprias fez o Centro de Artes, onde estamos aqui, um sítio absolutamente fabuloso e que para a cidade e para o concelho acho que é absolutamente determinante, e fizemo-lo.-----

---- Não conseguimos foi, em doze anos que estivemos aqui, com três mandatos, ao final desses mandatos conseguimos fazer o Centro de Artes a expensas próprias e sem qualquer tipo de apoios, nós não vamos rapidamente conseguir fazer obras dessa dimensão, assim.-----

---- Ficam a saber que a infra estruturação geral do Parque, neste momento temos aí projetos que ultrapassam largamente, sem IVA, sete milhões de euros, é aquilo que lá está, efetivamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

temos lotes para receber três milhões e tal, mas temos sete milhões e tal para gastar, fique aqui absolutamente claro esta condição, porque nós temos que fazer contas.-----

----- Dr. Carlos Almeida, acontece na sua vida também, quando começamos aqui a dissertar e a fazermos projetos, tudo é muito simples, mas as coisas depois não andam com a velocidade que nós queremos. Deu-me aqui um conjunto e referiu aqui um conjunto de ideias que são indiscutivelmente aproveitáveis, não tenho dúvidas nenhuma, mas nós precisamos todos de ter esta calma, esta tranquilidade de percebermos que, atenção há coisas que naturalmente nós não conseguimos fazer todas de uma vez.-----

----- Volto aqui a uma outra questão, nós comprometemo-nos em ir fazer obra nas freguesias e temos andado e essas obras nas freguesias, porque não temos fundos comunitários que as suportem, essas são a expensas próprias e sem financiamento por parte da Câmara, mas nós temos que o fazer.-----

----- Também temos andado noutras coisas, devem ter reparado que temos andado também a tratar, e a tratar relativamente bem outros parques empresariais que tinham lacunas graves, nomeadamente a nível da rede viária, nós temos andado por aí, porque as nossas zonas industriais todas, têm muitas, muitas empresas que precisam de ser atendidas nas suas necessidades e nessas áreas nós não temos financiamentos assegurados e são recursos próprios da Câmara que não podem mais ser adiados.-----

----- Nós temos aqui pano para mangas e naturalmente que estamos disponíveis, inclusivamente para um dia, quando for necessário, trazermos aqui propostas de endividamento para podermos fazer obras estruturantes, estamos completamente atentos e decididos a fazê-lo, podemos-lo ter que vir a fazer, e fazemo-lo com toda a certeza.-----

----- Agora, claramente há uma coisa, nós negociamos várias questões, agora esta questão do Covid. Estivemos com o Ministro Pedro Nuno, estivemos com ele envolvidos nesta matéria e ainda recentemente falei com ele, e a disposição mantém-se e o trabalho mantém-se para efetivamente avançarmos com Águeda-Aveiro ou Aveiro-Águeda, como queiram, e voltei aqui a dizê-lo porque afinal de contas nós podemos fazê-lo.-----

----- Toda a gente sabe que a Declaração de Impacto Ambiental e depois de tudo o que está associado, nos veio dizer uma coisa muito simples, durante pelo menos vinte anos, não precisamos daquela via, acolá pelo lado de Assequins e sabem uma coisa? Quando nos pomos a imaginar esse cenário, de a Câmara com fundos próprios fazer aquela via, que custaria dezenas de milhões de euros, efetivamente nós dizemos assim, se calhar nós conseguimos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

resolver as coisas por outro lado e de forma a não tratarmos somente o Parque Empresarial, mas também todas as necessidades dos nossos cidadãos. É Águeda e todas as zonas industriais, é toda a cidade e o concelho que precisam desta ligação, nós estamos disponíveis como bem dissemos, que se ficamos ilibados, digamos assim, durante vinte anos, de fazer aquela via que a Declaração de Impacto Ambiental, da primeira fase do PEC nos obrigava, então porque é que nós a alguns destes recursos, uma parte pequena desses recursos, não podemos fazer para mudarmos pelo menos a filosofia e a forma de estar, é isso que nós fizemos.-----

---- Nós chegamos ao pé do Governo e dissemos, não foi venham façam, façam, façam, foi, vamos-nos juntar e vamos fazer, vamos ser parte da solução, afinal de contas o Município de Águeda, durante anos a fio, foi afirmando em Declarações de Impacto Ambiental e outras coisas que era capaz de fazer aquela via ali por Assequins e Catraia de Assequins direita a Alagoa, com uma ponte enorme em cima do Souto do Rio, durante décadas andamos a dizer que éramos capazes de a fazer, nunca fomos capazes de dizer que éramos capazes de fazer um metro em direção à auto estrada, agora fomos, dissemos, e tomamos opções e estamos a tomar opções.-----

---- De longe, nunca jamais esquecemos o Parque Empresarial.-----

---- Aqui no Parque Empresarial queria dizer uma coisa bem alto, porque é absolutamente importante que seja dita, há projetos fantásticos e depois é preciso nós efetivamente criarmos condições para que eles se coloquem no terreno.-----

---- Há uma pessoa que está aqui, que é o João Clemente, que foi absolutamente determinante naquilo que lá está, tudo aquilo, não fosse a capacidade dele de negociar centenas de parcelas, centenas, isto é um trabalho absolutamente incrível, este homem precisa de ser homenageado, sabem porquê? Porque o trabalho dele não pode ser de maneira nenhuma ser esquecido ou minorado, não fosse o João Clemente o Parque Empresarial do Casarão seria sempre o projetozinho para ter numa gaveta.-----

---- E não é uma questão de o PSD não ter sido capaz de o fazer em trinta anos, não é nenhuma questão disso, ele foi capaz, porque o resto foi mais simples.-----

---- Desafio aqui outros para encontrarem num sítio qualquer, com a propriedade como ela é aqui na nossa zona, alguém que seja capaz de fazer a mesma coisa.-----

---- Nós temos ali milhões de metros quadrados, centenas, centenas de parcelas que foram juntas, ele negociou uma a uma.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- João é incrível, isto não pode ser esquecido, enquanto eu tiver voz ninguém esquece.”-----

----- 3.16– Tomada de conhecimento do Relatório de Monitorização do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) do ano de 2019;-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente;** -----

----- “Trata-se de um relatório e naturalmente esse relatório mostra aí todo um conjunto de atividades e necessidades que temos relativamente à floresta, portanto é um relatório que vem para conhecimento.” -----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS;** -----

----- “Este relatório vem dividido em duas partes, uma é uma apresentação que nos foi dada inicialmente, e depois vem o relatório propriamente dito, mais concreto.-----

----- Esta atividade deve ser realizada anualmente, é uma das recomendações do Tribunal de Contas que esteve no Município a fazer uma auditoria precisamente sobre os Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios e a forma como eram elaborados e depois executados. Tanto o Plano como os Planos Operacionais e as conclusões do Tribunal de Contas foram, a meu ver, benéficas para o Município porque puseram a nu uma série de insuficiências.-----

----- Não vou ser demasiado severo em relação à apreciação deste relatório, no que respeita ao ano de 2019, porque foi exatamente durante esse ano que esteve a decorrer a auditoria do Tribunal de Contas. No entanto, quero chamar a atenção para o seguinte:-----

----- Quadro dois, no que respeita à taxa da execução da rede viária florestal em 2019, são apresentados uns números, curioso que os dados da apresentação em alguns aspetos não batem certo com os dados destes quadros do relatório.-----

----- Manutenção da rede viária florestal, setenta e nove por cento de execução;-----

----- Construção da rede viária florestal, trinta e oito por cento de execução.-----

----- Quadro três – Grau de execução do planeamento previsto em 2019 para a sensibilização e fiscalização, diz-se, *“O Gabinete Técnico Florestal não conseguiu contabilizar a percentagem de propriedades que cumprem”*, mas não é a cem por cento, diz antes *“existe uma percentagem significativa da população que executa a gestão de combustíveis em áreas sociais, ou seja dentro do perímetro urbano, neste caso, podemos dizer que cerca de noventa e nove por cento da população notificada para efetuar limpezas ou corte de árvores, cumpre esta gestão de combustíveis”*, mas estes noventa e nove por cento respeitam a que valor absoluto? Noventa e nove por cento é um cumprimento fantástico, mas se forem cinco, certamente não são, serão talvez, se forem dez, se forem cem, se forem mil, as coisas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

não são iguais.-----

---- No quadro três, ainda sobre a divulgação do risco de incêndio, etc, etc, *“o GTF, Gabinete Técnico Florestal, não dispõe de dados para contabilizar a percentagem de proprietários que cumpram a legislação em vigor”*.-----

---- Quadro quatro – Grau de execução do planeamento previsto em 2019 para a sensibilização, fiscalização, portanto temos a vigilância e a deteção e a primeira intervenção e o relatório executado em 2019, diz-nos *“relativamente ao tempo de deteção e de primeira intervenção, não foram facultados dados pela entidade competente”*.-----

---- Quadro cinco - Grau de execução do planeamento previsto em 2019 para a fiscalização, aqui houve uma coisa que correu muito bem *“a formação, vigilância, deteção, primeira intervenção feita às Uniões de Freguesia, à Câmara Municipal, à Associação de Bombeiros, às Associações de Proteção Civil, quadro de execução cem por cento.*-----

---- *Mas sistemas de informação geográfica e socorrismo estavam previstos dois elementos a receber informação e execução zero.* -----

----*Medidas de defesa da floresta previstos oito elementos a receber formação, execução zero.”*

---- Só faço esta intervenção por este motivo, é que se lê na primeira frase das conclusões do relatório *“a monitorização ao ano de 2019, do Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios, demonstrou que a maioria dos objetivos foram alcançados.”*-----

---- Não demonstrou nada, antes pelo contrário, demonstrou é que a maioria dos objetivos não foi alcançada. Enquanto nós fomos permissivos com este ver sempre o copo meio cheio, porque se acha que a oposição vai ver o copo meio vazio, não chegamos lá. É nas avaliações, nestes relatórios que há lugar para a exigência máxima e para se dizer as coisas como elas são.

---- Vá lá, diz adiante *“alguns dos objetivos propostos estão muito subestimados, pelo que no próximo Plano, os objetivos terão que ser mais claros, reais e de fácil contabilização e monitorização para que sejam quantificáveis”,* ou seja, quem elaborou o relatório diz *“o problema não está no cumprimento, os objetivos é que eram demasiado exigentes”* não me parece bem, sobretudo porque diz o Tribunal de Contas sobre o Plano da Defesa da Floresta contra Incêndios em Águeda, especificamente no nosso Município *“a posição de princípio de grande preocupação com a defesa da floresta, não tem tradução quantitativa em termos de investimento”* é exatamente contrário daquilo que aqui nos estão a dizer, aqui estão-nos a dizer, as falhas que há do Plano é porque fomos muito ambiciosos e diz-nos o Tribunal de contas não, não, vocês são ambiciosos nas palavras mas depois guardam bem o dinheirinho do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

investimento e vão gastá-lo noutras coisas.-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “ Só para lhe dizer o seguinte, corroboro inteiramente, disse-o repetidamente que a auditoria do Tribunal de Contas feita ao Município de Águeda, quero-vos dizer que foram oito municípios com determinados critérios que foram escolhidos no país.-----

----- Os critérios que nos foram referidos foram, cada um dos municípios com maior área florestal de cada distrito, aqueles que têm porções significativas na sua área, foram feitas as auditorias.--

----- Gostaria que, a exemplo desta auditoria pormenorizada que tem do Município de Águeda tentasse pesquisar alguns dos outros municípios porque efetivamente tive a possibilidade de dizer no momento em que recebemos o relatório que tal este tipo de relatório foi o mais completo que encontra foi feito ao Município de Águeda, porque efetivamente veio detetar um conjunto de falhas e sobretudo de elementos que não estavam devidamente formatados para responder ao Plano Municipal de Defesa da Floresta mas antes à nossa contabilidade e às nossas questões contabilísticas que não tinham este cruzamento, portanto, a auditoria do Tribunal de Contas foi determinante, diria que foi um momento de crescimento fantástico para todos nós.-----

----- Há indiscutivelmente aqui uma questão, o Plano Municipal da Defesa da Floresta quando foi feito, já o aqui disse várias vezes, foi feito numa ótica de permitir um leque variado de ações que permitisse responder, vejam bem, naquela altura em que ele foi realizado, que pudesse constituir inclusivamente resposta a programas comunitários que pudessem surgir entretanto, porquê? Porque havia a regra de que qualquer ação que estivesse inscrita no Plano Municipal de Defesa da Floresta poderia vir a ser financiada por fundos comunitários, caso contrário não, e então estabeleceu-se aqui um conjunto de coisas muito amplas.-----

----- Reconhecemos agora que, indiscutivelmente é um erro e posso-lhe dizer que efetivamente e de uma forma claramente assumida, aquilo que prevê o Plano Municipal da Defesa da Floresta que está em revisão, o anterior, não o que vai surgir aqui, efetivamente tem um conjunto de objetivos extraordinariamente ambiciosos, diria quase irrealizáveis, não há dúvidas nenhuma sobre isso, foi completamente assumido, portanto, o que a técnica do Gabinete Técnico Florestal aí escreve, foi uma questão que nós já em outras ocasiões deixamos aqui perfeitamente claras, seria absolutamente impraticável fazer um conjunto de obrigações tão alargado num Plano que tem sobretudo por trás um tipo de objetivo que, já aqui explanei, naturalmente não é aquilo que se pretende.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Vamos ter um novo Plano muito mais adaptado, um Plano de nova geração, naturalmente que virá aqui também para ser avaliado.-----

----- Agora, indiscutivelmente foi um momento de crescimento a auditoria do Tribunal de Contas, posso-lhe dizer que temos mantido de lá para cá um relacionamento relativamente estreito em termos de informação porque tem sido bastante interessante.-----

----- Este relatório que aqui têm naturalmente que espelha bem o que se vai fazendo e sobretudo uma vontade de fazermos cada vez melhor e estamos determinados a fazê-lo. Volto a dizer, a nossa floresta, o nosso Município do distrito de Aveiro é o maior, a maior mancha florestal de todo o distrito é o concelho de Águeda que a tem, temos aqui um conjunto de recursos em termos de combate, temos também que nos preparar muito bem na fase de prevenção e sobretudo nas obras de prevenção de todos os incêndios florestais.-----

----- Também, a questão do combate não pode ser de maneira nenhuma negligenciada porque indiscutivelmente o risco vai permanecer durante muitos anos. Temos uma floresta de monocultura, nós não vamos conseguir reverter isto, vai ser uma luta de muitos anos, porque vai mesmo ser e temos aqui um conjunto de rendimentos da nossa floresta que neste momento é um rendimentos extraordinariamente importante e que precisamos de o acautelar para os nossos munícipes e para as nossas empresas sobretudo como postos de trabalho. Mas temos que zelar por uma adequada gestão da floresta que é essa a parte mais importante e efetivamente estamos a tentar congregiar todas as sinergias para continuarmos a fazer um trabalho de qualidade nessa matéria.”-----

----- **3.17 – Apreciação da informação escrita do Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro.**-----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----

----- “ Senhor Presidente quer usar da palavra?-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Não Senhor Presidente , qualquer dúvida façam favor.”-----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----

----- “Alguém quer usar da palavra? Faça favor Dr^a. Carla Eliana.”-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

----- “Senhor Presidente da Câmara, de facto o Senhor tem toda a razão, há pouco fui para o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

meu lugar a pensar que, se calhar, o ponto anterior não era o mais adequado para falarmos sobre o processo judicial da empresa Socibeiral, era sim este, até porque consta da documentação anexa, a informação jurídica do estado do processo da Socibeiral, também consta lá que foi entregue a petição e o Senhor Presidente da Câmara já aqui adiantou que foi também entregue em tempo a devida contestação.-----

----- Voltando a uma reunião desta Assembleia Municipal, creio que em setembro do ano passado, em que foi aqui deliberado e mandatado o Senhor Presidente para instaurar a ação contra a Socibeiral, há pouco perguntei-lhe se essa ação já tinha sido instaurada, o Senhor Presidente limitou-se a responder que não, que tinha sido devidamente contestada, estava muito tranquilo quanto a isso.-----

----- Senhor Presidente, recordo-me muito bem que uma das razões pelas quais aqui foi deliberado mandar o Senhor Presidente para demandar a Socibeiral, tinha precisamente a ver com o facto de ser dada à Câmara Municipal de Águeda uma capacidade negocial em sede de processo judicial.-----

----- Sei que o Senhor Deputado Humberto Moreira acha esta coisa dos advogados uma chatice, só que esta coisa dos advogados uma chatice, e eu agora, como disse e muito bem, até já nem sou advogada, de vez em quando é útil e é útil sobretudo quando faz com que se poupe dinheiro ao erário público-----

----- Aquilo que lhe deixava a pergunta Senhor Presidente da Câmara, porque presumo que lhe terá sido remetida a si, muito embora ainda não tenha sido remetida aos Senhores Deputados, já agora o Grupo Municipal do PS também gostava de ter a cópia da contestação, é se no âmbito dessa contestação foi ou não apresentado um pedido de reconvenção considerando e reivindicando em sede de reconvenção os prejuízos que esta empresa causou ao Município de Águeda, porque o Senhor Presidente da Câmara disse, há um ano atrás, que não, que não tinha conhecimento da referida empresa estar a ocupar o espaço, mas já agora, Senhor Presidente volto a fazer-lhe a mesma pergunta, Senhor Presidente tinha ou não tinha conhecimento que de facto a Socibeiral ocupou o terreno, retirou as terras e aí fez edificações?-----

----- Já agora Senhor Presidente da Câmara também volto a fazer-lhe a mesma pergunta que já aqui foi feita e que o Senhor Presidente não respondeu, para onde é que foram as terras que de lá foram retiradas? Chegou a ser apurado para onde é que elas foram levadas? Presumo que sim. Mas já agora, Senhor Presidente tendo sido apurado que é o que se espera, também gostava que nos dissesse se entretanto já sabe para onde é que foram as terras e para onde? --



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Depois, Senhor Presidente eu não conhecia o Senhor de lado nenhum, o Senhor que aqui se apresentou, ficamos todos a conhecê-lo e ele é que se apresentou como representante da Socibeiral e, Senhor Presidente da Câmara, vai-me desculpar, mas tenho tantas razões para confiar nele e na palavra dele naquele dia, com tenho para confiar em si e quem estará a falar a verdade não me cabe a mim decidir, caberá, neste caso, aos tribunais.-----

----- Já agora também Senhor Presidente, ficou por responder se foi ou não foi apresentada queixa crime pelo Município? Se não foi, também já não vai ser porque já passou o prazo, isso é importante.-----

----- Depois também, ficou por explicar aquilo que na altura nos foi referido que tem a ver com a participação do Senhor Vereador no acompanhamento das obras. Agora percebemos porque como é que o Senhor Vereador João Clemente não podia acompanhar aquelas obras porque o Senhor já explicou aqui que ele na realidade é o grande obreiro do Parque Empresarial do Casarão, por isso também, esta era mais uma obra que importava acompanhar, mas isto são só suposições minhas que certamente o Senhor Presidente da Câmara saberá explicar.-----

----- Até porque, não percebo, não tendo sido apresentado pedido de reconvenção no âmbito do processo e até porque tendo em conta tudo aquilo que ao longo do tempo o Senhor aqui tem vindo a dizer, que ninguém sabia, o Senhor não sabia, ninguém no seu Executivo sabia, eles entraram no terreno e ocuparam o terreno contra a vontade e sem o conhecimento do Executivo, presumo que também em sede de defesa a contestação não há-de ter sido muito difícil e muito menos difícil terá sido com certeza a elaboração da reconvenção.-----

----- Para terminar Senhor Presidente deixo-lhe uma última pergunta, o Senhor disse há pouco o seguinte: *“tenho a certeza que não vai sobrar nenhum prejuízo para o Município na sequência deste processo”*. O valor da ação que foi instaurada pela Socibeiral contra o Município de Águeda e que se presume, de acordo com as regras processuais, que é o valor de indemnização que é pedido por esta empresa são setecentos e quarenta e seis mil duzentos e cinquenta euros e quarenta e seis cêntimos. Este é o valor da ação e presumo eu que seja o valor que é peticionado em sede de indemnização.-----

----- O Senhor Presidente, volto a repetir porque estava aí há pouco a conversar com o Senhor Vereador, referiu há pouco *“tenho a certeza que não vai sobrar nenhum prejuízo para o Município na sequência deste processo”* e a pergunta que lhe deixo Senhor Presidente é se, hipoteticamente, vier a sobrar para o Município algum prejuízo na sequência deste processo o que é que o Senhor vai fazer?-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

----- “Sempre com esta voz de lamento, por uma razão muito simples, está aqui absolutamente inequívoco esta vontade desesperada de encontrar matéria que dê razão à Socibeiral em prejuízo do Município, claramente, a Senhora Deputada desesperadamente procura isto, portanto vou-lhe dizer o seguinte, estranho que ainda não tenha, acho que até tem a contestação que foi apresentada, sabe porquê? Vou explicar, rapidamente chegou às vossas mãos a petição inicial e da mesma forma que rapidamente tiveram a petição inicial, ou seja, a queixa da Socibeiral, da mesma forma já poderiam ter a contestação.-----

----- Ando há uns dias a dizer, já lá esta a contestação, na esperança de que ela apareça publicamente, como apareceu a petição. Vou-lha entregar, porque já vi que de outra maneira não chegamos lá, vou-lha entregar a si e a todos, aliás vou torná-la publica, não tem problema nenhum, porque efetivamente quando se tratou da petição inicial, rapidamente arranjam maneira de lá chegar, curiosamente um bocado agastados porque não era um milhão, dois milhões como chegaram a dizer, mas eram setecentos e tal mil euros, isto foi o que nós tivemos que verificar. Vou entregar a contestação, espero sinceramente que encontram lá a resposta a todas essas questões, vou fazê-lo.-----

----- Muito sinceramente, tenho quase a certeza de que alguém já a tem, porquê? Porque da mesma forma que tiveram, pelos mesmos meios, ou que poderiam ter tido a petição inicial, a queixa da Socibeiral, tiveram logo, também teriam desta maneira, procurei que isso acontecesse para perceber se efetivamente havia este interesse, como é que hei-de dizer, este interesse desinteressado, mas não, há claramente aqui uma ideia de estar aqui com um conjunto de questões para ver se conseguem aqui neste tribunal, que vocês querem substituir por outros, fazer-se substituir a outro que então, esse sim é que é competente e onde já lhe disse que estamos completamente tranquilos, efetivamente encontrar aqui uma hipótese remota de dizermos assim, “*aquele fulano que não conheço de lado nenhum tem a mesma legitimidade de acreditar nele do que em nós*” só que a Senhora desesperadamente quer acreditar nele, sou eu a deduzir.-----

----- Vou mandar entregar a todos e publicamente a contestação que foi apresentada pela Câmara, nos prazos devidos.”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD; -----

----- “Venho aqui para repor um bocadinho a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, ele referiu-se para nós, ali para a Assembleia Municipal, como se fossemos nós a passar a ação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

da Socibeiral. Não o Senhor tem que se referir para o seu lado, para a direita e para a esquerda, que são os seus colegas Vereadores, porque os documentos quando nos mandou a nós já eram públicos, não é a nós que o Senhor tem que dizer que somos os responsáveis, o Senhor tem virar para a sua direita e para a sua esquerda que são os seus colegas do Executivo, penso que os terá distribuído a eles, a nós o Senhor não distribuiu, quando os distribuiu já era pública essa situação.

---- Não se deve referir à Assembleia como nós tivéssemos passado informação sensível para fora, deve-se referir para dentro -----

---- Mas, Senhor Presidente, estas coisas resolvem-se com clareza, vou-lhe dizer, o que a gente fez foi uma pergunta que não tem a ver com o processo. Só lhe perguntamos isto Senhor Presidente, as terras foram ou não depositadas em terrenos municipais? Isso é uma coisa que vocês com certeza sabem, se foram, se não foram, se foram estiveram lá, se não foram não estiveram lá, é uma coisa que se vê.-----

---- Segunda pergunta que nós fizemos, os Senhores tiveram ou não conhecimento, antes da tal ida lá da GNR, naquela terça-feira em que as coisas se sucederam, tiveram ou não conhecimento de que essas terras estavam depositadas em terrenos municipais? É uma coisa muito simples, não tem nada a ver com o processo, o processo como o Senhor já disse e muito bem, os tribunais avaliam isso, nós só nos compete avaliar aqui responsabilidades políticas naquilo que é a nossa execução, e nós como membros da Assembleia Municipal compete-nos fiscalizar a atuação do Executivo e uma coisa que precisamos de saber é, essas terras foram para terrenos municipais, sim ou não? É só uma pergunta, sim ou não?-----

---- Se foram, os Senhores tinham conhecimento antes daquela data que elas foram ou não, porque o Senhor já disse uma coisa importante, “nós só autorizamos uma desmatção” para nós a sua palavra, pelo menos para mim, é clarinha, agora isto resolve-se respondendo a esta questão muito simples.-----

---- Quanto ao processo crime, o Senhor já o disse, não o quiseram pôr, vocês basicamente, o processo da Câmara contra a Socibeiral, houve uma larga maioria da Assembleia Municipal que propôs e a Câmara, neste caso o Executivo, presidido pelo Senhor Presidente, entenderam que isso não era a melhor estratégia de defesa, cada um depois tira a sua ilação, não vale a pena andarmos a pressionar para a frente e para trás, já deixou claro que não pôs, isso é clarinho como a água.-----

---- Precisamos é de saber isto, isto tem a ver com a atividade municipal, porque uma das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

coisas é o Município saber se põem lá terras nos seus bens, se não põem, como também faço nas minhas.”-----

---- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

---- “ Ficou absolutamente claro aqui, naturalmente que vou aqui falar a título pessoal, porque é disso que se trata, tive conhecimento de que estavam a levar aquele tipo de equipamentos e a fazer aquele tipo de obras naquele sítio, na terça-feira em que lá foi toda a gente.-----

---- Fui informado na altura da petição inicial que qualquer advogado teria acesso a esse dados, por isso, foi o que me disseram na altura para justificar a tão rápida divulgação da petição inicial da proposta de acusação da Socibeiral.-----

----Segundo me dizem, com o mesmo grau de facilidade de acesso têm da contestação.”-----

---- **Brito António Rodrigues Salvador** – Juntos; -----

---- Quero esclarecer também os Senhores Deputados que de imediato solicitei essa informação, assim como foi solicitada, não sei por quem.-----

---- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Juntos – Presidente; -----

---- “Amanhã de manhã promoverei que a contestação apresentada pelo Município seja entregue a todos os Membros da Assembleia ou ao Senhor Presidente da Assembleia para depois a poder passar e naturalmente farei a passagem para os Senhores Membros do Executivo.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

---- Neste ponto foram feitas as seguintes intervenções que se transcrevem na íntegra:-----

---- “Chamo-me Luís Grilo, sou de Aguada de Cima e sou aderente do Bloco de Esquerda.-----

---- Antes de mais quero saudar a decisão desta Assembleia Municipal por ter mantido este momento de intervenção do público, tenho que fazer um reparo porque nestas continuações das reuniões elas deviam passar para o início, porque até estava aqui uma cidadã às nove horas que depois não pode intervir, nem toda a gente pode estar aqui até à uma da manhã, mas nós podemos e estamos aqui.-----

----Queria também deixar uma palavra especial aos trabalhadores aqui do Centro de Artes, porque quem trata com o setor da cultura sabe que os edifícios não são nada sem as pessoas e estas pessoas daqui são qualificadas, são empenhadas e já são chamadas de colaboradores há demasiado tempo, se calhar é altura de alterarmos isso.-----

---- Mas o que me cá traz são uma série de situações da área ambiental e é por isso que cá viemos porque são situações urgentes, a nosso ver.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Há dias tivemos declarações do Presidente de Oliveira do Bairro sobre uma possível avaria, cuja reparação foi atribuída à ADRA, não sei como é que o Senhor Presidente viu estas declarações, o que é que sabe sobre este tipo de práticas, isto acontece também no concelho de Águeda, não acontece, não sei se sabem se não, o caso seria uma ribeira na Murta, as descargas poluentes estão a ser feitas para lá, acabam no Cértima, depois acabam na Pateira e a história já sabemos como é que é a seguir.-----

----- Também perguntar sobre uma situação que aconteceu no rio Águeda que o Bloco de Esquerda denunciou publicamente, momentos depois de termos feito essa denuncia, soubesse que houve alguns jovens desportistas que estiveram a utilizar o rio antes, não sei o que é que a Câmara fez neste caso, que medidas tomou, se deu conhecimento às autoridades, se não.-----

----- Na semana passada estivemos em Macinhata encontramos uns quantos depósitos ilegais de lixo, principalmente resíduos, restos de obras de construção civil.-----

----- No preciso dia em que fizemos a denuncia pública, houve novas descargas, andam a dizer que a Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga e que a Câmara Municipal têm conhecimento desta situação, talvez fosse bom ouvir o que é que vocês têm a dizer em relação a isto.-----

----- Em Macinhata, também quando lá estivemos, recebemos uma série de queixas sobre a desinfeção dos caixotes do lixo, há pessoas e principalmente negócios, pequenos cafés ou snack bares que estão a sofrer com as moscas, mostraram-nos fotografias que são horripilantes, há matéria de muitos meses agarrada aos caixotes de lixo, é preciso uma desinfeção urgente naqueles sítios, nós comprometemo-nos a vir trazer este problema e fizemos a nossa parte. Sabemos que o lixo é uma matéria complicada, mas são situações que não podem continuar, a bem da saúde pública.-----

----- A questão dos glifosatos, dos herbicidas nesta altura do ano, normalmente até um bocadinho mais cedo, começam a chover-nos denúncias, as pessoas estão preocupadas, acho que há uma minoria social neste momento que apoia o uso dos herbicidas, é mais do que tempo de mudar de políticas, há alternativas, tem que haver um investimento nesse sentido porque já não faz sentido utilizar dinheiros públicos para continuarem a envenenar a população.-----

----- Para já é só isto, obrigada.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente;** -----

----- “Este período de intervenção do Bloco de Esquerda, não tenho que fazer nenhuma menção ao facto de não ter passado para o princípio poderia da minha parte, mas isso é uma questão da Assembleia portanto que fique aqui bem claro.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

----- Relativamente à questão da poluição no rio Cértima e no rio Levira, tenho desde o princípio de todo o processo, desde o ano passado, que tenho vindo a dizer e a apelar às entidades competentes para continuarem a verificar.-----

----- Nós fizemos uma intervenção no rio, uma coisa são ervas que são de alguma forma invasoras e que nós vamos tentar continuar a dar-lhe combate e vamos. Outra coisa é a poluição que alguém polui, seja ADRA, ou seja alguém e naturalmente que temos que estar todos atentos, diria que vigilantes e denunciantes para as entidades competentes, porquê? Porque aí, essas matérias que são despejadas nos rios, na Pateira e nestas questões todas, nós não temos competência para lhe poder intervir, temos que encaminhar rapidamente e quando se detetam essas situações, e este é um repto que lanço às populações porque quando verificam esse tipo de situações de poluição é importante contactar rapidamente, sugiro aqui a GNR com a sua brigada ambiental, porquê? Porque rapidamente precisamos que tentem ir lá os serviços com competência para fiscalizar e que identifiquem quem está a prevaricar porque se aparecermos a comunicar uns dias depois, normalmente à Câmara Municipal chegam-nos essas queixas às vezes demasiado tarde, torna tudo mais complicado, à Câmara Municipal, às Juntas. Aquilo que peço é que no momento em que se detete qualquer tipo dessas coisas que façam chegar às entidades competentes, mas também à Câmara porque rapidamente encaminhamos.-

----- Esta é a grande dificuldade, porque ainda no outro dia estive no Cértima e alguma coisa que vi, no ano passado, ali a passar na ponte da Murta, já lá estava, já lá está outra vez, aquilo não tem nada a ver com o que se fez, mas faz-nos sentir um bocado inglório o esforço do que andamos a fazer, portanto peço, sinceramente, às entidades competentes para o fazerem.-----

----- Relativamente à questão de Macinhata e aos depósitos ilegais, nós temos conhecimento, penso que a Câmara e a Junta de que há despejos ilegais, é o problema que se passa, não é em Macinhata, é por este concelho e por este país, há gente que tem uma apetência tremenda para as montureiras, nós inclusivamente temos serviços de recolha, temos condições para poder fazer recolha, oferecemos esses serviços de recolha, mas há muita gente que faz o que não deve, e sobretudo esses resíduos de construção é claramente não.-----

---- Uma nota porque vi uma fotografia, não sei se é publicado por vocês ou não, de uma coisa onde aparecem restos de pré-esforçado, queria-vos dizer que aquilo é um aterro que deslizou, um aterro que tem garantidamente, sou de Serém, era concretamente em Serém, aquilo foi lá colocado há mais de trinta anos, neste momento aquilo deslizou e vamos ter que tirar aquilo de lá para fora, mas há muitos, muitos anos que aquilo foi feito e não tem a ver com nenhuma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda
realizada em 30 de junho e 9 de julho de 2020**

prática recente, rigorosamente nada, estamos a falar perto do Santo António.-----
---- A outra questão que vi também junto ao rio, tratamos naturalmente de tentar que não sejam lá feitos despejos com detritos, estamos a tentar manter aquilo o mais possível limpo para ver se desincentivamos porque em termos de fiscalização nós não conseguimos apanhar a maior parte das pessoas que lá vão. Sei que já houve um caso, há alguns meses, de alguém que foi identificado a fazer despejos indevidos, mas naturalmente que não seria o único e isso preocupa-nos.-----
---- A questão dos caixotes do lixo, nós todos tentamos fazer o melhor que pudemos, mas sozinhos e sem a colaboração das pessoas não é possível. Acho que as pessoas todas precisavam de perceber que, primeiro os resíduos que são colocados nos contentores deveriam ser os devidos, mas sobretudo acomodados devidamente.-----
---- Há demasiadas pessoas a fazerem despejos diretos através de baldes para dentro dos contentores, nesta altura do ano é impossível aqui ou em todo o lado andar a fazer lavagens diárias ou semanais, e isto acontece.-----
---- Precisamos todos de alertar as pessoas para terem boas práticas, para evitarmos esse tipo de coisas.-----
---- Posso-vos dizer que vi, ainda não há muito tempo, à beira de um estabelecimento, o proprietário do estabelecimento pegar num balde e lá vai isto, e foi aqui dentro da cidade, é claro que fui lá, no tom mais educado que pude chamei-lhe atenção para não voltar a fazer, ele pareceu-me acatar, espero que sim.”-----
---- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos desta reunião, pela uma hora e dezanove minutos, do dia dez de julho, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Mesa.-----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: